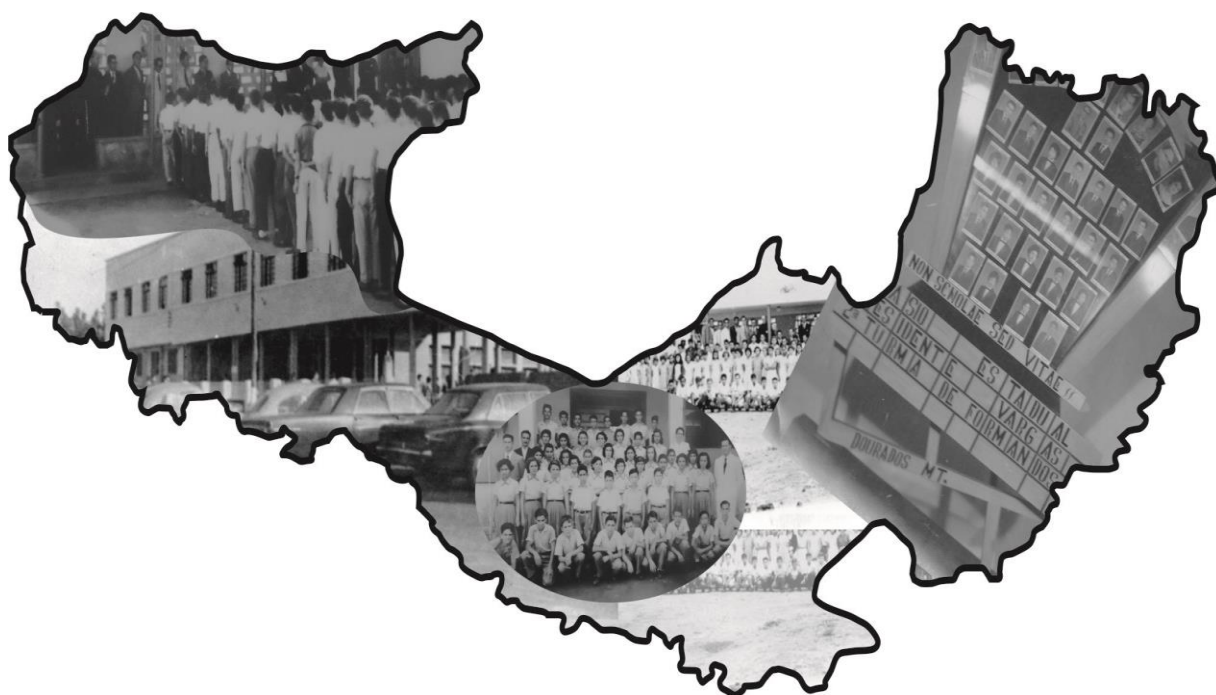




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

INÊS VELTER MARQUES

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ANTIGO MATO
GROSSO: O COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS
DE DOURADOS (1951 – 1974)**



**DOURADOS/ MS
2014**

INÊS VELTER MARQUES

O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ANTIGO MATO
GROSSO: COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS DE
DOURADOS (1951 - 1974)

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora de Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado.

DOURADOS - MS
2014

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ANTIGO MATO
GROSSO: O COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS
DE DOURADOS (1951 – 1974)**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPEDu/UFGD

Aprovado em: 22 / 04 / 2014

Banca examinadora:

Professora Dr^a Alessandra Cristina Furtado
(Presidente e orientadora)

Professora Dr^a Rosa Fátima de Souza Chaloba.
(Examinadora Titular)

Professor. Dr^o Reinaldo dos Santos
(Examinador Titular)

Professora. Dr^a. Maria do Carmo Brazil
(Examinadora Suplente)

Dedico à Elizabete Velter Borges, irmã, verdadeira amiga. Nossa amizade será melhor, será eterna. Obrigada por estar sempre comigo, sou eternamente grata a Deus por tê-la colocado em minha vida... Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço carinhosamente...

A Deus, por sua presença constante, luz, guia e energia em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, pelo incentivo, amor, força, fé, e, principalmente, por acreditarem nessa minha caminhada, durante a qual, muitas vezes, achei que estaria só, mas eles estavam comigo em oração.

Ao meu esposo e filhos, tão amados, por me apoiarem, incentivarem e caminharem lado a lado comigo durante todo o percurso de aprendizado que realizei, jamais medindo esforços para tornar meus sonhos reais e aceitar minhas ausências físicas e espirituais.

À minha competente orientadora, Dra. Alessandra Cristina Furtado, pela firmeza e companheirismo nos momentos mais decisivos, por suas orientações bem dirigidas, por saber, como ninguém, ultrapassar as fronteiras de instrutora para ser uma sábia educadora; com zelo e dedicação proporcionou-me, em todos os sentidos, um apoio incondicional; sem ela eu não teria conseguido, lembrarei para sempre dessa oportunidade.

Aos professores que avaliaram este trabalho fazendo parte da banca examinadora: Professora Dr^a. Rosa de Fátima Souza, Professor Dr. Reinaldo dos Santos e Professora Dra. Maria do Carmo Brazil, por suas importantes contribuições e sugestões para o aprimoramento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação FAED – Faculdade de Educação, em nome do Diretor, Sr. Reinaldo dos Santos, da Coordenadora do Mestrado em Educação, Profa. Magda Sarat.

À Secretária do Programa Mestrado em Educação, Fernanda Santos Lima e demais técnicos que, de alguma forma, contribuíram para a organização, planejamento, execução, avaliação e desempenho do Mestrado em Educação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por tamanho amor no modo de ensinar e pelas significativas marcas deixadas, na construção do meu conhecimento de saberes.

Aos grupos de estudos GEPHEMS – Grupo de Estudos e Pesquisa de História da Educação Memória e Sociedade; GEPEPC - Grupo de Estudos e Pesquisa de Educação e

Processo Civilizador, cujas leituras realizadas, a participação nos estudos, diálogos e reflexões sobre os teóricos relacionados aos respectivos grupos contribuíram e ampliaram meu capital cultural.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e à Escola Estadual Presidente Vargas, pela concessão de permissão para busca nos arquivos institucionais, em especial ao Sr. Diretor Nei Elias Coinethe de Oliveira, diretor atual do Colégio, e ao gentil funcionário Sr. Wilson Rodrigues dos Santos, que acompanhou minhas buscas e contribuiu, na medida do possível, para que fossem satisfatórias.

À Diretora adjunta, coordenadores, professores, setor administrativo, ex-alunos (as), alunos, enfim, a todos da escola que empreenderam esforços para facultar o acesso aos documentos e informações relevantes.

Aos funcionários do Centro de Documentação Regional (CDR) da Faculdade de História da UFGD, agradeço pela colaboração durante a fase de coleta de dados nos jornais impressos, pesquisados nesse local.

Aos amigos conquistados na turma de 2012. Especialmente a turma da Linha de História, Memória e Sociedade, companheiros de estrada que comigo dividiram os mesmos sonhos, as mesmas alegrias, dúvidas e inquietações: Adriana Langer de Souza, Clóvis Irala, Elizabete Velter Borges, Gislaine Azevedo Cruz e Rodrigo dos Reis, que me concederam o privilégio de conviver com seres humanos extraordinários, pacientes e generosos; vocês foram fundamentais nessa trajetória da minha vida.

Às minhas irmãs e irmãos, cunhados e todos que torceram pela conclusão deste trabalho.

Aos amigos e amigas de outros estados e países, pela força, otimismo e auxílio nas pesquisas.

A todos que diretamente ou indiretamente torceram pela concretização deste trabalho.

Enfim, muito obrigada!

“E história não é o relato do passado esquecido e rememorado no ato de conhecê-lo, mas é a recuperação do ato passado que, enquanto passado, funda e enlaça o presente no passado e o futuro no presente, não na sua forma perfilada, mas na sua forma criadora, geradora”.

(Neidson Rodrigues)

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”. *(Marthin Luther King)*

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, na linha de pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade. Teve como objetivo analisar a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, de modo especial na parte Sul do estado, a partir de uma abordagem que privilegia a história da primeira escola pública a ofertar esse nível de ensino na cidade de Dourados, a saber, o Colégio Estadual Presidente Vargas, no período de 1951 a 1974. A partir da história desse colégio, com a expansão do ensino secundário no Sul do antigo Mato Grosso e em Dourados, buscou-se verificar o significado da implantação dessa instituição na cidade e identificar as forças políticas que levaram o governo de Mato Grosso a criá-la; caracterizar o perfil socioeconômico dos alunos, por amostragem, quanto à idade e naturalidade; examinar o perfil do corpo docente, quanto à formação e, por fim, analisar a organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas. Relativamente ao recorte temporal, o ano de 1951 sinaliza o período de criação dessa instituição na cidade e o ano de 1974 marca a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 5.692/71, que trouxe mudanças na organização e funcionamento do Colégio. A pesquisa orienta-se na perspectiva da Nova História Cultural, aliada a um referencial teórico da História, História da Educação, Currículo, dentre outros. Também foram realizados estudos e pesquisas sobre a expansão do ensino secundário no Brasil, no Mato Grosso e no Sul desse estado e sobre a colonização e povoamento da cidade de Dourados. A pesquisa documental pautou-se em documentos diversos coletados no Centro Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, no Núcleo de Tecnologia Educacional de Dourados, Museu Municipal de Dourados entre outros. A análise dos documentos possibilitou verificar que a expansão ocorrida no ensino secundário em Mato Grosso, na década de 1950, propiciou a criação do Colégio Estadual Presidente Vargas em Dourados. Na criação desse Colégio estiveram envolvidas forças políticas do Estado, principalmente, dos políticos locais. Essa instituição, no período pesquisado, atendeu em seus cursos alunos pertencentes, em sua maior parte, às camadas médias, com idades que variavam entre 14 e 39 anos, provenientes do estado de Mato Grosso. O currículo no Colégio Estadual Presidente Vargas, no período estudado, foi sofrendo alterações de acordo com as normas e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes que, por sua vez, respondiam às correntes pedagógicas em efervescência no Brasil. Conclui-se, assim, que as disciplinas inicialmente estabelecidas com os seus conteúdos marcadamente humanistas foram substituídas por disciplinas cujos conteúdos passaram a ser de cultura científica.

Palavras-chave: ensino secundário – história de instituição – currículo escolar.

ABSTRACT

This dissertation was developed during the Federal University of Grande Dourados' post-graduate program in education, in the following research line: History of Education, Memory and Society. Its objective was to analyze the expansion of high school in Mato Grosso, especially in the South of the state, starting from an approach that focus on the history of the first public school to offer this stage of education in the city of Dourados, that is, President Vargas State School, during the period from 1951 to 1974. Starting from the history of this school, with the expansion of the high schooling in the south of the old Mato Grosso and in Dourados, this research aimed to verify the significance of this institution's establishment in the city and to identify the political forces that led Mato Grosso's government to build this school; to characterize the socio-economic profile of the students, from sampling, in relation to age and origin; to examine the profile of the teaching body, in relation to their education, and finally, to analyze President Vargas State School's curriculum organization. In relation to the chronological time-frame, the year 1951 signals the period of this institution's creation, and the year 1974 indicates the decree of the Law of National Education 5.692/71, which brought changes to the structure and management of the school. The New Cultural History perspective guides this research, together with a theoretical historic referential, history of education, curriculum, among others. Studies and research on the expansion of the secondary education in Brazil, Mato Grosso and the south of the state and on the colonization and population of the City of Dourados were also performed. The archival research included different types of documents collected from the Federal University of Grande Dourados Center for Regional Documentation, Dourados Center for Educational Technology, Dourados Municipal Museum, among others. The documental analysis enabled the confirmation that the expansion which occurred in Mato Grosso's high schooling, in 1950s decade, fostered the creation of President Vargas State School in Dourados. State Political forces, especially local politicians were involved in the creation of the school. This institution, during the researched period, catered for students belonging mainly to the middle classes, with ages that ranged from 14 to 39 years and from Mato Grosso in its majority. President Vargas State School's curriculum, during the researched period, underwent alterations according to the norms and regulations issued by the competent bodies which, in turn, were responding to the effervescent pedagogic lines in Brazil. It was concluded that the initially established disciplines, with its marked humanistic syllabus, were replaced by disciplines with contents which had a scientific culture.

Key words: high school – institutional history – school curriculum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CDR	Centro de Documentação Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NTE	Núcleo Tecnológico Educacional
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Campo Grande
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa do Estado de Mato Grosso – Uno	38
FIGURA 2 – Foto da turma da aula inaugural do Colégio Estadual Presidente Vargas em 1958	48
FIGURA 3 - Foto da fachada do Ginásio Presidente Vargas em 1957	50
FIGURA 4 - Mapa parcial de Dourados com os pontos próximos do colégio, elaborado pela pesquisadora.....	51
FIGURA 5 – Cópia do boletim de 1972	90
FIGURA 6 – Foto do Laboratório de Ciências	105
FIGURA 7 - Cópia da abertura do caderno de economia doméstica	107
FIGURA 8 – Cópia da contracapa e da página 2 do caderno de economia doméstica.....	110
FIGURA 9 - Imagem da turma da fanfarra do Colégio (década de 1960)	113
FIGURA 10 – Fanfarra do Colégio Estadual Presidente Vargas (década 1970)	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação dos Documentos sobre o Colégio encontrados no CDR de 1958 a 1971	23
QUADRO 2 – Relação dos documentos sobre o Colégio Estadual Presidente Vargas, encontrados no NTE de Dourados/MS	24
QUADRO 3 – Relação de documentos encontrados, referentes ao objeto de pesquisa	24
QUADRO 4 – As instituições de ensino secundário privadas em Mato Grosso nos anos de 1950	41
QUADRO 5 – As instituições de ensino secundário públicas em Mato Grosso nos 1950	43
QUADRO 6 – Relação dos alunos matriculados em 1969 e suas respectivas idades	69
QUADRO 7 - Estado e país de nascimento dos alunos do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1960	72
QUADRO 8 – Nível socioeconômico dos alunos 7 ^a A e B de 1974	73
QUADRO 9 – Lista parcial dos Professores	77
QUADRO 10 – Grade Curricular do Curso Ginásial do Presidente Vargas de Dourados, do período de 1958 a 1961 – Primeiro Ciclo	83
QUADRO 11 - Grade Curricular do Curso Ginásial do Presidente Vargas de Dourados, do período de 1962	86
QUADRO 12 – Curso Ginásial do Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados - 1963 a 1967	87
QUADRO 13 – Curso Ginásial do Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados, 1968.....	88

QUADRO 14 – Curso Ginásial do Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados em 1971.....	89
QUADRO 15 – Curso Ginásial da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados 1972.....	89
QUADRO 16 - Grade curricular da Primeira Série do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1963	91
QUADRO 17 – Grade Curricular do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1965	92
QUADRO 18 – Grade Curricular do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1968	92
QUADRO 19 – Grade curricular do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1972 e uma turma única de 1973	93
QUADRO 20 – Plano de curso de História Geral – 1969 - III série – Ginásial.....	95
QUADRO 21 – Plano de curso de História Geral – 1969 - IV série – Ginásial.....	97
QUADRO 22 – Plano de curso de Organização Política e Social – 1969 - III série – Ginásial.....	100
QUADRO 23 – Plano de curso de Organização Social Política (OSP) – 1969 - IV série – Ginásial	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Instituições de Ensino Secundário em Campo Grande, em 1933.....	35
TABELA 2 – Total de Matrículas no ensino secundário, comercial e pedagógico em Mato Grosso 1933 a 1942.....	39
TABELA 3 – População Censitária de 1940 a 1960.....	58
TABELA 4 – Lista dos alunos que realizaram os exames de admissão de 1958 a 1971.....	63
TABELA 5 – Matrículas efetivadas dos alunos do Ginásio Estadual Presidente Vargas em 1958 a 1960.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. O ENSINO SECUNDÁRIO EM MATO GROSSO: O CASO DO SUL DO ANTIGO MATO GROSSO	26
O ensino secundário em Mato Grosso e Sul do antigo Mato Grosso: o primeiro Ginásio público de Dourados	30
II. A ESCOLA E A CIDADE: O COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS DE DOURADOS, SUAS ORIGENS E SEUS SUJEITOS	46
2.1 O Colégio Presidente Vargas: sua história e seus sujeitos	46
2.2 A Cidade de Dourados e o Colégio Estadual Presidente Vargas	53
2.3 Os alunos	62
2.4 Os professores.....	74
III. O COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS E SUA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	81
3.1 – Grades Curriculares do Curso Ginásial e do Curso Científico do Colégio Estadual Presidente Vargas	83
3.1.1 – Grade Curricular do Curso Ginásial	83
3.1.2 - Grade Curricular do Curso Científico	91
3.2 - Vestígios da história curricular do Colégio Presidente Vargas de Dourados	93
3.2.1 - A disciplina de História no Curso Ginásial do Colégio	94
3.2.2 – A disciplina de Organização Social Política Brasileira no Curso Ginásial	100
3.2.3 - O laboratório para as aulas de Ciências, Biologia, Química, Física e Geografia	104
3.2.4 - Economia doméstica: uma disciplina optativa	107
3.2.5 - Os Desfiles cívicos: uma prática do Colégio Estadual Presidente Vargas	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, de modo especial na parte Sul do estado, a partir de uma abordagem que privilegia a história da primeira escola pública a oferecer esse nível de ensino na cidade de Dourados, o Colégio Estadual Presidente Vargas, no período de 1951 a 1974. Para tanto, busca examinar a história desse Colégio com a expansão do ensino secundário no Sul do antigo estado de Mato Grosso e em Dourados, verificar o significado da implantação dessa instituição na cidade e identificar as forças políticas que levaram o governo de Mato Grosso a criar essa escola. Além disso, pretende, ainda, apresentar uma amostra do perfil socioeconômico dos alunos, quanto à idade e naturalidade, examinar o perfil, por amostragem, do corpo docente, relativamente à formação e, por fim, analisar a organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas.

O recorte temporal dos anos de 1951 a 1974 abrange momentos importantes tanto da história da instituição de ensino pesquisada quanto da política educacional brasileira. O ano de 1951 sinaliza a criação dessa Escola em Dourados - na época, denominada Ginásio Estadual Presidente Vargas - pela Lei nº 427, publicada em 02 de outubro de 1951, pelo, então, governador do Estado de Mato Grosso-Uno, Fernando Correa da Costa. O ano de 1974 marca o período de regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº 5.692/71, no Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, trazendo mudanças na organização do ensino dessa instituição escolar.

É oportuno registrar que o delineamento do objeto da pesquisa e o direcionamento do foco: ensino secundário no Sul de Mato Grosso e a história de uma instituição de ensino que oferecia essa modalidade tiveram base nos estudos teóricos desenvolvidos na disciplina de História da Educação, Memória e Sociedade. A disciplina foi cursada em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Educação, ministrada pela Professora Dra. Alessandra Cristina Furtado e pelo Professor Dr. Ademir Gebara. Esses docentes muito contribuíram para os conhecimentos relacionados à história da educação e para os estudos em arquivos e documentos de Jacques Le Goff, nas disciplinas de Cultura Escolar e Pesquisa, Paradigmas da Educação e Conhecimentos e Seminários de Pesquisa, em 2012.

O foco da pesquisa é o Colégio Estadual Presidente Vargas, uma vez que essa instituição de ensino é de grande importância na história da cidade de Dourados e região, pois foi a primeira instituição pública de ensino secundário num período em que havia, no município, apenas instituições particulares que ofereciam essa modalidade.

A construção da história de uma instituição escolar visa compreender e explicar sua existência histórica, e, antes, também, inseri-la na realidade mais abrangente, isto é, contextualizá-la com a história local. A esse respeito, Magalhães (1996) esclarece que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (p.2).

A história da instituição escolar deve ser relacionada ao contexto em que esta emerge; isso implica compreender e analisar o seu desenvolvimento de acordo com a expansão e mudanças que ocorreram na sociedade, bem como compreender a história do povo a que está ligada e sua cultura.

As pesquisas sobre as instituições escolares permitem uma compreensão do macro para o micro, e vice-versa. No entanto, há que se ressaltar que esse tipo de pesquisa deve ser meticulosa para que haja sentido, uma vez que sem história não há sentido; é necessário, para tanto, uma ligação dos elos que a constituem. Não se pode deixar de mencionar que, ao pesquisador, cabe verificar as especificidades dessas instituições e daí engendrar um plano geral. As pesquisas sobre as instituições escolares, hoje, representam um objeto significativo para os pesquisadores, principalmente no campo da História da Educação, que privilegia as escolas em seus vários aspectos.

Neste trabalho pretende-se encontrar respostas para as seguintes questões: A) Quando ocorreu a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, sobretudo, na parte Sul do Estado? B) Quais foram as forças políticas que estiveram presentes nesse processo de expansão do ensino secundário? C) Como se caracteriza o processo de criação dessa escola de ensino secundário em Dourados, nos anos de 1950? D) Qual o significado da implantação dessa escola para uma cidade praticamente rural, como Dourados, ainda na década de 1950? E) Qual o perfil dos alunos atendidos por essa escola? F) Quem eram os professores dessa escola? G) Como era a organização curricular dessa escola de Dourados?

Os conhecimentos a serem produzidos poderão ser úteis aos pesquisadores da história da educação brasileira, principalmente aos que se dedicam ao estudo da educação no sul do antigo Mato Grosso, professores da rede estadual e a sociedade de uma forma geral, sobretudo a sociedade douradense.

Com o objetivo de situar este trabalho no campo de estudos da História da Educação, elaborou-se um levantamento de pesquisas realizadas acerca do ensino secundário,

principalmente nas produções existentes em teses e dissertações. Assim, passou-se à análise e leituras de Teses e Dissertações no SCIELO, Domínio Público, nos sites dos programas das instituições de Pós-Graduação da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, da UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso, UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na UCDB – Universidade Católica Dom Bosco e no Banco de dados do CDR - Centro Documentação Regional de Dourados.

Inicialmente buscou-se fazer um levantamento dos trabalhos produzidos sobre ensino secundário na historiografia educacional brasileira, para, em um segundo momento, levantar especificamente as produções acadêmicas sobre a temática, relativas a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, realizadas tanto em universidades desses dois Estados como também de outros, além deles.

Nos levantamentos efetuados constatou-se a existência de um estudo clássico sobre ensino secundário, realizado por Geraldo Bastos Silva (1957), “A Educação secundária – perspectiva histórica e teoria”. Essa obra é resultante de 25 anos de leituras, reflexões e estudo acerca dos problemas de educação em geral.

Desde os anos de 1970 o estudo e pesquisa sobre o ensino secundário têm marcado presença na produção acadêmica no campo da História da Educação. Em 1971, Maria de Lourdes Mariotto Haidar defendeu, na Universidade de São Paulo, a tese de doutorado que versou sobre “O ensino secundário no Império”. Em 1973, sobre outra perspectiva do ensino secundário, na Universidade Estadual Paulista, Tirsia Regazzini Peres defendeu a sua tese intitulada “Educação republicana: tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro: 1890-1920”.

Mais recentemente, na História da Educação, os trabalhos sobre o ensino secundário estão voltados, em grande parte, para a história das instituições escolares públicas, privadas, confessionais e laicas, com análises dedicadas às formas de escolarização secundária, representações da qualidade de ensino, trajetória democrática de instituição, como os de Rodrigues (2009), Dallabrida (2001), Diniz (2012), Lameira (2008), Perez (2006) entre outros. Verificaram-se, também, estudos sobre a educação secundária na imprensa, como o de Sant’Ana (2009). Esse levantamento permite observar que as produções acerca do ensino secundário, na historiografia educacional brasileira, vêm se ampliando, a partir dos anos de 2000.

Na produção acadêmica sobre o ensino secundário em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul destacam-se alguns trabalhos. Na Universidade Federal de Mato Grosso, Elizabeth

Figueiredo de Sá Poubel e Silva defendeu, em 2000, a sua dissertação de mestrado intitulada “Escola Normal de Cuiabá (1910-1960)”. A autora procurou analisar como ocorreu a formação de professores em Cuiabá, em uma instituição de ensino pública do Estado de Mato Grosso.

Arilson Aparecido Martins, também no ano de 2000, defendeu, na Universidade Federal de Mato Grosso, a dissertação “O Seminário Episcopal da Conceição (MT): Da Materialidade Física à Proposta Pedagógica 1858-1880”. Essa dissertação teve como objetivo abordar a história da primeira instituição de ensino com formação religiosa e nível secundário de Mato Grosso. Para tanto, o autor descreveu o percurso da Igreja Católica, focalizando a educação no Seminário Ecliseático.

Maria Inês Zanelli, em outra perspectiva de estudo sobre o ensino secundário, defendeu a dissertação intitulada “A criação do Liceu Cuiabano e a Formação dos Intelectuais no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias”, na Universidade Federal de Mato Grosso, em 2001, tendo como objeto de pesquisa a primeira instituição de ensino secundário de Mato Grosso, no caso, o Liceu Cuiabano. Nessa dissertação a autora discorreu sobre questões relacionadas às escolas de ensino secundário e à formação dos alunos no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias.

No ano de 2005, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Maria Fernandes Adimari, em sua dissertação “Escola e cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança. Campo Grande/MS (1954-2004)”, procurou analisar como foi construída essa escola em Campo Grande, bem como a relação que a instituição estabeleceu com o seu entorno. Convém lembrar, aqui, que o prédio dessa Escola foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o que contribuiu para torná-la uma instituição de referência para a cidade.

Em 2005, Horácio dos Santos Braga produziu uma dissertação que versava sobre a mesma escola: “O Ensino de Latim na Escola Maria Constança de Barro Machado como reflexo da história da disciplina no Brasil (1939-1971)”, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O autor, na perspectiva dos estudos sobre a história das disciplinas escolares, analisou a história do ensino de Latim, uma disciplina integrante do currículo do curso ginásial, no período compreendido entre 1938 e 1971, tendo como *locus* histórico e social a Escola Estadual Maria Constança de Barros.

Paulo Henrique Azuanga Braga, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2006, escreveu sobre “A disciplina de Educação Física no Maria Constança: expressões da cultura escolar no período de 1954-1964”. Nessa dissertação o autor examinou como a disciplina de Educação Física se configurou no Colégio Maria Constança e contribuiu para

expressões da cultura escolar, no período de 1954-1964, buscando compreender e explicar como se deu a construção dessa disciplina e quais foram as estratégias empregadas para que se mantivesse no currículo.

Em 2007, também na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Rosana Santana de Moraes defendeu a dissertação cujo título foi “A História da Disciplina de Língua Espanhola Expressa nas Leis e na Cultura Escolar do Colégio Maria Constança em Campo Grande – MT (1953-1961)”. Trata-se de uma análise da introdução da disciplina Língua Espanhola no currículo do Curso Ginásial da instituição, no período de 1953 a 1961.

Ainda sobre a mesma instituição de ensino, em 2007, Adriana Alves de Lima Rocha, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em sua dissertação “Por uma história do currículo no/do Colégio Maria Constança na década de 1960: cultura docente, práticas e materiais curriculares”, analisou o currículo da Escola, na década de 1960, tomando como fonte de pesquisa as listas dos livros adquiridos pela biblioteca do Colégio Maria Constança.

Em 2009, Stella Sanches de Oliveira defendeu a dissertação “História da disciplina escolar de Francês no Colégio Estadual Campo-grandense (1942-1962)”, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nessa dissertação, a autora estabeleceu como objetivo analisar a história da disciplina de Francês, por meio de seu funcionamento no Curso Ginásial do Colégio Estadual Campo-grandense, em Campo Grande, na época, estado de Mato Grosso, no período de 1942 a 1962.

Wanderlice da Silva Assis, em 2010, produziu, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, um estudo que não versava sobre a realidade histórica do ensino secundário em Mato Grosso ou em Mato Grosso do Sul, mas procurava compreender o lugar que a biblioteca escolar ocupou no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro no período de 1833 a 1968. “O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1826-1968)” procura demonstrar a importância e função educativa da biblioteca no contexto educacional.

Em 2012, Fernando Vendrame Menezes, em um estudo voltado ao ensino secundário no Sul de Mato Grosso, defendeu, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, um estudo intitulado “Indícios das Práticas Curriculares na Disciplina História em uma Escola Exemplar de Campo Grande entre 1942 e 1970”. Nessa dissertação, o autor procurou analisar os indícios das práticas curriculares na disciplina de História, em uma Escola Exemplar de Ensino Secundário de Campo Grande, no período de 1942 a 1970.

Na Universidade Católica Dom Bosco, em 2010, Marcelo Pereira Rocha defendeu a dissertação “O Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso no Contexto das

Reformas Educacionais: O Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)". O autor buscou investigar o processo de implantação do ensino secundário, no Ginásio Osvaldo Cruz, em Campo Grande, no sul do Estado de Mato Grosso, no período de 1927 a 1949.

A dissertação de Irene Quaresma Viana, intitulada "O ensino de história nas escolas públicas no período de 1971 a 2002, o caso da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados/MS", defendida na Universidade Federal da Grande Dourados, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, em 2007, foi o único trabalho encontrado que versa sobre o ensino secundário em Dourados. A autora apresenta algumas caracterizações sobre o Ensino de História e as contribuições para o debate do ofício de historiador, discursa acerca das reflexões presentes e explana sobre como entender a História, que é um fazer permanente, e a investigação histórica, que está aberta às múltiplas possibilidades.

Dessa forma, a autora desta dissertação buscou identificar, nas peculiaridades de cada dissertação e artigos, elementos que pudessem fornecer subsídio para analisá-los na perspectiva da História das Disciplinas Escolares.

De um modo geral, pôde-se observar, no levantamento realizado nas produções sobre o ensino secundário, sobretudo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que a temática vem sendo privilegiada, principalmente, sob as perspectivas investigativas da história das instituições escolares, da história das disciplinas do ensino secundário em instituições educacionais. No entanto, cabe registrar que a produção em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, encontra-se mais voltada ao ensino secundário em Cuiabá e Campo Grande, pois a produção sobre essa temática em municípios como o de Dourados é ainda escassa; prova disso é o fato de apenas a dissertação de Irene Quaresma ter sido localizada, relacionada ao ensino secundário em Dourados.

Diante do exposto, pode-se dizer que essa modalidade de ensino ainda precisa ser pesquisada em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não apenas nas capitais, mas também em cidades do interior desses Estados, pois a produção historiográfica sobre esse nível de ensino encontra-se, em sua maioria, voltada para objetos de estudo situados nas capitais Cuiabá e Campo Grande.

Ainda cabe registrar que, em Mato Grosso, não foi localizado trabalho sobre o ensino secundário que tivesse o seu objeto de estudo ligado a uma cidade do interior. Tais circunstâncias acabam por justificar a relevância desta pesquisa, para a ampliação dos estudos sobre o ensino secundário na historiografia educacional, desses dois Estados brasileiros, pois até o ano de 1977, antes do desmembramento das partes Norte e Sul, ambos faziam parte do Mato Grosso uno.

Para a análise da expansão do ensino secundário no sul do antigo Mato Grosso e da história do Colégio Presidente Vargas de Dourados, a abordagem deste texto está aliada a um referencial teórico voltado para a História, História da Educação, Cultura Escolar, dentre outros, acrescida de referencial sobre a expansão do ensino secundário em Mato Grosso e sobre a colonização e povoamento da cidade de Dourados. Esse apoio bibliográfico não somente trouxe a base conceitual elementar sobre a temática, mas também contribuiu para o entendimento do contexto histórico da educação no período estudado, sob a perspectiva teórica da Nova História Cultural.

A Nova História Cultural surgiu, segundo Chartier (1990),

[...] da emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar etc. (p.14).

No campo de estudo da História da Educação, a influência da Nova História Cultural fez com que os pesquisadores dessa área passassem a se dedicar a outra proposta de estudo, com novos objetos, novos temas, novos problemas e novos procedimentos de análise, favorecendo outros caminhos para o seu estudo, como é o caso, por exemplo, da investigação aqui proposta, que se debruça sobre pesquisar a história de uma instituição pública de ensino secundário, do Sul de Mato Grosso.

É nesse contexto que as investigações sobre a história das instituições escolares ganharam espaço na historiografia educacional, têm adquirido importância crescente na pesquisa em História da Educação e representam um tema expressivo entre os pesquisadores.

A base conceitual de cultura escolar fez parte do referencial teórico para a pesquisa, a fim de subsidiar a análise sobre a história do Colégio Presidente Vargas de Dourados, com vistas a caracterizar o perfil dos alunos em relação à profissão dos pais, idade e residência, a examinar o perfil do corpo docente, quanto à formação e a analisar a organização curricular dessa instituição.

Nesse sentido, de acordo com Juliá (2001, p. 10 -11), a cultura escolar é definida como

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar

dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e aos demais professores.

O conceito de cultura escolar permite entender os elementos que modelam as instituições de ensino como a distribuição escolar do tempo e do espaço, as normas, a organização dos programas e as práticas educativas, o que torna significativo neste estudo para a compreensão da organização curricular que se fez presente nos cursos da Escola Presidente Vargas, em Dourados.

O olhar investigativo foi direcionado a compreender, por meio das fontes documentais, os saberes corporificados nos planos de ensino dos Cursos e nas diversas práticas educativas da Escola Presidente Vargas. Assim, a pesquisa passa a enfatizar questões ligadas também ao currículo, uma vez que busca identificar e examinar qual era a organização curricular adotada nos cursos da instituição de ensino. É necessário adotar uma concepção de currículo, para a análise que aqui será empreendida. No entender de Goodson (2001), a análise histórica do currículo deve tentar “captar as rupturas e disjunturas, surpreendendo, na história, não apenas aqueles pontos de continuidade e evolução, mas também as grandes discontinuidades e rupturas” (p.7).

Para pesquisar a expansão do ensino secundário no Sul do antigo Mato Grosso e em Dourados, e a história do Colégio Estadual Presidente Vargas foi necessário recorrer a uma documentação do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, do arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas, do acervo do Núcleo Tecnológico Educacional de Dourados do acervo do Museu Municipal de Dourados, do acervo do Jornal “O Progresso” e dos acervos pessoais de ex-alunos e antigos professores do Colégio.

É importante, aqui, apresentar um relato da trajetória empreendida para a busca dos documentos. O primeiro passo foi entrar em contato com o diretor da escola para informar sobre a pesquisa e solicitar a autorização para o acesso a arquivos/documentos. Em seguida, enviou-se um ofício à secretaria de educação do estado a fim de informar sobre o motivo da pesquisa e solicitar a devida liberação para o acesso à busca, etapa demorada em que a secretaria de educação, inclusive, solicitou da professora orientadora uma justificativa sobre quais eram os reais interesses da pesquisa. Com a autorização dada pela Secretaria Estadual da Educação de Mato Grosso, iniciaram-se as pesquisas *in loco*, sempre com a presença de um funcionário da escola, que acompanhava todo o desenvolvimento da investigação. O terceiro passo foi de fato “garimpar” os documentos no NTE – Núcleo Tecnológico Educacional de Dourados. Conforme se pode observar nos Anexos 01, 02 e 03, toda a

documentação estava armazenada em caixas, com numeração, algumas com identificação, outras não; os documentos não estavam organizados com datas, ordem, caracterização e catalogação definidas, fatores que dificultaram a busca. O quarto e último passo foi verificar como estavam dispostos esses documentos e fazer uma seleção dos mais relevantes.

A investigação empreendida nos arquivos do CDR sobre o Colégio Estadual Presidente Vargas permitiu localizar um conjunto de documentos de diferente natureza, como se pode observar no Quadro 1.

QUADRO 1 – Relação dos Documentos sobre o Colégio encontrados no CDR de 1958 a 1971

Documentos
Ofícios
Currículo de professores
Relatórios dos Presidentes da Província e Governadores do Estado de Mato Grosso
Recibos de aquisição de materiais para fanfarra
<i>Decreto n.º 2036, de 08 de julho de 1974 - Mensagens de Governador</i>
Nomeações para professor substituto
Solicitação de contratação de professores
Relatórios sobre transferências de alunos
Fotos do laboratório
Fotos do colégio ¹

Fonte: CDR / UFGD

Cabe ressaltar que as fotos do colégio relacionadas ao recorte temporal são poucas, e algumas imagens da instituição foram encontradas na obra de Moreira².

É importante, ainda, destacar que, em virtude de o Colégio Estadual Presidente Vargas estar, atualmente, em reforma, temporariamente funciona em outro local na cidade de Dourados, no qual não há salas para guardar os documentos dessa instituição de ensino. Dessa forma, esses documentos foram armazenados em caixas e arquivados em uma sala cedida provisoriamente pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da cidade de Dourados/MS (NTE). Essa sala está situada no terceiro andar do prédio, é um espaço pouco iluminado e pouco

¹MOREIRA, Regina Heloiza Targa. **Memória Fotográfica de Dourados**. Campo Grande: UFMS. 1990. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Projeto: "Recuperação da Memória Fotográfica de Dourados".

arejado. Esse material encontra-se depositado em prateleiras de madeira e de aço, dentro de caixas de papelão numeradas, o que, de certa forma, garante uma conservação razoável. O Quadro 2 apresenta a relação dos documentos encontrados no Núcleo de Tecnologia Educacional da cidade de Dourados/MS.

QUADRO 2 – Relação dos documentos sobre o Colégio Estadual Presidente Vargas, encontrados no NTE de Dourados/MS

Documentos
Termo de matrículas de 1958 a 1960
Relatório de Diagnóstico da escola
Atas dos resultados finais de 1958 a 1971
Diplomas e Portarias
Certidões de nascimento de ex-alunos e Matrículas de ex-alunos
Recortes de jornais do “O Progresso”, “O Douradense” e do jornal “O Grito”
Livro ponto dos professores e Certidões de nascimento de professores
Diplomas de professores e ex-alunos
Atas do administrativo
A grade curricular

Fonte: NTE de Dourados/MS

Na sequência, o Quadro 3 traz a relação de uma documentação referente à escola, encontrada em diferentes lugares, como nos Jornais da Cidade de Dourados, no Museu Municipal, no acervo pessoal dos ex-alunos e antigos professores do Colégio, entre outros.

QUADRO 3 – Relação de documentos encontrados, referentes ao objeto de pesquisa

Documentos	Locais dos documentos encontrados
Caderno e boletim -	Acervo particular de ex-alunos de Dourados
Atas do termo de posse da direção 1958 a 1971	Arquivo da Escola – Fundo do auditório
Foto de formatura – 1962	Acervo particular de ex-aluna
Lista dos nomes dos diretores – 1958-1971	Jornal e Arquivo da Escola
Fotos do laboratório – 1963	Biblioteca da Escola
Fotos da 2ª turma – 1959	Museu da cidade
Recortes de jornais sobre comemorações cívicas	Arquivo da escola - Biblioteca

Fonte: Quadro construído a partir dos documentos/fontes encontrados nos arquivos do Colégio Estadual Presidente Vargas, sendo que, hoje, uma parte está no fundo do auditório e outra parte na biblioteca do arquivo da instituição pesquisada; do Jornal “O Progresso” e “O Douradense” e Museu da cidade de Dourados/MS.

Apesar da riqueza de informações dos documentos listados nos quadros, foi necessário prestar atenção ao fato de que essas fontes são produções humanas, conforme aponta Le Goff (1996, p.545): “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder (...)”. Desse modo, os documentos, enquanto produções humanas, podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado. Afinal, cabe ao pesquisador o trabalho de conferir validade, coerência, lógica e unidade, nos documentos pesquisados.

Vale lembrar que os documentos dos arquivos escolares apresentam limitações para o estudo da história das instituições, porém não se pode deixar de registrar, aqui, que essa documentação interna dos arquivos escolares traz registros de caráter pedagógico, administrativo e histórico, que possibilitam um conjunto de informações para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre as instituições escolares, as quais permitem a compreensão de elementos significativos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram, das práticas que nela circularam e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu com o seu entorno.

As informações obtidas e reunidas nesta dissertação estão organizadas em três capítulos. O primeiro capítulo, “O Ensino Secundário em Mato Grosso: o caso do Sul do Antigo Mato Grosso”, versa sobre a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, focalizando o desenvolvimento desse nível de ensino na parte Sul desse Estado.

O segundo capítulo, “A Escola e a Cidade: o Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, suas origens e seus sujeitos”, aborda sobre o processo de criação e implantação desse Colégio na cidade, caracteriza o perfil dos alunos e do quadro docente.

O capítulo terceiro, intitulado “O Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados e sua organização curricular”, discute o currículo posto em funcionamento nos cursos oferecidos pela Escola, no período de 1958 a 1974, no que diz respeito às grades curriculares, conteúdos de disciplinas dos cursos, entre outros aspectos.

I. O ENSINO SECUNDÁRIO EM MATO GROSSO: O CASO DO SUL DO ANTIGO MATO GROSSO

Antes de analisar historicamente a criação do primeiro Ginásio público de Dourados, bem como o processo de expansão do ensino secundário em Mato Grosso, mais especificamente da parte do Sul do antigo Mato Grosso, acredita-se que seja conveniente esclarecer alguns aspectos que marcaram a história desse nível de ensino, após os anos de 1930, uma vez que foi nesse período que a educação no Brasil começou a articular, juntamente ao desenvolvimento econômico, mudanças curriculares, no que se refere a ensino, principalmente pelo Decreto nº 19.890 de 18/04/1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, e a Lei Orgânica do Ensino Secundário - Decreto-Lei nº 4.244 de 09/04/1942, além do *Manifesto dos Pioneiros*, em 1932, e sua promulgação em 1934.

O ensino secundário no Brasil só começou a se estruturar de forma sistematizada após o ano de 1930. Até esse período, essa modalidade de ensino nunca estivera organizada à base de um sistema nacional de educação, uma vez que a educação no país vivia um clima de esperanças e expectativas, em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural.

Em 1931, Getúlio Dornelles Vargas nomeou Francisco Campos para ministro da educação e saúde – nomenclatura desse ministério, na época. Como Francisco Campos já tinha sido responsável pela reforma no estado de Minas Gerais, ele procurou, com base nas experiências das reformulações efetuadas na educação mineira, retomar os mesmos princípios e adotá-los em nível nacional. O principal foco da Reforma Francisco Campos foi o ensino secundário; esse ministro não se preocupou com o ensino primário, tampouco com a educação profissionalizante, uma vez que a exigência de habilitação em nível secundário era obrigatória para o ingresso no ensino superior.

O que existiam eram os sistemas estaduais, sem articulação com o sistema central, alheios, portanto, a uma política nacional de educação. A esse respeito Romanelli (2002, p. 131) afirma que o “[...] ensino secundário [...] não passava de ‘cursos preparatórios, de caráter, portanto, exclusivamente preparatório’”.

Uma das características relevantes da educação secundária, no início do século XX, refere-se à desarticulação com o ensino primário e profissional. Souza (2008, p. 108) argumenta sobre essa descontinuidade dos estudos em termos pedagógicos:

Em relação ao primário, a descontinuidade verifica-se em termos pedagógicas, nos planos de estudos e na sequenciação. A exigência da

conclusão do ensino elementar como requisito para o ensino secundário foi adotada na legislação de alguns estados, mas não se constitui em uma prática institucional consolidada e disseminada.

Tal circunstância permite observar uma dualidade acerca da Reforma Francisco Campos, pois ao priorizar novas organizações sobre o ensino secundário, não foram consideradas as questões relacionadas ao ensino primário, que eram pré-requisitos para o ingresso no ensino secundário. A esse respeito, Souza (2008, p. 108) esclarece que:

O exame de admissão à 1ª série do curso ginásial prevaleceu como o requisito mais importante de comprovação do conhecimento e maturidade do estudante para ingresso no secundário. O distanciamento em relação ensino técnico- profissional devia-se às barreiras sociais que historicamente diferenciavam esses dois tipos de ensino no país.

Em realidade, pode-se dizer que a Reforma Francisco Campos tinha como objetivo maior atribuir uma organicidade e seriação ao ensino secundário, uma vez que superou o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados. Assim, a Reforma Francisco Campos alterou a duração do ensino secundário, de cinco para sete anos, e o dividiu em dois ciclos:

O primeiro ciclo, chamado “fundamental”, com um período de cinco anos, era um curso comum a todos os estudantes secundaristas e conferia formação geral. A segunda fase do ensino secundário, o “ciclo complementar”, formado por dois anos, era propedêutico para o curso superior e apresentava um leque de três opções: “para os candidatos à matrícula no curso jurídico”, “para os candidatos nos cursos de medicina, farmácia e odontologia” e “para os candidatos nos cursos de engenharia ou de arquitetura”. (BRASIL, 2007, p. 1-2 *apud* DALLABRIDA, 2009, p.186).

Dessa maneira, a Reforma Francisco Campos atribuiu uma estrutura mais complexa ao ensino secundário. Segundo Zotti (2004), essa Reforma, por um lado, proporcionou, ainda, um melhor equilíbrio entre as disciplinas humanísticas e científicas; por outro lado, não levava em consideração as peculiaridades regionais, isto é, os elaboradores estavam mais preocupados em controlar os programas que constituíam as disciplinas do que criar condições de sua aplicação.

Ainda na década de 1930, a Constituição de 1934 estabelecia a exigência de fixação das diretrizes da educação Nacional e a elaboração de um plano nacional de educação. Durante o Estado Novo, o presidente Getúlio Dornelles Vargas definiu a qualificação profissional como prioridade. No entanto, essa Constituição não chamou a responsabilidade da educação nacional para si, isto é, o Governo Central se limitava a “animar” a cultura geral da população (BRASIL, 1934, s/p, Art.148). Já a segunda Constituição, outorgada em 1937,

no período denominado “Estado Novo” (1937-1945), por sua vez, retirou qualquer tipo de obstáculo para a abertura de instituições de iniciativa particular.

A segunda reforma educacional, denominada Reforma Capanema, aconteceu no governo de Getúlio Vargas e foi apresentada pelo ministro Gustavo Capanema Filho. No que diz respeito ao ensino secundário, o Decreto-Lei nº 4.244/1942 instituiu as bases da organização do ensino secundário no Brasil. O artigo primeiro evidenciava que os princípios desse grau de ensino seriam:

- 1) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes,
- 2) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística, e
- 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, 1942, p. 20).

Importa destacar, aqui, que a Lei Orgânica do Ensino Secundário nº 4.244/1942 veio revitalizar a formação humanista e estabelecer, como finalidade desse nível de ensino, “[...] formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística”. (BRASIL, 1952, p. 21 apud. SOUZA, 2009, p. 81).

A referida Lei Orgânica do Ensino Secundário também reestruturou essa modalidade de ensino dividindo-o em dois ciclos compreendidos da seguinte forma: 1º ciclo, chamado de ginásio (secundário, industrial, comercial e agrícola) e um 2º ciclo dividido entre clássico e científico. Este último ciclo, na Reforma Francisco Campos, estava dividido em três fases, pois passava a constituir-se em dois cursos que não apresentavam, do ponto de vista curricular, qualquer caráter de especialização.

Portanto, no entender de Dallabrida (2009),

A divisão criada pela Reforma Francisco Campos foi rearranjada na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (Reforma Capanema) ao estabelecer o ciclo ginásial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início da década de 1970, quando foi criado o 1º grau, a partir de fusão do curso primário com o ciclo ginásial, e o 2º grau, formado pelo ciclo colegial (p. 187).

Nesse sentido, é importante considerar que a Reforma Capanema se diferencia da Reforma Francisco Campos, no que diz respeito ao ensino secundário, quando subdivide o colegial em clássico e científico, mas o objetivo propedêutico é semelhante. Diante disso,

pode-se dizer que “[...] o primeiro acentuou o estudo das letras e o segundo o estudo das ciências, mas ambos tinham o mesmo objetivo: preparar a elite para o ensino superior” (ZOTTI, 2004, p. 109).

Apesar das reformas educacionais realizadas no contexto nacional, a escola de ensino secundário, que em 1930 era bastante preliminar, ainda permaneceu assim até o início dos anos de 1960. Foi somente a partir da Lei 4.024/61 que surgiu um novo olhar para o ensino secundário, com características diferenciadas, para contemplar um contingente maior de jovens oriundos das classes médias e camadas populares. A esse respeito Nunes (2000) aponta que

O ensino secundário continuaria, portanto, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, um curso de cultura geral e de cultura humanística, com o mesmo sistema de provas e exames previsto na legislação anterior, mantendo a seletividade que seria colocada em xeque pela demanda social, sobretudo nas décadas de 50 e 60 do século XX. (p.14).

Com a promulgação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 4.024/61, o ensino secundário passou por novas reformulações. Esse nível de ensino passou a admitir uma variedade de currículos, de acordo com as matérias optativas que fossem preferidas pelos estabelecimentos. As disciplinas escolares como, por exemplo, o Latim e Francês, deixaram de ser obrigatórias. No entanto, a duração do ensino secundário permaneceu a mesma: o primeiro ciclo, de grau ginásial com a duração de quatro séries anuais e o segundo ciclo de grau colegial, com duração de três ciclos no mínimo.

Apesar de a Lei 4.024/61 ter trazido reformulações ao ensino secundário brasileiro, no que se referia à implantação dos cursos científicos, havia ainda questões não bem definidas, concernentes ao ensino no país; não havia, por exemplo, uniformidade, pois havia escolas polivalentes, isto é, algumas instituições administravam cursos mais relacionados às disciplinas que abrangiam as áreas agrícolas, industriais, comerciais e outras que visavam à formação humanística.

Essa estrutura de ensino perdurou até o ano de 1971, quando, então, foi promulgada uma nova LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692/71, que foi denominada de Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Nessa perspectiva, Nunes (2000, p. 58) explica que:

A Lei 5.692 de 1971 reformularia o ensino de primeiro e segundo graus no país. O aumento no nível de escolaridade do trabalhador definiu o objetivo desse ensino que, além da cultura geral básica, incluía uma educação para o trabalho. O primeiro ciclo do ensino secundário seria definitivamente

incorporado ao ensino de primeiro grau que, dessa forma, ampliava a obrigatoriedade escolar para 8 anos na faixa etária dos 7 aos 14 anos. Estavam abolidos os exames de admissão. Do ponto de vista do currículo essa escola se encarregaria de uma educação geral fundamental, de uma sondagem vocacional e iniciação para o trabalho.

A partir dessa Lei o ensino não mais ficou dividido em secundário e profissionalizante, uma vez que eram duas modalidades distintas. Passou-se a ter 1º e 2º Graus; este último não distinguia o humanístico do profissionalizante.

Para Romanelli (2002, p. 237), essa nova estrutura de ensino foi responsável por eliminar o dualismo antes existente entre escola secundária e escola técnica, uma vez que “cria uma escola única de 1º e 2º graus – o primeiro grau com vistas à educação geral fundamental e à sondagem vocacional e iniciação para o trabalho; o segundo grau, com vistas à habilitação profissional de grau médio”.

Essas mudanças instituídas pelas Reforma Francisco Campos e Reforma Capanema, bem como pelas duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 4.024/61 e 5.692/71, vigentes no período em estudo, acabaram por transformar as características do ensino secundário entre os anos de 1930 a 1971.

O ensino secundário em Mato Grosso e Sul do antigo Mato Grosso: o primeiro Ginásio público de Dourados

A criação do primeiro ginásio estadual do município de Dourados deve ser analisada dentro do processo de expansão do ensino secundário em Mato Grosso, sobretudo de como se caracterizou essa expansão na parte do extremo Sul de Mato Grosso.

O que se observou, durante o período imperial e o início da República, em Mato Grosso, é que o ensino secundário era apenas privilégio da Capital de Mato Grosso. O ensino secundário público teve início por meio da estruturação do Liceu Cuiabano, criado pela Lei nº 536, em 3 de Dezembro de 1879, ainda no período Imperial, com a denominação de Lyceu de Línguas e Ciências. Essa Lei, em seu Artigo 1º, preconiza o seguinte: “fica criado nesta Capital um Liceu de línguas e ciências, com o fim não só de habilitar professores para o magistério público primário, como os aspirantes às matrículas dos cursos superiores do Império.” (*apud* SÁ e SIQUEIRA, 2000).

O Liceu foi instalado em 7 de março de 1880, já no Governo de Rufino Enéas Gustavo Galvão, Barão de Maracaju. Nesse mesmo governo, foi aprovado o Regulamento expedido

em 4 de março de 1880, pela Lei 540, de 23 de outubro do mesmo ano. (MARCÍLIO, 1963, p. 153). Segundo esse Regulamento:

Artigo 1º - A instrução na província de Mato Grosso abrangerá o ensino primário e secundário.

Artigo 6º - O ensino público secundário será ministrado no Liceu Cuiabano, criado pela lei provincial nº 536 de 3 de dezembro de 1879.

Artigo 7º - O Liceu compreenderá, além das cadeiras que formam o curso normal, as de Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral e Retórica, e História Universal.

Em realidade, Mato Grosso seguia a característica da maioria dos estados brasileiros, que mantinham apenas um estabelecimento de instrução secundária, sob os cuidados do cofre do Estado, no caso, aqui, o Liceu Cuiabano:

Artigo 53º - O ensino secundário continua a ser ministrado no Liceu Cuiabano, que tem por fim preparar a mocidade com a cultura intelectual indispensável para o regular desempenho de qualquer profissão, considerado como tal o exercício de empregos públicos, seja no magistério oficial, ou nas repartições administrativas do Estado. (MATO GROSSO, 1896, p. 71).

Em 15 de agosto de 1895, assumiu a Presidência do Estado de Mato Grosso, Antônio Corrêa da Costa (1895 – 1898), que propôs reformar radicalmente o ensino primário e secundário e “a 20 de junho de 1896 o referido Presidente de Estado expediu um novo regulamento para a instrução pública do Estado, autorizado pela Lei nº 152, de 16 de abril desse ano, na forma do Decreto nº 68”. (MARCÍLIO, 1963, p.118).

Apesar de ser a única instituição oficial de ensino secundário de Mato Grosso, o Liceu Cuiabano teve o seu processo de equiparação com o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, passando por várias oscilações. A esse respeito Souza (2008) menciona que:

[...] Coerente com o nacionalismo predominante na época e a referência nacional inscrita nas disciplinas escolares, muitas escolas secundárias existentes na Primeira República cultuavam os valores cívicos, patrióticos e republicanos. Especialmente os ginásios estaduais equiparados ao Colégio Pedro II, desfrutavam de um enorme prestígio social. Esses estabelecimentos de ensino, instalados no centro das capitais, projetavam para toda sociedade valores simbólicos, erigindo-se como espaços dedicados ao saber, à educação e à cultura [...]. (SOUZA, 2008, p. 123-124)

Como se pode observar, o Colégio Pedro II era uma referência nacional; as escolas, no que se referia ao ensino secundário, almejavam e “intencionavam” uma igualdade no ensino,

equiparação e formação acadêmica. Cabe ressaltar que era uma tentativa de o Governo Central exercer a direção sobre esse ramo de ensino no país.

Em virtude da descaracterização do Decreto de Benjamin Constant, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, que ficou conhecido como Reforma Epitácio Pessoa. Com essa Reforma e a complementação do Regulamento do Ginásio Nacional com o Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901, consolidou-se o regime de equiparação, sendo aplicado em todos os estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares; manteve-se, assim, o exame de madureza e o programa de implantação do regime de estudos seriados, isto é, do curso ginásial, substituindo os exames parcelados.

Porém, a Reforma Epitácio Pessoa não conseguiu implantar o curso seriado, que foi adiado para 1904, e os preparatórios foram novamente prorrogados em 1908. Entretanto, em 1911, quando foi aprovado o Decreto nº 8.659, de 5 de abril, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental revogou as medidas do Código Epitácio Pessoa. Para Nagle (1974),

[...] a terceira reforma republicana aplica ao ensino secundário um regime de “amplos autônomoas” sem que o mesmo chegue a significar uma completa desoficialização. Elimina os privilégios escolares, representados, no âmbito do ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginásiais ou de preparatórios, conferidos, até então, pelo Ginásio Nacional e estabelecimentos equiparados para que os estudantes tivessem condição legal de ingressar nas escolas superiores (p. 144).

Com a eliminação dos privilégios, instituiu-se o exame de admissão ao ensino superior independente de um certificado ou atestado de conclusão do ensino secundário. Com as prescrições da Lei Orgânica desapareceu a necessidade de um curso secundário modelo, e o ensino oficial é substituído por um livre, diversificado e mais flexível, realizado em estabelecimentos autônomos. A respeito dessa modalidade de ensino Nagle (1974) assinala que “mas, em franco desacordo com as condições do meio escolar brasileiro, as medidas desoficializadoras de 1911 provocam ‘grande balburdia na vida escolar’ e nova reforma se impõe”. (p.145).

E foi com a quarta reforma republicana, por meio do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que o estado interferiu parcialmente nos assuntos relacionados à instrução de ensino. De acordo com essa legislação, coube ao Governo Federal a tarefa de disciplinar e aperfeiçoar a instrução secundária no país. Com isso, reintegrou o Colégio Pedro II como estabelecimento modelo.

Pautado nessa premissa de colégio modelo, ao que tudo indica, o Liceu Cuiabano foi equiparado pela primeira vez ao Colégio Pedro II, em 1905. Na Mensagem do Presidente do

estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa (1918–1922), à Assembleia, ele informava que as matrículas do Liceu Cuiabano haviam aumentado no ano de 1916 (161) em relação a 1915 (97). Um aumento de pouco mais de 60% dos alunos, que praticamente se manteve estável, em 1917 (160); contudo, em 1918, houve uma queda de quase 37% de estudantes (101), e continuou caindo, chegando a aproximadamente 19%, no ano de 1919, com apenas 80 matrículas. (MATO GROSSO, 1919).

De um modo geral, pode-se dizer que as oscilações nos números de alunos do Liceu Cuiabano podem ser explicadas pelas sucessivas equiparações desse Estabelecimento Escolar ao Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro. A esse respeito, a Mensagem do Governador de Mato Grosso, de 1920, expunha que havia uma procura crescente, pelos estudantes, quando o Liceu era equiparado; porém, quando não havia esse privilégio, o corpo discente sofria uma queda.

Diante de tais circunstâncias pode-se dizer que o governo do Estado de Mato Grosso manteve o ensino secundário propedêutico somente no Liceu Cuiabano, na Capital, ao longo da Primeira República e até praticamente o final da década de 1930. Isso acabava por deixar o caminho aberto para as instituições de ensino particulares se instalarem em cidades prósperas do Estado, como foi o caso de Corumbá e Campo Grande, ambas situadas na parte Sul do Antigo Mato Grosso.

Convém esclarecer que no estado de Mato Grosso, as cidades de Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas vinham passando por um desenvolvimento mais acelerado no início do século XX, o que fez com que se firmassem como exemplos de desenvolvimento de novas frações da elite, não mais ligadas às oligarquias tradicionais, mas ao comércio e à pecuária na região sul de Mato Grosso. (BRITO, 2001).

Em Corumbá, no ano de 1918, teve início o curso secundário particular, e após alguns meses, em 2 de junho de 1918, os fundadores Maria Leite Pedroso de Barros, Ciríaco Felix de Toledo e Henrique Valle fundaram a “Sociedade Instrução Corumbaense”, com o intuito de viabilizar essa modalidade de ensino em Corumbá, a fim de atender aos anseios da sociedade local, que vislumbrava a efetivação desse grau de ensino. Porém, nove anos depois, essa ideia passou por nova reformulação, conforme se pode constatar nesse excerto de Oliveira e Gonçalves (2010, p. 59):

[...] em 7 de março de 1927 por falta de maiores equiparações ao Colégio D. Pedro II o Ginásio Corumbaense (antes Sociedade Instrução Corumbaense), foi transformado em Escola do Comércio, permanecendo até 16 de março de 1928 – data de seu fechamento. Em 15 de janeiro de 1928, por iniciativa particular e com base na experiência que havia adquirido ao dirigir o extinto Ginásio Corumbaense, o professor José de Souza Damy funda o Collegio

Maria Leite. Esse colégio foi idealizado com o objetivo de instituir em Corumbá um ensino de qualidade, que pudesse atender aos moldes e equiparações do Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro.

Após um ano da abertura do Colégio Maria Leite, não havia possibilidade de equipará-lo, e o professor José S. Damy, em 05 de abril de 1929, por meio de um ofício, solicitou à Câmara Municipal de Corumbá a equiparação do ensino secundário aos moldes do D. Pedro II, e que, para tanto, viesse uma banca examinadora do Rio de Janeiro. Em novembro do mesmo ano a referida instituição passou aos cuidados do município, quando recebeu o nome de Gymnasio Municipal Maria Leite e foi equiparado ao Collegio Pedro II, no Rio de Janeiro.

O Ginásio Maria Leite foi criado pela Lei nº. 97, assinada em 29 de outubro de 1937, época em que o Ginásio foi transferido do governo municipal para o governo estadual com essa denominação. Esse fato significou um avanço em relação ao ensino e conferiu, a Corumbá, uma oportunidade real de desenvolvimento educacional e cultural.

Essa situação acaba por confirmar que, por mais que as instituições particulares de ensino secundário conferissem certo ar de progresso e valorização cultural às cidades, eram os ginásios oficiais que propiciavam maior representação educacional e cultural. Nessa época de final da década de 1930, a conquista de um ginásio estadual, fosse para Corumbá ou para qualquer outra cidade do estado de Mato Grosso, constituía-se, na realidade, em um projeto político cultural ambicioso, uma vez que um político, para trazer uma instituição desse nível de ensino para a cidade, tinha que ter grande prestígio no cenário político do Estado, além de a cidade também ter uma representação econômica significativa no Estado.

Como se pode perceber, o Ginásio Municipal Maria Leite, depois Ginásio Maria Leite, seguiu as tendências da maioria das instituições de ensino secundário do Império e da Primeira República, como um colégio particular. Dessa forma, as atividades estavam direcionadas aos anseios da elite local. Contudo, em 1937, “o governo estadual encampou o Ginásio Municipal Maria Leite, situado em Corumbá pela Lei nº 27, de 29 de outubro” (BRITO, 2001, p. 75), tornando-o a segunda instituição pública de ensino secundária de Mato Grosso.

Na cidade de Campo Grande, em 1925, o Instituto Pestalozzi passou a oferecer o Curso Secundário. No ano de 1927, esse Instituto foi administrado pela iniciativa particular e pela municipalidade, passando a se chamar Gymnasio Municipal de Campo Grande, sendo equiparado ao Colégio Pedro II. Cabe lembrar que, nesse período, a equiparação, de acordo com a Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782, 1925), era privilégio dos estabelecimentos públicos. Em 1930, os Padres Salesianos assumiram a direção desse Ginásio, que passou a se

chamar “Gymnasio” Municipal Dom Bosco (GAZETA DO COMMERCIO, 1927, p. 4), e, posteriormente, Colégio Dom Bosco³.

Assim, no final da década de 1920, Campo Grande já contava com duas instituições de ensino secundário que ofereciam apenas o Curso Ginásial, no caso, o Ginásio Municipal, com 262 alunos matriculados e o Internato Oswaldo Cruz, com 265 alunos matriculados. (MATO GROSSO, 1929).

Ainda no final da década de 1920, no governo de Mário Corrêa da Costa (1926-1930), um novo Regulamento da Instrução Pública foi apresentado, por meio do Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Nesse Regulamento o ensino dividia-se em primário e secundário. Com isso, o poder público parece reconhecer a sua responsabilidade, no que se refere a esse nível de ensino.

Provavelmente, essa nova regulamentação de 1927 acabou por refletir positivamente no ensino secundário em Mato Grosso; em 1933, por exemplo, a situação educacional de Campo Grande era outra, uma vez que a cidade já não contava apenas com o Curso Ginásial oferecido pelo Ginásio Municipal e pelo Internato Oswaldo Cruz. A cidade tinha em funcionamento dois novos estabelecimentos de ensino, que ofereciam o Curso Normal: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e a Escola Modelo e Normal.

Além do Curso Normal era oferecido, na cidade, o Curso Comercial, no Internato Oswaldo Cruz e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. A Tabela 1 traz a relação das instituições de ensino de Campo Grande em 1933, com os respectivos cursos e número de alunos matriculados:

TABELA 1 – Instituições de Ensino Secundário em Campo Grande, em 1933

Nome do estabelecimento	Ginásial	Normal	Comercial	Total
Ginásio Municipal [Dom Bosco]	171	-	-	171
Colégio N. S. Auxiliadora	101	85	67	152
Internato Oswaldo Cruz	-	-	14	115
Escola Modelo e Normal		28	-	28

Fonte: Jornal Folha da Serra, em 1933.

³ “Já o Colégio Dom Bosco nasceu no lugar onde era o Instituto Pestalozzi com o nome de Ginásio Municipal Campo-Grandense. Transformou-se com o tempo, num dos colégios mais tradicionais da cidade.” (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 1999, p. 177).

A tabela mostra que o curso comercial era oferecido pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, com 67 (82%) alunos matriculados e pelo Ginásio Osvaldo Cruz com 14 (17%) alunos. Havia apenas dois estabelecimentos de ensino ginásial, ambos mantidos pela iniciativa particular: o Ginásio Municipal Dom Bosco, com 171 (62%) estudantes desse nível de ensino, e o Ginásio Osvaldo Cruz, com 101 (13%) alunos. (FOLHA DA SERRA, 1933).

Campo Grande chegou ao final do ano de 1930 com apenas três ginásios particulares: Osvaldo Cruz, Dom Bosco e Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Bittar e Ferreira Jr. (1999, p. 176-177), diante dessa realidade, observam o seguinte:

Isso permite notar a indiferença do governo estadual por Campo Grande (...) estava se refletindo realmente no ensino, pois não tínhamos ainda um ginásio público como o norte que ostentava o seu excelente Liceu Cuiabano. As duas cidades, porém, apresentavam mais ou menos o mesmo porte. (...) Já o Colégio Dom Bosco (...) transformou-se, com o tempo, num dos colégios mais tradicionais da cidade, ocupando importante espaço no cenário educacional.

É oportuno destacar que o Ginásio Osvaldo Cruz, desde sua implantação, em 1927, na cidade de Campo Grande, era uma instituição de ensino secundário com característica propedêutica para a formação da elite, pois assumira a lacuna da educação deixada pelo poder público e atendia, majoritariamente, jovens do sexo masculino que aspiravam ao ensino superior e, provavelmente, aos cargos da administração pública.

Para atender às exigências da Reforma Francisco Campos, por meio do Decreto nº 21.241/1932, que objetivava a reconstrução do ensino com novas bases e, dessa forma, superar o caráter propedêutico, para contemplar uma função educativa, moral e intelectual do adolescente, o Ginásio Osvaldo Cruz foi reformado, a fim de conseguir do Ministério da Educação a inspeção permanente, ou seja, o reconhecimento oficial para poder expedir certificados de habilitação do curso ginásial. Como ocorria em todo o país, o ensino e as reformas educacionais deveriam ser equiparados de acordo com as novas diretrizes da educação, conforme mencionado anteriormente. Em 1948, pelo Decreto Federal nº 26.402 de 24 de fevereiro de 1949, o Ginásio foi autorizado a funcionar como Colégio; o reconhecimento aos cursos clássico e científico foi concedido, sob regime de inspeção preliminar.

Somente em 1939 o terceiro colégio de ensino secundário público de Mato Grosso instalou-se na cidade de Campo Grande. Segundo Oliveira e Gonçalves (2009, p.250),

Liceu Campo-Grandense, esse foi o primeiro nome da escola Maria Constança. Criado em 18 de março de 1939, instalado junto ao grupo escolar

Joaquim Murtinho e a escola Normal, na rua Afonso Pena no centro da cidade. A instalação de uma instituição escolar secundária pública na cidade tem seus significados, a descrição da data de abertura compreendia que aquele estabelecimento era um verdadeiro presente para a cidade, com ele Campo Grande dava mais um passo rumo ao progresso.

Dessa forma, Campo Grande transformou-se “símbolo” de desenvolvimento, pois as transformações sociais e políticas e, então, a instalação de um colégio público favoreciam o progresso da cidade. Contudo, apesar desse crescimento e da importância do Colégio, há que se observar, de acordo com Oliveira e Gonçalves (2009, p. 250), em relação à escola, que,

Entre 1939 a 1940, o Liceu Campo-Grandense abriu e fechou duas vezes, por não conseguir a autorização oficial de funcionamento. Em depoimento no livro de Rosa (1990), a professora Maria Constança não explica claramente porque foram necessários três anos para que o Liceu abrisse definitivamente suas portas.

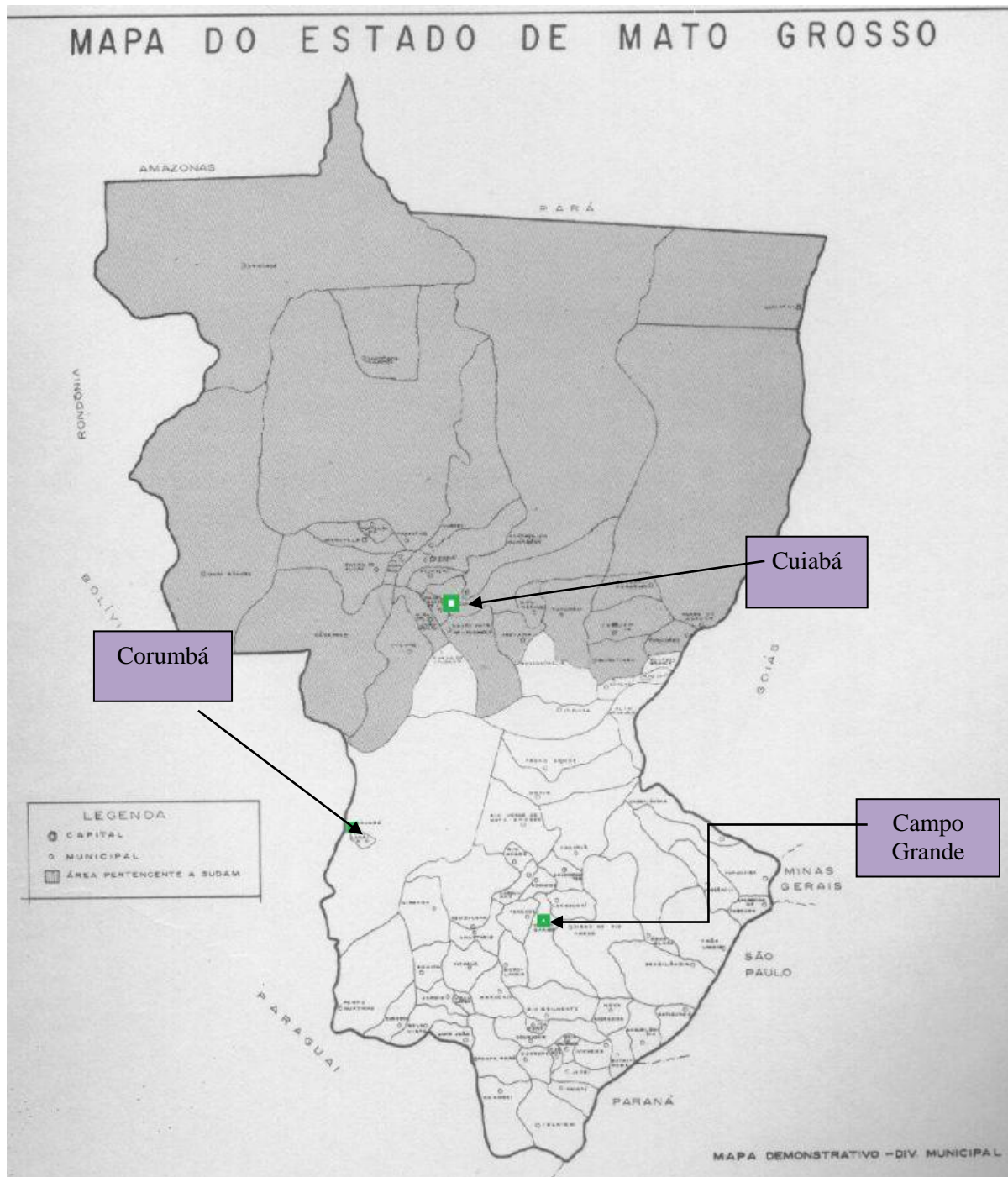
Porém, foi somente em 1942 que o ginásio público Liceu Campo-Grandense, em Campo Grande do Mato Grosso-Uno, passou oficialmente a funcionar, tendo como principal articuladora a professora Maria Constança Barros Machado, na época, diretora do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, que solicitou ao governo essa modalidade de ensino secundário público.

O nome do Liceu Campo-Grandense foi mudado diversas vezes, de acordo com alguns documentos pesquisados no Livro de Atas e Decretos: pelo Decreto nº 101 de 27.04.1942, por exemplo, a instituição recebe o nome de Ginásio Campo-Grandense; a Ata de 31.03.1953 registra a mudança do nome para Colégio Estadual de Campo Grande e o Decreto nº 3027, de 28 de abril de 1971, para Colégio Estadual Maria Constança de Barros Machado, nome que permanece até os dias atuais.

O estado de Mato Grosso chegou aos anos de 1940 ainda com um número reduzido de estabelecimentos públicos de ensino secundário. Em realidade, havia apenas os três ginásios oficiais sob a inspeção federal, nas três cidades principais do Estado: Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. Acrescente-se que “dos referidos, só o Liceu Cuiabano, na Capital, o qual conta com sessenta anos de existência, está no regime de inspeção permanente, achando-se os dois outros, sob o regime de inspeção prévia”. (MATO GROSSO, 1940).

O mapa que constitui a Figura 1 aponta a localização das três cidades do estado de Mato Grosso-Uno em que havia instituições de ensino secundário público:

FIGURA 1 - Mapa do estado de Mato Grosso – Uno



Fonte: <http://www.seplan.mt.gov.br/sitios/anuario/6890/1970/mapa1.html>. Data de acesso: 06 de maio de 2013.

Pelo mapa, é possível observar que essas três cidades nas quais estavam situados os ginásios oficiais em Mato Grosso, nos anos de 1940, eram bem distantes umas das outras; certamente, isso se devia à grande dimensão territorial do Estado, que perfazia 126.048.287 km². Apenas a cidade de Cuiabá, onde estava situado o Liceu Cuiabano, fazia parte do Norte

do Estado; as cidades de Corumbá e Campo Grande, nas quais estavam situados os outros Ginásios Públicos e Privados de Mato Grosso, faziam parte do Sul do estado.

É certo, contudo, que a parte Sul do Estado, ainda que tendo os seus ginásios instalados tardiamente, em relação à fundação do Liceu Cuiabano, possuía, no período, um maior número de estabelecimentos de ensino secundário.

Registre-se, aqui, que entre 1933 a 1942, em Mato Grosso, ocorreu uma evolução no ensino secundário, conforme se pode observar pelos dados da tabela 2, abaixo.

TABELA 2 – Total de Matrículas no ensino secundário, comercial e pedagógico em Mato Grosso 1933 a 1942

Categorias do ensino	1933	1935	1936	1937	1942
Ensino secundário	757	943	1.141	1.248	2.206
Ensino Comercial	150	302	232	313	376
Ensino Pedagógico (Normal)	409	490	486	537	0
Total	1.316	1.735	1.859	2.098	2.582

Fonte: BRITO, 2001

Por esses dados, é possível observar que a evolução no número de matrículas no ensino secundário, entre 1933 a 1942, em Mato Grosso, foi significativa, sobretudo no período de 1937 a 1942, quando as matrículas aumentaram cerca de 60%, enquanto que as matrículas no ensino comercial tiveram seu índice de crescimento total pouco maior que 150%. O ensino pedagógico perde seu registro separado em 1942, porque foi incorporado ao ensino secundário em 1938.

Apesar desse aumento no número de matrículas no ensino secundário, conforme observado na Tabela 2, é oportuno fazer aqui uma ressalva a respeito da proporção entre número de alunos matriculados no ensino primário e no ensino secundário em Mato Grosso, nos anos de 1940, conforme apontado por Brito (2001, p. 173):

(...) enquanto o número de alunos matriculados na primeira série do curso primário, em 1946, estava em 17.557 alunos, todos os cursos médios existentes em Mato Grosso tinham entre seus alunos 3.063 matrículas, cerca de 17,5% do total de discentes matriculados na primeira série do curso primário.

Essas informações sugerem que o acesso ao ensino secundário em Mato Grosso, na segunda metade da década de 1940, era restrito a uma pequena parcela da população, ainda que houvesse uma prática, por parte do governo estadual de, além de oferecer um ensino

público, subsidiar com recursos do erário público o ensino médio privado com construção, pagamento de mensalidade para alunos e manutenção. (BRITO, 2001).

É fato que somente a partir da década de 1950 se intensificou, no estado de Mato Grosso, o processo de expansão e criação de escolas que ofereciam o ensino secundário. Nesse período, o governo de Mato Grosso iniciou uma intensa campanha em todo estado para melhoria na educação, principalmente com investimentos de reformas dos estabelecimentos de ensino e a criação de novas escolas.

Os investimentos na educação, por parte do governo estadual, intensificaram-se no decorrer da década de 1950, confirmados com a crescente instalação de novas unidades. O governo federal, por meio do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), contribuiu com esses investimentos enviando “[...] 50 conjuntos relativos a material escolar, contendo: 1200 carteiras; 100 quadros verdes; 50 mesas; 50 armários; 99 carteiras e 50 cestas, recebidos e distribuídos em Mato Grosso entre os anos de 1953 e 1955.” (BRITO, 2001, p. 177).

Esses investimentos se concentraram em gastos administrativos dobrando, entre 1952 e 1954, “[...] provavelmente devido aos reforços representados pela organização da máquina burocrática exigida pela rede de ensino pública e privada, em processo de consolidação no Estado”. (BRITO, 2001, p. 180). Em realidade, nesse período, o governo estadual dedicou esforços tanto financeiros quanto legais para instaurar um processo de organização educacional e ampliação ao acesso à escola.

No que se refere ao ensino secundário em Mato Grosso, essa intensificação dos investimentos na educação gerou a construção de prédios escolares, a instalação de novos estabelecimentos em outras cidades do Estado e a instalação do Curso Científico nas escolas secundárias já existentes. Em 1954, Campo Grande ganhou uma sede própria para o ginásio público, no mesmo ano passou a oferecer o segundo ciclo do ensino secundário, o curso científico. Nesse mesmo ano passou a funcionar o curso científico nos Colégios Estaduais Maria Leite, de Corumbá, e Campo-Grandense, de Campo Grande, curso que só funcionara, até então, no Colégio Estadual de Mato Grosso (antigo Liceu Cuiabano), em Cuiabá. (BRITO, 2001).

Também, na primeira metade de 1950, foram instaladas mais quatro instituições de ensino em Mato Grosso, nas cidades de Três Lagoas, Cáceres, Aquidauana e Bela Vista (MATO GROSSO, 1955). Assim, em 1955, o estado de Mato Grosso já contava com “um total de sete ginásios, todos funcionando com a máxima regularidade. Esses estabelecimentos funcionavam sob fiscalização federal, mantida pela Diretoria Geral do Departamento

Nacional de Educação e Cultura”. (MATO GROSSO, 1955, p. 48). Foi nesse período, também, que o Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados foi criado, por Lei, pelo governo de Mato Grosso, como registra a Mensagem de Governador, de 1952, “dentre em breve deverá ser criado um novo Ginásio em Dourados onde sua falta está começando a sentir-se a mercê do seu crescimento demográfico”. (p. 33).

É certo, contudo, que o ensino secundário público em Mato Grosso passou a se configurar com sete ginásios públicos, somando com os outros três públicos já existentes nas cidades de Cuiabá, Campo Grande e Corumbá. Além dessas instituições pertencentes à iniciativa pública estadual, havia, no Estado, mais nove Ginásios, mantidos pelas missões Salesianas e por particulares, como mostra o Quadro 4, a seguir.

QUADRO 4 – As instituições de ensino secundário privadas em Mato Grosso nos anos de 1950.

Instituição de ensino	Público Atendido	Cidade
Ginásio Salesiano - “São Gonçalo”	Masculino	Capital
Ginásio Salesiano “Coração de Jesus”	Feminino	Capital
Ginásio Brasil	Misto	Capital
Ginásio Salesiano “D. Bosco” –	Masculino	Campo Grande
Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora	Feminino	Campo Grande
Ginásio Particular Oswaldo Cruz	Misto	Campo Grande
Ginásio Salesiano Santa Tereza	Masculino	Corumbá
Ginásio Salesiano Imaculada Conceição	Feminino	Corumbá

Fonte: MENSAGEM DE GOVERNADOR (1952, p. 33).

O quadro permite compreender que o ensino secundário privado, nos anos de 1950, em Mato Grosso, era marcado por uma forte presença católica, uma vez que das oito instituições existentes, seis delas pertenciam à Ordem Religiosa dos Salesianos; apenas duas delas não tinham as suas origens confessionais católicas. Isso acaba por explicar o fato de apenas as instituições de ensino secundárias laicas serem mistas, aceitando um público constituído tanto por homens como por mulheres.

Como se pode observar pelo Quadro 4, nas cidades onde os Salesianos tinham os seus Ginásios, sempre havia um estabelecimento específico para o público masculino e outro para

o público feminino, uma vez que essas instituições marcavam presença significativa no ensino privado no Mato Grosso-Uno e, de certa forma, predominavam até a década de 1950.

Para compreender a presença expressiva dos Salesianos no ensino secundário privado em Mato Grosso, faz-se necessário esclarecer a respeito da participação desses religiosos na educação desse Estado. A Missão Salesiana veio, inicialmente, para atender as populações indígenas existentes na região norte do antigo Mato Grosso. Porém, com o passar do tempo, a Missão começou a expandir suas atividades, principalmente atuando na educação, chegando à região sul do estado em um período marcado pela Marcha para o Oeste. “A nova realidade populacional deu a padre Ernesto Carletti, então inspetor salesiano na região, a oportunidade de estimular a atividade escolar.” (MISSÃO EM NOTÍCIA, 2002, p.2-4).

De acordo com Bittar (2002), a missão salesiana, ao vir da Itália para o sul de Mato Grosso, trouxe, em sua bagagem, os ensinamentos evangélicos para culturização da população indígena e o seu principal objetivo foi a educação de jovens e adultos, o que era o caminho da formatação educacional da região centro-oeste, no tocante ao direcionamento para a concretização do curso superior. Em realidade, os Salesianos passaram a intensificar suas ações relacionadas à educação e, em 1910, quando chegaram ao Sul de Mato Grosso, fundaram a Escolinha de São José. Em 1929 adquiriram o Ginásio Municipal da Associação Pestalozzi, que foi transformado no Colégio Dom Bosco. Bittar e Ferreira Jr. apontam que:

Sem dúvida, o marco das atividades salesianas no então sul de Mato Grosso, foi a fundação do Colégio Dom Bosco. Com ele, começava a oferta de ensino regular para as crianças e jovens impossibilitados de estudar na distante capital – Cuiabá. O analfabetismo era uma preocupação dos governantes, mas poucas escolas existiam na época; pode-se destacar o Instituto Pestalozzi (fundado em 1915) e o Grupo Escolar Joaquim Murinho (1921). Ambos ofertavam apenas o antigo ensino primário e com enormes dificuldades de reunir um corpo docente qualificado. A única escola que ofertava o “ginásio” (denominação da época para o que hoje se intitula ensino fundamental) era o Liceu Cuiabano, escola pública mantida pelo governo de Mato Grosso. (BITTAR e FERREIRA Jr., 1999, p.176 – 177).

Diante dessas circunstâncias marcadas pela falta de instituições de ensino secundário em Mato Grosso, os Salesianos verificaram que havia um caminho aberto para atuar nesse segmento, uma vez que o governo estadual, nesse período, destinava poucos investimentos para esse nível de ensino. Esse fato acaba por explicar a expressiva atuação dos Salesianos, por meio da instalação dos seus seis ginásios: dois na Capital Cuiabá, dois na cidade de Campo Grande e dois em Corumbá.

Retomando, aqui, a questão da criação dos ginásios públicos na década de 1950, convém registrar que foram criados mais quatros ginásios nas cidades de Três Lagoas, Cáceres, Aquidauana e Bela Vista, ginásios oficiais, fora do eixo das cidades mais prósperas de Mato Grosso constituído por Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. Como se pode verificar no Quadro 5:

QUADRO 5 – As instituições de ensino secundário públicas em Mato Grosso nos 1950

Instituição de ensino	Público	Cidade
Liceu Cuiabano	Misto	Cuiabá
Ginásio Maria Leite	Misto	Corumbá
Ginásio Maria Constança de Barros Machado	Misto	Campo Grande
Ginásio 2 de Julho	Misto	Três Lagoas
Ginásio 11 de março	Misto	Cáceres
Ginásio Candido Rondon	Misto	Aquidauana
Ginásio Bela Vista	Misto	Bela Vista

Fonte: MENSAGEM DE GOVERNADOR (1952, p. 33 e 34).

Na realidade, como se pode verificar, a expansão do ensino secundário em Mato Grosso ocorreu no mesmo período em que esta se desencadeava em outros Estados brasileiros, como foi o caso, por exemplo, do Estado de São Paulo.

Esse fato pode ser confirmado pelos estudos de Abreu (2005), o qual registra que até 1940 a rede de ginásios estaduais em São Paulo era formada por 40 estabelecimentos: 37 no interior do Estado e três na Capital. Em 1950, as estatísticas já consignavam 143 ginásios no interior e 12 na Capital. Em 1958, já funcionavam 194 escolas no interior e 65 na Capital. A partir dessa época, o número de ginásios não parou de crescer, ou seja, em um período de dezoito anos o crescimento do número de ginásios oficiais de ensino secundário em Mato Grosso ocorreu em uma proporção de 547%. Desse modo, os dados acabam por sugerir que a expansão do ensino público secundário ginásial em Mato Grosso ocorreu, até a da década de 1950, em ritmo lento e moderado, atingindo apenas um pequeno segmento da população escolar.

Embora o governo tenha feito um esforço, nos anos de 1950, voltado à ampliação do ensino secundário em Mato Grosso, este ainda ficou restrito a uma pequena camada da

população, pela quantidade de estabelecimentos de ensino no Estado e pelo número de alunos que eles comportavam.

Na década de 1960, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº 4.024/61, em Mato Grosso, o "ensino de grau médio" passou por um período de transição e de difusão para todas as camadas sociais, pois se atribuía, como condição à democracia econômica e política, "a preocupação de ilustrar elites, foi substituída pela preocupação de educar o povo". (MATO GROSSO, 1963, p. 151).

Em 7 de fevereiro de 1963, por meio da Lei 1815, foi criado o Conselho de Educação do estado de Mato Grosso, com o objetivo de alinhar as dificuldades enfrentadas, os problemas sociais resultantes de “uma educação desajustada, e uma educação em decadência, devido aos problemas sociais e econômicos”. (MATO GROSSO, 1963, p. 151). Em 1965, houve o aumento de estabelecimentos do ensino secundário no Estado, passando de 20 para 56 estabelecimentos, no ano que antecedeu o mandato do Governador Fernando Correa da Costa, um crescimento que representou 180%, pois as escolas de ensino secundário mais que dobraram em todo o estado de Mato Grosso.

Acredita-se que essa expansão no ensino secundário, em 1965, em Mato Grosso, já estivesse relacionada ao fato de que no final dos anos de 1960 as exigências democratizadoras terem se deslocado do ensino primário para o primeiro ciclo do ensino secundário. Destinado e reservado historicamente a poucos, especialmente àqueles que tinham condições financeiras, sociais e culturais de ingressar e permanecer nele, esse ramo de ensino transformou significativamente suas características ao ser reclamado por outras camadas sociais, dispostas a desfrutar dos benefícios reais trazidos pela instrução secundária. Pois, como menciona Souza (2008, p. 206) “a democratização das oportunidades educacionais em nível secundário era um dos maiores desafios da educação brasileira”.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5692/71, alterações substantivas ocorreram no processo de expansão do ensino ginásial, durante a década de 1970, pois essa Lei procurou favorecer um processo de atualização e expansão da escolaridade, formulando uma nova estruturação para os níveis de ensino, enfatizando a integração vertical (nos graus de escolaridade) e a integração horizontal (nas formas de habilitação profissional). Essas alterações provenientes dessa nova Lei refletiram sobre a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, pois ao estabelecer a escolaridade elementar e obrigatória de oito anos, eliminando definitivamente os chamados exames de admissão, a nova Lei possibilitou a ampliação das vagas, aumentando as oportunidades de acesso de outras camadas sociais a esse grau de ensino. Dessa forma, não se deve minimizar a

relevância dessas medidas, no que diz respeito ao processo de expansão do atendimento escolar.

Contudo, a partir da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692/71, em 1974, no estado de Mato Grosso, o ensino secundário, tradicionalmente destinado à formação de minorias, passa a incorporar uma grande parcela da população, propondo-se como simples continuidade da escola comum.

A partir da análise elaborada neste capítulo pode-se constatar que o ensino secundário em Mato Grosso cresceu lentamente, uma vez que mais de vinte anos depois da criação do primeiro estabelecimento de ensino secundário em Cuiabá, o Liceu Cuiabano, ocorrido em 1895, é que foi instalada uma nova instituição de ensino secundário, na cidade de Corumbá, em 1918. No entanto, esse crescimento desencadeado no ensino secundário em Mato Grosso teve suas características marcadas pela presença da iniciativa privada, pois as outras instituições públicas de ensino desse nível foram instaladas nas cidades mais prósperas do Estado, no caso Corumbá e Campo Grande, somente no final da década de 1930, ou seja, mais de quarenta anos depois da criação do Liceu Cuiabano.

Verificou-se, ainda, que a expansão do ensino secundário em Mato Grosso intensificou-se a partir da década de 1950, quando o governo estadual passou a investir mais no setor educacional do Estado. É certo, porém, que apesar dessa ampliação do ensino secundário, foi somente na década de 1960 que, de fato, o número desses estabelecimentos cresceu de forma mais acentuada e significativa em todo o Estado.

Contudo, no que se refere à implantação e consolidação do ensino secundário no sul do antigo Mato Grosso, observa-se que essa modalidade ou grau de ensino no Estado foi caracterizado, em seu início, por uma ação significativa da iniciativa privada, principalmente de origem religiosa católica.

A criação do primeiro ginásio estadual do município de Dourados deve ser analisada dentro do processo de expansão do ensino secundário em Mato Grosso, sobretudo de como se caracterizou essa expansão na parte do extremo Sul de Mato Grosso. Para se conferir se tais medidas foram consideradas no processo de ampliação de vagas da Escola Estadual Presidente Vargas, retomar-se-á essa análise no próximo capítulo deste trabalho.

II. A ESCOLA E A CIDADE: O COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS DE DOURADOS, SUAS ORIGENS E SEUS SUJEITOS

A história do Colégio Estadual Presidente Vargas está entrelaçada com a história da cidade de Dourados, pois a referida instituição cresceu e expandiu à medida que aumentava a população da cidade, de acordo com o que se lê no Projeto Político Pedagógico da atual Escola Estadual Presidente Vargas⁴, de 2013.

Este capítulo está organizado em três partes: a primeira trata da história do município de Dourados. A segunda versa sobre a educação em Dourados. Por fim, discorre sobre a história do Colégio Estadual Presidente Vargas, abordando o seu espaço geográfico e arquitetônico, os sujeitos que fizeram parte da instituição, bem como os alunos, professores e diretores. Para desenvolver este capítulo recorreu-se aos Mapas de Dourados, às Atas de Resultados de Exames do Colégio, aos Livros de Matrículas, aos Currículos de Professores, às Atas de Termos de Posse de Diretores e Professores, aos Jornais e Fotografias.

2.1 O Colégio Presidente Vargas: sua história e seus sujeitos

No dia 02 de outubro de 1951 foi criado o primeiro Ginásio público em Dourados, por meio da Lei nº 427 do mesmo ano, pelo governador do estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, sob a denominação de Ginásio Estadual “Presidente Vargas”. No entanto, esse Ginásio começou a funcionar na cidade somente no ano de 1958. Em sua criação e implantação esteve envolvido um grupo de políticos sul-mato-grossenses liderado pelo vereador Celso Muller do Amaral⁵, que esteve, por várias vezes, em Cuiabá, buscando

⁴ É possível verificar, no site da escola, a contextualização e o lema criado pela mesma. Disponível em: <http://www.escolapresidentevargas.com.br/>. Acesso em 10 jun. 2013.

⁵ Currículo Celso Muller do Amaral - Celso, como vereador, de 1951 a 1955, trouxe para Dourados o Ginásio Osvaldo Cruz e lutou pela criação de uma escola agrícola, como presidente da Câmara de Vereadores. Em 1952 ajudou a construir o Clube Social de Dourados, tendo sido o 1º secretário da Primeira Diretoria e do qual foi presidente de 1963 a 1966. Em 1958, organizou o Ginásio Estadual Presidente Vargas. Organizou também a ADES, a qual doou posteriormente cinco terrenos para construir a Casa do estudante. Em 1963, trouxe para Dourados o melhor e maior laboratório de Química, Física e Biologia para o Curso Científico do Colégio Estadual Presidente Vargas. Celso, em 1965, doou o terreno de 40.000 metros quadrados para um Cemitério de Pobres, que está medido e escriturado na Prefeitura no Parque das Nações. Em 1966, elegeu-se Deputado Estadual, tendo prestado inúmeros favores ao povo, como a concessão de bolsas de estudos para jovens pobres que hoje são médicos, engenheiros, advogados e professores; foi autor de leis que autorizaram mais de 40 ginásios na região e em outras do estado, onde lutou muito pelo ensino médio e superior. Celso é autor do Decreto Legislativo n. 1.184 de 31.08.67, que criou a Escola de Agronomia, bem como da Emenda nº 1 ao Artigo 8º da Lei 2.972 de 2.01.1970, que fixou essa unidade do ensino superior em nossa terra. Pelo Decreto Legislativo nº 1.521 de 23.03.69, autorizou a criação do Centro Pedagógico de Dourados, que está edificado no terreno doado pelo seu pai. Ele, pelo Conselheiro do Egrégio e conselho Estadual de Educação, representou Mato Grosso em Brasília para estudar a Lei 5692 de 11.08.71, tendo apresentado a proposição de que ao lado das

viabilizar junto aos políticos da capital o funcionamento desse Ginásio. Trata-se de um político que lutava pelas questões educacionais. Foi ele, inclusive, que articulou, juntamente com o professor José Pereira Lins⁶, a implantação do Primeiro Ginásio particular em Dourados, como uma extensão do Ginásio Osvaldo Cruz de Campo Grande.

A euforia criada em torno do funcionamento do Ginásio Estadual “Presidente Vargas” repercutiu em Dourados e na região, sendo destaque em matérias dos jornais que circulavam no período. O Jornal “O Progresso”, por exemplo, em uma matéria de 1º de dezembro de 1957, na primeira página, publica a seguinte manchete: “a quase conclusão do prédio, onde irá funcionar a escola, gera grande expectativa em torno desta instituição por parte da população”. Esse Jornal procurava tratar e informar a população das questões relacionadas ao início do funcionamento do Ginásio Estadual da cidade, o que gerava muita expectativa na população, que esperava, desde a lei que criou o Ginásio, em 1951, a sua implantação na cidade.

Outra matéria do Jornal “O Progresso”, que circulou um ano depois, mais precisamente em 1958, registrava:

A inauguração das aulas do Ginásio Estadual Presidente Vargas, ocorrida segunda feira última, representou inegavelmente uma bela demonstração do civismo, da cultura e da verdadeira fraternidade que já se criou em torno desse novo estabelecimento de ensino. Em presença das numerosas autoridades e professores presentes, foi inicialmente entoado o Hino Nacional, pela centena de alunos formada, no pátio do ginásio. O Dr. Celso Muller do Amaral, Diretor do estabelecimento fez brilhante e substancioso alocução aos alunos, destacando a importância da verdadeira educação. Falou, em seguida, o Dr. Raul Bezerra, um dos integrantes do corpo docente cujas palavras foram recebidas com gerais aplausos. Falaram ainda Dr. Weimar Torres congratulando-se com os presentes e com a cidade por aquele acontecimento e o Sr. Walmor Borges, em nome dos professores e alunos do Ginásio Osvaldo Cruz, manifestando satisfação pelo acontecimento. Finalmente foi procedida a bênção do prédio pelo Reverendo pároco Frei Teodardo e tomada uma fotografia para registro do importante e significativo acontecimento. (O PROGRESSO, 1958, p. 02)

exigências de qualificação do professor deveria ser colocada garantia do salário justo e compensador, porque o Magistério é uma profissão e como tal, deve ser tratado. Celso foi eleito vereador, em 1976, tendo sido o mais votado, e quem lutou por uma administração municipal sóbria e justa em Dourados. (13/out./1978). (Informações cedidas pela filha Maria Eugenia do Amaral por meio da Comenda)

⁶Em 1952, Lins terminou o curso científico, incluindo um ano de aperfeiçoamento em didática para disciplinas específicas, como Latim e História Geral, e obteve o diploma de licenciatura. Depois de lecionar algumas disciplinas no então Instituto Osvaldo Cruz de Campo Grande, recebeu convite para implantar a escola em Dourados – que nessa época não tinha nada voltado para o ensino, apenas a grande aspiração do povo que mandava seus filhos para São Paulo e Rio de Janeiro para estudar. Disponível em: <http://revistapremissas.wordpress.com/2012/10/25/professor-lins-uma-licao-de-vida-em-nome-do-ensino/>. Acesso em 02 fev. 2014.

Na inauguração das aulas no Ginásio Presidente Vargas estiveram presentes lideranças políticas, proprietários de jornais, membros do corpo docente, professores de outras instituições de ensino de Dourados e o pároco local. Entre os políticos, usaram a palavra os vereadores Dr. Celso Muller do Amaral e Dr. Weimar Torres. Celso Muller do Amaral não somente falou como político local, mas também como professor e primeiro diretor do Ginásio; em seu discurso enfatizou aos alunos a importância da verdadeira educação.

Weimar Torres, em seu discurso, destacou a grande importância daquele acontecimento para a cidade de Dourados. Já o professor Walmor Borges fez um discurso manifestando toda a sua satisfação por estar presente naquele importante acontecimento local. O doutor Raul Bezerra, membro do corpo docente do Ginásio, também se manifestou destacando a importância da educação, sendo recebido com muitos aplausos por todos os presentes. Após os discursos, ocorreu a bênção ao prédio, realizada pelo pároco local, Frei Teodardo.

Essa inauguração está registrada, também, por meio de fotografias que flagraram visitantes, anfitriões e alunos, em pose formal, no pátio interno do Ginásio, como se pode verificar na Figura 2:

FIGURA 2 – Foto da turma da aula inaugural do Colégio Estadual Presidente Vargas em 1958



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas

Nos primeiros planos da imagem encontram-se os alunos e as professoras. Os alunos do sexo masculino aparecem usando calças e camisas. As alunas do sexo feminino aparecem todas usando vestidos. As professoras também aparecem todas de vestidos. Ao fundo encontram-se os políticos locais e os professores homens, todos trajados com ternos. Nesse plano também aparecem algumas freiras e outros representantes da sociedade douradense. Vale ressaltar que muitas dessas freiras que estiveram na inauguração do Ginásio também fizeram parte do corpo docente da instituição. A imagem revela, portanto, um momento importante da história do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados.

Para entender o movimento que envolveu a criação e a instalação do Colégio Estadual Presidente Vargas em Dourados, é necessário que se compreendam alguns aspectos que marcaram a história do ensino secundário no Brasil e em Mato Grosso, nas décadas de 1940 e 1950. Cabe retomar que a reforma Capanema ou Lei Orgânica do Ensino Secundário, tratada no primeiro capítulo, deixou marcas na configuração dessa modalidade de ensino no país. De acordo com Souza (2008, p. 186), a referida Reforma acelerou a expansão desse ramo de ensino médio nas décadas de 1940, possibilitou a consolidação de um imaginário de excelência escolar cultivado nos ginásios e colégios, especialmente nos estabelecimentos públicos, compartilhado por gerações de brasileiros que tivessem ou não passado pela escola secundária. Entre as principais características que marcaram a expansão do ensino secundário no período, segundo Silva (2003, p. 182) “estavam, de um lado, um acentuado crescimento horizontal, no número de estabelecimentos e, de outro, um significativo crescimento vertical de ampliação de matrícula por estabelecimentos”.

O que ocorreu em Mato Grosso, conforme pôde ser observado no primeiro capítulo, é que, no mesmo período da criação do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, na primeira metade da década de 1950, o ensino secundário no Estado passava por um processo de expansão, com a criação de novas instituições de ensino secundárias, fora do eixo das cidades principais, na época constituído pela capital Cuiabá e pelas cidades de Campo Grande e Corumbá. Assim, o Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados foi criado em 1951, com instalação e funcionamento em 1958, em um período de expansão tanto do ensino secundário no Brasil quanto em Mato Grosso.

A área destinada para construção do Ginásio Presidente Vargas foi doada pelo Professor Celso Muller do Amaral, sendo de 10.000 m². O Ginásio foi construído em uma área central de Dourados, em um espaço denominado chácaras 57 e 58, cuja área estava em início de urbanização, conforme se pode observar pela Figura 3:

FIGURA 3 - Foto da fachada do Ginásio Presidente Vargas em 1957



Fonte: Microfilme – Memória fotográfica de Dourados – Escolas

A imagem permite entrever que o Ginásio foi construído em uma rua larga e não pavimentada, na qual havia somente uma casa construída, ao lado esquerdo do estabelecimento. Na parte frontal, uma única entrada, com uma cerca, que possibilita verificar os limites da escola e espaços vazios na frente da construção.

O prédio, como está apresentado na imagem, era constituído por duas construções. A parte frontal abrigava um prédio com dois pavimentos. No inferior ficava a entrada do Ginásio, a sala dos professores e na parte superior, um conjunto de salas de aula, com janelas amplas e posicionadas para o centro da cidade e os banheiros. Por trás da construção frontal do prédio, havia outro pavimento construído, para acolher as atividades administrativas e outra parte designada para a cozinha e o refeitório. O prédio foi construído com uma arquitetura modernista⁷, mais especificamente a partir de 1952. Essa construção ocupava um lugar de destaque na cidade, uma vez que o prédio aparentava grandiosidade. No seu entorno quase não havia construções, porém, o Ginásio estava situado em um lugar privilegiado da cidade, nas décadas de 1940 a 1960, como é possível visualizar no mapa parcial, abaixo, Figura 4. É possível observar que a localização era próxima – três a cinco quadras - aos

⁷ O caráter dessa arquitetura se deu através da reunião dos elementos de arquitetura e de composição identificados nos seus mais importantes projetos, como os *brises-soleil*, o elemento vazado, os pilares de seção circular, além dos elementos corbusianos de composição cúbica e prismática. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.047/596>. Data de acesso: 10 de fev. 2014.

pontos principais da cidade: Igreja Presbiteriana, Igreja Matriz, Praça Central, Cine Santa Rita, Cinema Ouro Verde, Farmácia Central, Figueira Palace Hotel, Jornal “O Progresso” e das ruas principais, Rio Grande do Sul (atual Weimar Gonçalves Torres), Avenida Marcelino Pires e rua Bahia (atual Presidente Vargas).

FIGURA 4 - Mapa parcial de Dourados com os pontos próximos do colégio, elaborado pela pesquisadora.



Fonte: Desenho das ruas e principais pontos próximos ao Colégio nas décadas de 1950 e 1960, elaborado por José R. F. Velloso.

O Ginásio Estadual Presidente Vargas, desde sua implantação, representou a efetivação prática e objetiva das aspirações e dos valores mais elevados da época, no que se refere ao ensino, uma vez que tinha um elevado prestígio intelectual perante a sociedade de Dourados e região.

Em sua trajetória histórica, esse Colégio conquistou novos cursos, aumentando de forma significativa o número das matrículas. Nesse percurso, a instituição acompanhou as mudanças que ocorriam no âmbito estadual e nacional.

Ao iniciar suas atividades, em 1958, a instituição recebia o nome de Ginásio Estadual Presidente Vargas, pois oferecia apenas o Curso Ginásial, de primeiro ciclo, com quatro anos de duração, conforme prescrito pela Lei Orgânica nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Esses ginásios que ofereciam o primeiro ciclo também passaram a ofertar o segundo ciclo, que se dividia em clássico e científico.

Em 1963 o Ginásio passou a denominar-se Colégio Estadual Presidente Vargas, atendendo, também, à clientela interessada em prosseguir os estudos no segundo ciclo do ensino médio. O Curso Científico funcionou, inicialmente, com as aulas sendo ministradas em uma sala na Associação Comercial e Empresarial de Dourados, pois, como registram as Atas do Colégio, no período não havia sala disponível para essa turma no estabelecimento. Esse curso trouxe mais prestígio à instituição de ensino secundária, como é possível observar na matéria do jornal “O Progresso”, em alusão à primeira turma que se formou no Colégio, em 1965:

Hoje primeira turma do Curso Científico recebe certificado. Coroando de êxitos os esforços do ilustre Prof. Celso Muller do Amaral, diretor do Colégio “Presidente Vargas”, recebe hoje às 20 horas no Clube Social os seus Certificados de concluintes do Curso Científico, os alunos que formam a primeira turma daquele curso em Dourados. Cumprimentamos os alunos formandos e o ilustre diretor pelo acontecimento que orgulha Dourados. Parabéns Prof. Celso. (JORNAL O PROGRESSO, 1965, p. 01).

Com a instalação, na instituição, do Curso de segundo ciclo (nível colegial), de grau científico, ocorreu o aumento no número de alunos, conforme poderá ser observado no Quadro 6, ainda neste capítulo. Tal crescimento gerou a necessidade da ampliação do espaço físico da escola, a fim de abrigar uma estrutura que atendesse a toda clientela, no caso, os alunos. Desse modo, a instituição foi ampliada com a construção de mais dois pavilhões ao fundo do primeiro e com um corredor de acesso para as mesmas.

Assim, o Colégio passou a funcionar, no ano de 1965, com maior estrutura física, com mais 23 salas de aula e novos recursos didáticos. Foi construída uma sala específica para as

aulas práticas do laboratório de ciências, cujos detalhes serão fornecidos no terceiro capítulo desta dissertação. Em 1968, essa instituição de ensino também passou a oferecer o ensino médio no período noturno.

O Colégio permaneceu como a única instituição pública de ensino secundário em Dourados até quase o final dos anos de 1960, quando, então, foram instalados os cursos ginasiais na Escola Pública Abigail Borralho, também em Dourados, e na Escola Dom Bosco, em Indápolis, distrito de Dourados. Ainda que fosse característica comum às instituições de ensino secundário ofertar o ensino normal, o Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados nunca ofereceu essa modalidade, pois ela foi implantada em Dourados somente pelo poder público, na década de 1970, com a instalação do curso de formação de professores primários no Centro Educacional de Dourados (atual Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo).

A partir da implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5692/1971, o Colégio passou a ter uma nova denominação, uma vez que oferecia as duas modalidades de ensino, o primeiro e segundo graus. Assim, a partir do Decreto nº 2.086 de 08 de julho de 1974, artigo 42, item III da Constituição Estadual ficou decretada a criação, no município de Dourados, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 1974, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Vargas, nomenclatura que se manteve até o ano de 1996, quando houve nova redistribuição da rede escolar. A partir de então, e até os dias atuais, a instituição é denominada Escola Estadual Presidente Vargas, e atende alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Assim, o Colégio acompanhou as transformações ocorridas nas reformas e leis educacionais instituídas ao longo do período pesquisado.

2.2 A Cidade de Dourados e o Colégio Estadual Presidente Vargas

A criação e a instalação do Colégio Estadual Presidente Vargas deve ser analisada dentro de um processo de desenvolvimento do município de Dourados, marcado por um crescimento econômico e populacional, desencadeado, sobretudo, pela implantação da Colônia Nacional Agrícola, na década de 1940.

O município de Dourados, no início de 1940, tinha uma área de 19.688 km², englobando as áreas dos atuais municípios de Itaporã, Caarapó, Naviraí, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Ivinhema, Deodópolis, Angélica e Douradina (SANTANA JÚNIOR, 2009). Antes de abordar propriamente o desenvolvimento populacional e econômico trazido

pela implantação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados, é oportuno registrar que o Distrito de Paz de Dourados foi criado no dia 15 de junho de 1914, pela lei nº 658. Porém, esse Distrito ficou subordinado a Ponta Porã até 20 de dezembro de 1935, quando ocorreu a sua emancipação político-administrativa por meio do decreto nº 30, assinado pelo governador Mário Corrêa, tornando-se município. O decreto assinalava que:

O governador do Estado de Matto Grosso, tendo em vista a representação que lhe dirigiram os habitantes de Dourados sobre a necessidade de ser elevado aquelledistricto a município, e considerando que o districto de Dourados, possuindo uma população superior a 15 mil almas, vem assignalando o seu crescente desenvolvimento pela exportação em grande escala de herva-matte, gado-vacum, cereaes e outros productos, considerando que, o referido districto, além de sua situação geographica, está ainda dotado de elementos necessários à sua elevação a município, considerando que ao poder publico cabe prover as necessidades dos núcleos de população para a sua pronta expansão formando os municípios como cellula da grandeza do Estado, usando das faculdades de que são conferidas por lei. DECRETA: Art. Único – Fica criado o município de Dourados [...].

O município de Dourados foi criado durante o período da segunda República (1930-1945). Inicialmente, o seu crescimento foi lento, em virtude das dificuldades de acesso, comunicação e transporte.

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas e a precariedade de recurso básico para habitação, a região chamou atenção de muitas pessoas em busca de riqueza e de novas terras, principalmente pela qualidade do solo, cuja fertilidade fez com que Dourados se tornasse um município em ascensão, com grande aumento populacional. Esse aumento ocorreu em consequência do processo migratório provocado pelos avanços no contexto nacional e também pela vinda de pessoas de diferentes regiões do país, o que será tratado mais adiante neste capítulo. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991).

Esse momento de grande crescimento populacional em Dourados foi marcado, durante o governo de Getúlio Vargas, mais precisamente entre os anos de 1937 a 1945, período denominado Estado Novo, pelo lançamento da Campanha Marcha para o Oeste, que consistia na política de incentivo ao povoamento da parte oeste brasileira. De acordo com Arakaki (2008),

A campanha se assentava nos fundamentos da geopolítica, concepção que remonta às vésperas da primeira guerra mundial, quando os países envolvidos lutavam em busca de expansão territorial, denominada de “espaço vital”. A Marcha para o Oeste, diferentemente daquela concepção, buscava a expansão interna, isto é, dentro do território brasileiro (p.26).

Entre os objetivos dessa política estava a nacionalização das fronteiras; além disso, o governo Varguista pretendia fortalecer o poder do Estado e, para isso, as oligarquias regionais deveriam ser combatidas, resultando em maior relação entre as regiões do Brasil, o que culminaria em uma maior força da economia. No caso de Mato Grosso, onde Dourados estava situada na parte Sul do estado, um dos objetivos da Marcha para o Oeste era o povoamento dessa região, tendo como objetivo enfraquecer o monopólio da Empresa Mate Laranjeira, instalada em 1881 por Thomas Laranjeira, empresário gaúcho que atuou nessa região por quase setenta anos na exploração dos ervais.

Thomas Laranjeira, ao conhecer o mercado consumidor de erva-mate no sul do continente, ao saber da existência de enormes ervais inexplorados na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, mais especificamente na parte Sul de Mato Grosso, e da ocorrência de mão-de-obra, inclusive indígena, resolveu se estabelecer na região e iniciar a industrialização da erva. Nessa região, os ervais estavam situados em áreas “(...) devolutas, de modo que as concessões para exploração consistiam em contratos, aliás temporários, de arrendamento (e não de venda)” (QUEIROZ, 2009, p. 2). Cumpre, ainda, destacar que essa região era habitada “(...) esparsamente por populações indígenas e, de modo ainda mais esparso, por não-índios (sendo considerada na verdade um sertão bruto) ” (QUEIROZ, 2009, p. 2). A primeira concessão foi obtida em 1882 por Thomas Laranjeira, graças às relações de amizade que estabelecera com os dirigentes da província de Mato Grosso. A esse respeito, Queiroz (2009, p. 3) aponta que:

De fato, Laranjeira era amigo também, coincidentemente, do primeiro governador nomeado para Mato Grosso após a instauração da República, e por esse meio obteve do governo federal provisório, já em junho de 1890, direitos exclusivos sobre a exploração de uma vastíssima área, que abrangia quase toda a região ervateira do estado [...] em junho do ano seguinte, Laranjeira obteve também autorização para organizar, sob a denominação de Companhia Mate Laranjeira, uma sociedade anônima que teria como principal finalidade explorar a referida concessão (Decreto nº 436C, de 4.7.1891).

A Companhia Mate Laranjeira obteve sucesso rápido; a partir de 1883 a Empresa ganhou força com a entrada dos acionistas Joaquim Murтинho e Francisco Murтинho; a união de capital fez nascer a Companhia, que passou a produzir e exportar a erva com exclusividade para a firma Francisco Mendes & Companhia, de Buenos Aires. Com o ingresso de novos sócios na Empresa, novas formas de escoamento da erva-mate foram estudadas, resultando na construção de um porto que foi chamado de Porto Murтинho. Outras vias de escoamento

passaram a ser utilizadas como os canais de navegação dos cursos d'água que desaguavam no rio Paraná, como os rios Amambáí, Iguatemi, Dourados, Brilhante e Ivinhema.

Em 5 de setembro de 1891, a Companhia Mate Laranjeira foi efetivamente erigida na cidade do Rio de Janeiro, sendo constituída por 15.000 ações no valor de 3 mil contos de réis cada uma. Na mesma data foi fundado o Banco Rio Branco, que recebeu 14.540 ações, sendo o Mantenedor dessa Companhia. A partir de então, a ação de Francisco Mendes Gonçalves, Thomás Laranjeira e os outros sócios se converteu numa ação Empresarial. A extração da erva-mate era o negócio mais lucrativo do sul do Estado de Mato Grosso, pois já tinha um mercado consumidor seguro.

No entanto, a Companhia Mate Laranjeira manteve o seu domínio nos ervais do sul do antigo Estado de Mato Grosso até meados da década de 1940, quando o governo de Getúlio Vargas passou a não renovar mais o contrato de direito, à Companhia, para a exploração da erva-mate nessa região.

Em realidade, a não concessão de exploração da erva-mate à Companhia Mate Laranjeira, durante o governo de Getúlio Vargas, deve ser compreendida dentro do contexto de suas propostas de política estado novista. Conforme assinalado anteriormente, a política de Marcha para o Oeste tinha como objetivos a nacionalização das fronteiras e o povoamento da região Centro-Oeste. No caso da parte Sul do Antigo Mato Grosso, onde a referida Companhia, por décadas, explorou a erva-mate, pode-se dizer que política de Getúlio Vargas foi “parte integrante de um projeto nacionalizador que possibilitou, ao governo federal, um maior controle na fronteira com as repúblicas vizinhas do Paraguai e da Bolívia” (OLIVEIRA, 2013, p.23), favorecendo, ainda, o povoamento da região e desencadeando o desenvolvimento econômico, não mais marcado pela exploração dos monopólios, como foi a atuação da Companhia Mate Laranjeira na região.

O projeto de colonização idealizado pelo governo de Getúlio Vargas estabelecia-se, e dentre suas políticas estava a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 1943 pelo decreto-lei 5.941, de 28 de outubro, na parte Sul do estado de Mato Grosso. Porém, a sua real implantação somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando da demarcação, pelo governo federal, por meio do decreto-lei nº 87, dos seus limites, com a reserva de uma área não inferior a 300.000 hectares (PONCIANO, 2006). A esse respeito Ponciano (2001) afirma, ainda, que foi “somente quando os limites dessa colônia foram demarcados pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, que a CAND foi implantada de fato”.

É importante esclarecer que, na política de Getúlio Vargas, a criação das Colônias estava diretamente ligada à fixação do homem no campo por meio da implantação da pequena

propriedade, tendo em vista a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção. (OLIVEIRA, 1999). Dessa forma, Ponciano (2001) destaca:

[...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la. (p.100)

Nesse sentido, a colonização estava apoiada na estrutura da pequena propriedade, o que, lentamente, acabaria modificando “a velha ordem latifundiária e, aos poucos, instaurava a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigiria” (LENHARO, 1986).

O projeto colonizador no sul do então estado de Mato Grosso foi viabilizado pelo governo por meio de uma intensa propaganda da imprensa, já que havia elementos (homens e mulheres) dispostos a enfrentarem os desafios de migrarem para outras regiões do país, na tentativa de melhorarem de vida, ou seja, havia uma força de trabalho disponível e, principalmente, barata e desqualificada. (OLIVEIRA, 1999).

Muitas famílias se deslocaram para a Colônia, atraídas pelas propagandas emitidas por Vargas nos veículos de comunicação oficial ou por informações de familiares e amigos que, ao tomarem conhecimento da doação dessas terras, apressavam-se em avisar suas famílias. Para ocupar as terras da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND vieram migrantes de quase todas as regiões, principalmente, do Nordeste. Na época, também vieram imigrantes de países da América Latina, Europa, Ásia e Japão. Sobre a vinda de imigrantes e da formação da Colônia Agrícola. Oliveira (1999) sublinha que

a política de colonização e nacionalização das fronteiras, no Sul do Mato Grosso, como parte integrante da Marcha para Oeste, consolidou-se com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e o encaminhamento de contingentes de trabalhadores, os quais foram assentados sob a proteção do Estado (p. 23).

Em realidade, reformulado pelas companhias privadas, o projeto estadista voltou-se para a especulação febril da terra, agora valorizado pela existência de mão de obra disponível e barata. Esse processo foi favorecido pelas alianças empresariais e eleitorais patrocinadas por grupos econômicos e políticos, que incidiram sobre o controle da distribuição das terras (as

melhores) devolutas do estado. As terras da Colônia foram cobiçadas e tornaram-se objeto de desenfreada especulação.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados estabeleceu a demarcação de trezentos mil hectares em duas etapas: na primeira foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares e, na segunda etapa, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos. A distribuição dos lotes da Colônia seguiu alguns critérios. Eram doados para cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, que se declarassem pobres e que se comprometessem a morar nos lotes rurais. Não poderiam “ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse”. (OLIVEIRA, 2013). No processo de ocupação da Colônia era exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista que era necessário um espírito desbravador por parte deles, já que tinham que entrar na área e iniciar as roças por meio da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o Governo dos gastos para tal tarefa.

Para Abreu (2001), a criação da CAND teve um caráter de povoamento com múltiplos objetivos, entre eles: garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional nas áreas de fronteira; desconcentrar áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro; firmar a parte meridional mato-grossense como extensão do Sudeste, como mercado consumidor e produtor de matéria-prima.

Contudo, esse processo de ocupação e povoamento alterou o cenário rural e urbano da região, na medida em que proporcionou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias extremamente pobres, que acabaram por promover um significativo aumento populacional, como demonstrado na Tabela 3, a seguir.

TABELA 3– População Censitária de 1940 a 1960

Ano	Urbana	Rural	Total
1940	1.821	13.164	14.985
1950	4.730	18.104	22.834
1960	16.468	68.483	84.955

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de Mato Grosso – 1940 a 1960.

A tabela permite comprovar o crescimento demográfico entre 1940 a 1960, no município de Dourados, decorrente da implantação da Colônia Nacional Agrícola. Como se pode observar, a população urbana e rural do município, em 1940, era de 14.985 habitantes e passou para 84.955, em 1960, um crescimento de 69.970 habitantes que, em percentuais, representava 466,03% a mais da população. Certamente, o crescimento populacional ocorria

em maior proporção na área rural, uma vez que a Colônia tinha os seus objetivos mais voltados à produção agrícola, com o plantio do algodão, arroz, milho, café, feijão entre outros.

Porém, a implantação da Colônia Nacional Agrícola não proporcionou, para o município de Dourados, apenas a expansão demográfica, com o povoamento dos “espaços vazios” da localidade, mas trouxe, também, transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Essas mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano com a instalação, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinema, clubes, linha telefônica; ampliação do comércio, loteamentos imobiliários; a criação de associações de classe e, também, de mais escolas.

A aceleração da urbanização do município era evidente, como é possível verificar nesta matéria do jornal O Progresso (1951):

Vertiginosa! A marcha de Dourados para o Progresso. De uma terra inexpressiva e esquecida, passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da pátria. Gente de toda parte se instala no município para explorar suas magníficas matas. Mais de 2.400 pessoas chegaram depois do recenseamento, grandes vendas de terra, cinema, luz elétrica, linhas de aviões diárias, loteamento em massa, mais e mais casas de comércio, valorização acelerada dos imóveis, cafezais, produção imensa de algodão e cereais, instalação de grandes cerrarias [...]. (O PROGRESSO, 1951, p. 1).

Nota-se que urbanização e colonização estavam interligadas, uma vez que uma progredia em virtude da outra e vice-versa. Entre as décadas de 1940 a 1970, em Dourados, o progresso foi acentuado por causa da colonização e dos seguintes empreendimentos: um pequeno Aeroporto (1941); Associação Comercial de Dourados (1945); Hospital Evangélico (1946); jornal O Douradense (1948); feira livre (1948); Cine Santa Rita (1946); Usina Filinto Muller (1949) Sede Clube Social (1950); primeira agência Banco do Brasil (1950); Unidade Sanitária de Dourados (1950); Jornal O Progresso (1951); Banco Nacional do Comércio (1952); primeiro Centro Espírita de Dourados (1953); Pensão Santa Luzia (1953); Fecularia Wolf (1954); Máquina de Beneficiar arroz (1954); Inauguração do Lions Clube de Dourados (1956); Radio Clube de Dourados (1957); Cine Ouro Verde (1958); Primeiro Centro Telefônico (1958); Criação do Sindicato Rural de Dourados (1967); Figueira Palace Hotel (1970); Construção do prédio do Banco Minas Gerais (1970) dentre vários outros pontos comerciais que foram instaladas nessas décadas. Havia, também, Postos de Abastecimento Gerais onde se vendiam Secos e Molhados, denominados, na época, de “Casas”.

As transformações ocorridas no espaço urbano de Dourados, devido ao progresso motivado pela colonização, também tiveram um papel significativo na área da educação, que pode muito bem ser analisada dentro dessa perspectiva, uma vez que a criação da CAND acabou por incentivar a oferta de instrução e a atuação federal na região de Dourados, na

construção de escolas. A esse respeito, Gressler e Swensson (1988, p. 100) registram que, em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória. Além disso, o artigo 38 estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”.

Antes da colonização desencadeada pela Marcha para o Oeste, a educação crescia lentamente em Dourados. No início, a educação acontecia nas fazendas da região e/ou nas próprias casas dos professores e alunos. Somente na década de 1930 que se registra, na cidade, a criação de escolas na área urbana, com a criação de instituições de ensino como a Escola Reunida das Professoras Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo; a Escola Moderna (escola ativa com método visual-auditivo); a escola do professor Laucídio Paes de Barros; a escola do Professor Gonçalo e a da Professora Antônia da Silveira Capilé. (FERNANDES; FREITAS, 2003).

Em 06 de abril de 1939, foi instalada a primeira escola confessional, com turmas de 1ª a 4ª série, a “Escola Erasmo Braga”. Essa instituição era de caráter privado e confessional, ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil. As suas primeiras experiências escolares aconteceram na Casa de Culto, onde funciona até hoje a instituição. A influência da Igreja Católica na educação, em Dourados, ocorreu a partir do início dos anos de 1940, mais precisamente em 1941, com a criação da Escola Paroquial Imaculada Conceição, fechada em 1946.

Ao prosseguir na análise do papel desencadeado pela colonização na educação em Dourados, é oportuno registrar que entre o final dos anos de 1940 e a década de 1950 foram criadas escolas importantes na cidade: o primeiro Grupo Escolar, “Joaquim Murtinho”, a Escola Paroquial “Patronato de Menores”, as primeiras escolas de ensino secundário, o Colégio “Osvaldo Cruz”, a Escola “Imaculada Conceição” Irmãs Franciscanas e o Colégio Estadual “Presidente Vargas”.

O Grupo Escolar “Joaquim Murtinho” foi criado pelo decreto nº 386, de 22 de novembro de 1947, pelo governador de Mato Grosso. Esse Grupo Escolar constituiu-se no primeiro dessa modalidade de escola primária estabelecida em Dourados, uma vez que até esse período o ensino primário era apenas oferecido na Escola Erasmo Braga, nas escolas reunidas e nas escolas isoladas rurais.

Essa modalidade de escola primária, denominada “grupo escolar”, foi implantada pela primeira vez, no país, em 1893, no estado de São Paulo, e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no século passado. Tratava-se de um modelo de

organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado, com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (SOUZA, 2008, p.35). Do mesmo modo que no estado de São Paulo, os grupos escolares em Mato Grosso também tinham um significado importante, eram instalados somente em cidades que apresentavam desenvolvimento econômico e populacional. Isso talvez explique o fato de o Grupo Escolar somente ser instalado no final dos anos de 1940, quando a cidade de Dourados já passava por um crescimento econômico e demográfico decorrente da colonização desencadeada pela Marcha para o Oeste.

O Patronato de Menores foi instalado pelas Irmãs Franciscanas, em 1950. “O seu funcionamento era realizado em dois períodos e havia, ainda, o regime de internato, semi-internato e externato”. (MOREIRA, 1990, p 81). Entretanto, em 1958, esse Patronato de Menores transformou-se no estabelecimento denominado “Educandário Santo Antônio”.

O Colégio Osvaldo Cruz, instalado em Dourados no ano de 1954, foi a primeira instituição a oferecer o ensino ginásial na cidade. Esse Colégio iniciou suas atividades com o curso primário e o curso ginásial, oferecidos em dois turnos, no diurno e no noturno. Em 1960 passou a oferecer o curso técnico em contabilidade e, em 1965, instalou o Curso Normal, tornando-se a segunda instituição de ensino de Dourados a oferecer formação de professores primários.

Em 1955 foi criada, pelas Irmãs Franciscanas vindas do Rio Grande do Sul, a Escola Imaculada Conceição. No início, as irmãs ofereceram, na Escola, apenas o Curso primário. Somente em 1958 passaram a oferecer também o Curso Ginásial e o Curso Normal. Este último constituiu-se no primeiro de formação de professores primários oferecido na cidade de Dourados. O curso contava com o Normal Regional (Primeiro Grau) e o Normal Colegial (segundo grau), conforme prescrevia a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. O primeiro começou a funcionar com 08 alunas e o segundo com 06 alunas. (MANCINI; OLIVEIRA; SILVA, 2007).

Apesar de o Colégio “Osvaldo Cruz” e a Escola “Imaculada Conceição” terem conferido certo ar de progresso e valorização cultural no ensino secundário em Dourados, foi a conquista do Colégio Estadual Presidente Vargas, com a sua criação, em 1951, pelo governo de Mato Grosso, e com sua instalação no ano de 1958, que trouxe prestígio para a cidade, no contexto do ensino secundário em Mato Grosso.

Conforme já abordado no primeiro capítulo, no final da década de 1950 ainda eram poucos os estabelecimentos desse nível de ensino no Estado. E ter uma instituição dessa natureza representava, para Dourados, como para qualquer outra cidade de Mato Grosso, um privilégio que, na maioria das vezes, estava envolvido em um projeto político cultural ambicioso de um político local que ousasse pleitear um estabelecimento de ensino secundário como esse para a sua cidade. Exemplo disso é o Colégio Estadual Presidente Vargas, cuja iniciativa de abertura se deu com a intervenção do então vereador Celso Muller do Amaral.

O vereador Celso dispunha de influência junto às autoridades estaduais, e até mesmo federais, devido ao fato de já ter ocupado importantes cargos como vereador de Dourados. No período de criação do Colégio era ele presidente da Câmara de Vereadores da cidade, posição que contribuiu para que a instalação do Colégio Estadual Presidente Vargas se concretizasse, além de haver colaborado com a doação do terreno para a construção do prédio.

Buscou-se, até aqui, elaborar uma interpretação da história do Colégio Estadual Presidente Vargas no processo de expansão do ensino secundário em Mato Grosso, sobretudo da parte Sul do Estado e também de sua criação e inserção na cidade de Dourados, nos anos de 1950. A partir deste momento, busca-se, nas particularidades desse Colégio, privilegiar aspectos referentes à caracterização da clientela que estudou nessa instituição educativa, bem como identificar e analisar o perfil do seu corpo docente, durante o período delimitado para esta pesquisa.

2.3 Os alunos

No Colégio Estadual Presidente Vargas, de acordo com os documentos encontrados nos livros de atas dos resultados do exame de admissão e nos livros do registro das matrículas, os alunos, para ingressarem na instituição, faziam o exame de admissão, seguindo os moldes de equiparação da educação secundária no Brasil.

Para a avaliação desses exames de admissão eram organizadas bancas examinadoras, nos estabelecimentos, sob inspeção preliminar ou permanente, constituídas por dois professores e sob a presidência de um dos inspetores. Segundo o art. 24 do Decreto nº 21. 241 de 1932,

o exame de admissão constará de provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais. (BRASIL apud ROCHA, 1932, p.39).

Os exames de admissão no Colégio Estadual Presidente Vargas, conforme previsto no Decreto nº 21. 241 de 1932 e de acordo com a Ata encontrada no Colégio, foram realizados de 1958 a 1971, sendo extintos apenas com a implantação da Lei 5692/71, regulamentada em 1974, nesse Colégio, que extinguiu o exame de admissão e dividiu o ensino secundário em 1º e 2º Graus.

Esses exames eram elaborados pelas próprias escolas, com muito rigor, visando, principalmente, impedir a entrada maciça de egressos do ensino primário para o ensino secundário. Pelo fato de esses exames exigirem conteúdos tão rigorosos, surgia a necessidade de os alunos passarem por cursos preparatórios, responsáveis em prepará-los para os exames de admissão. Esses cursos eram mantidos pelo pagamento de altas taxas, o que dificultava o acesso da grande massa da população mais pobre, que não possuía recursos próprios. Historicamente, o exame de admissão acabava constituindo-se numa barreira quase que intransponível para muitos dos alunos que tentavam o acesso ao ensino médio. (PEREZ, 2006).

No caso dos alunos de Dourados e região, muitas vezes os jovens tinham que frequentar cursos preparatórios em outros locais, como por exemplo, na cidade de Campo Grande. Em realidade, os jovens que se submetiam aos exames de admissão do Colégio Estadual Presidente Vargas eram alunos do curso primário de Dourados e região, provenientes do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, das escolas reunidas, das escolas rurais, do ensino primário da Escola Erasmo Braga, do Colégio Osvaldo Cruz e da Escola Imaculada Conceição que, com a ajuda de seus familiares, preparavam-se, em forma de um cursinho para o exame de admissão, com o objetivo de conseguirem êxito no ingresso ao ensino secundário de primeiro ciclo, de grau ginásial e, assim, prosseguirem seus estudos. A Tabela 4, a seguir, referente às atas dos resultados dos exames de admissão de 1958 a 1971, apresenta uma relação de alunos aprovados e reprovados no referido exame.

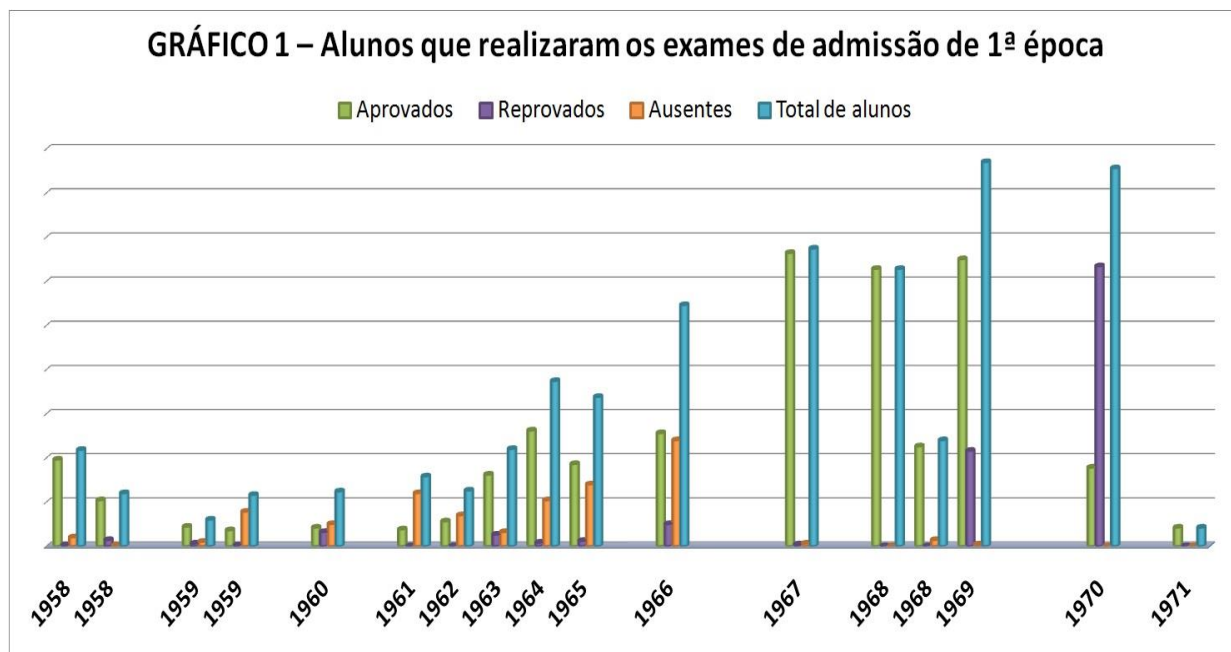
TABELA 4 – Lista dos alunos que realizaram os exames de admissão de 1958 a 1971 –

Período	Ano	Época	Aprovados	Reprovados	Ausentes	Total de alunos
15 de fevereiro	1958	1ª	98	01	10	109
15 dezembro	1958	1ª	52	07	01	60
17 dezembro	1958	2ª	15	00	00	15
15 fevereiro	1959	1ª	22	03	05	30
01 a 04 dezembro	1959	1ª	18	01	39	58
15 a 18 fevereiro	1960	2ª	24	00	22	46
06 a 10 de dezembro	1960	1ª	21	16	25	62
06 a 11 fevereiro	1961	2ª	24	03	09	36
06 a 10 dezembro	1961	1ª	19	00	60	79
07 a 11 dezembro	1962	1ª	28	00	35	63
06 a 11 dezembro	1963	1ª	81	13	16	110
07 a 11 dezembro	1964	1ª	131	04	52	187
06 a 12 dezembro	1965	1ª	93	06	70	169
14 a 18 fevereiro	1966	2ª	52	10	35	97
09 a 14 dezembro	1966	1ª	128	25	120	273
13 a 16 fevereiro	1967	2ª	28	06	02	34
21 a 24 fevereiro	1967	2ª	141	54	15	210
04 a 07 dezembro	1967	1ª	332	02	03	337
12 a 15 fevereiro	1968	2ª	98	00	00	98
2 a 5 dezembro	1968	1ª	314	00	00	314
1 a 5 de dezembro Noturno	1968	1ª	113	00	07	120
3 a 5 dezembro	1969	1ª	325	108	02	435
fevereiro	1970	2ª	58	29	00	87
12 a 14 dezembro	1970	1ª	89	317	22*	428
16 março	1971	1ª	21	00	00	21

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas, temporariamente localizado no NTE. (Tabela elaborada pela pesquisadora a partir do caderno de atas dos resultados finais de 1958 a 1971 dos exames de admissão para o ingresso no ginásio).*É quando nas atas começa a nomenclatura de desistente no lugar de não realizaram.

Os dados da tabela permitem constatar que, nos primeiros anos de funcionamento do ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados, quase todos os alunos que faziam o exame de admissão para ingresso na instituição eram aprovados. Contudo, a partir dos anos de 1960 essa situação passou por mudanças, pois os índices de alunos reprovados nos exames de admissão

aumentaram. Esse fato também foi marcante no início da década de 1970, em que o número de reprovados⁸ no exame chegou a ser muito superior ao número de aprovados e de ausentes.



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do livro ata do Colégio Estadual Presidente Vargas

De acordo com o Gráfico 1, os exames de admissão no Colégio, no período de 1960 a 1962, não tiveram um aumento significativo, aspecto que poderá estar relacionado com as circunstâncias descritas por Moreira (1990, p. 80):

Em 04 de setembro de 1959, quando já havia a 6ª série, uma tempestade derrubou a parte da frente do prédio, e então o Diretor Celso Muller do Amaral, utilizou o prédio – destinado uma para cada série – da Escola Erasmo Braga (localizado na época na Igreja Presbiteriana) durante quatro anos de 1960 a 1963. O período de março de 1961 a março de 1963 o Diretor da escola foi Lysias Fernandes da Cruz. [...] Em 1964 a escola voltou ao seu prédio próprio, embora este ainda estivesse em fase de construção.

Outro aspecto que poderá ser considerado, é que na década de 1960 ocorreu uma redução dos loteamentos na cidade de Dourados, fato que poderá estar relacionado à criação, em 1955, da Lei nº 476, de 26 de maio, uma iniciativa do poder público local de

⁸ Embora houvesse o interesse em averiguar as razões pelas quais, em alguns anos, ocorreu um alto índice de reprovação nos exames de admissão ao Ginásio do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, como, por exemplo, ano de 1970, em que o número de aprovados nesse exame foi bem inferior ao de reprovados. O acesso a esse tipo de dados tornou-se difícil, pois os documentos não possibilitaram informações para que se compreendessem os motivos dessas reprovações.

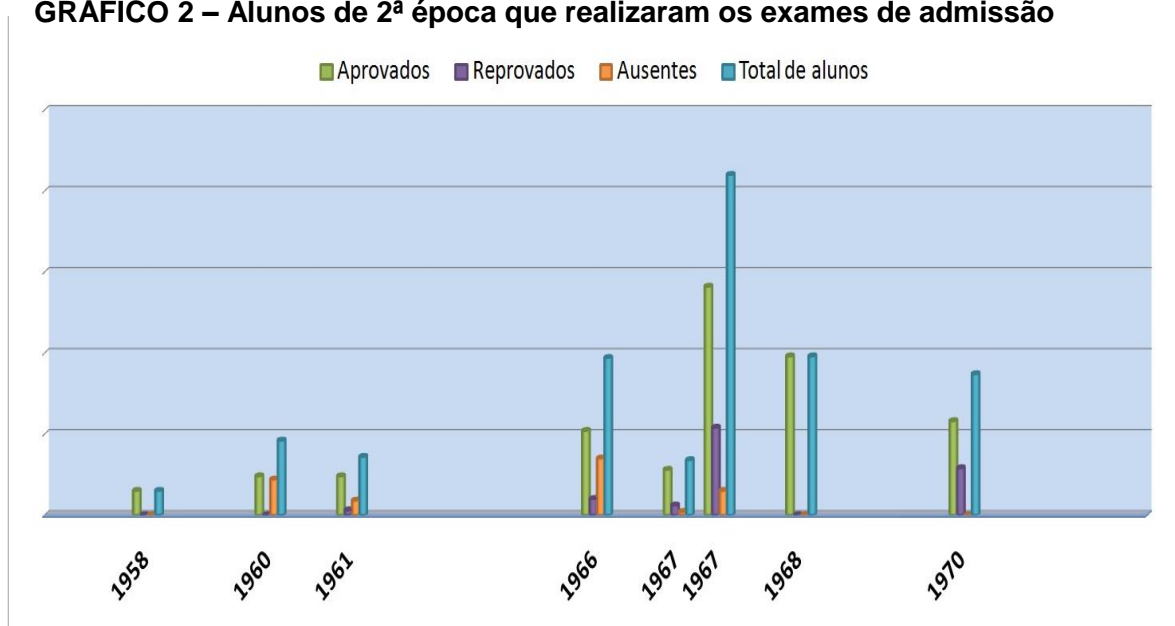
disciplinamento do uso do solo urbano, estabelecendo o primeiro Código de Postura de Obras do município de Dourados.

Entretanto, no período de 1965 a 1971, o número de alunos que realizaram os exames de admissão passou de 110 para 428, apresentando, assim, uma ampliação do atendimento da demanda escolar nessa modalidade de ensino que, apesar de ter tido um desenvolvimento lento, intensificou-se a partir do ano de 1965.

Passou, por exemplo, a haver uma data específica para que os alunos moradores distantes e com problemas de saúde realizassem o exame de admissão; os exames passaram a ser aplicados para turmas do período noturno, aumentando a probabilidade de se formarem quatro turmas de ingresso ao curso Ginásial, fato que veio a acontecer em 1968.

Não se pode deixar de mencionar que os alunos que não conseguiam aprovação na prova de admissão de 1ª época podiam se submeter a uma avaliação de 2ª época. A esse respeito Souza (2008) assinala que “para os alunos que não obtivessem aprovação na prova final era assegurado o exame de 2ª época, realizado apenas uma vez no mês de fevereiro do ano seguinte” (p.152).

GRÁFICO 2 – Alunos de 2ª época que realizaram os exames de admissão



Fonte: Gráfico construído pela pesquisadora a partir dos dados do livro ata do Colégio Estadual Presidente Vargas.

Como se pode observar pelo Gráfico 2, foi na década de 1960 que houve um aumento considerável de alunos que realizaram os exames de 2ª época. Nesse sentido, torna-se importante esclarecer que esse aumento coincide com um crescimento demográfico da cidade

de Dourados, pois entre as décadas de 1950 a 1970 a população passou de 22.834 para 84.955⁹, apresentando mudanças na configuração da área urbana, com o aumento significativo dos emigrantes oriundos dos mais diversos lugares do país, conforme já mencionado.

Os dados dos exames de admissão ao ginásio do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados sugerem que a expansão do ensino público ginásial no município ocorreu até meados da década de 1960, mais precisamente, em 1962, em ritmo lento e moderado, atingindo apenas um pequeno segmento da população escolar. Na realidade, foi possível notar que esse quadro se altera, na instituição estudada, a partir do ano de 1966, quando se observa ampliação significativa da oferta de vagas nesse estabelecimento de ensino, bem como de sua estrutura física, já abordada anteriormente.

No que diz respeito às matrículas, os dados retirados dos Registros de Matrículas revelam o relativo aumento destas, no período de 1958 a 1960. O fato, porém, de não ter sido possível catalogar as matrículas dos alunos de 1960 a 1974 em razão da organização por fichas, em ordem alfabética e não por ano, impossibilitou o aprofundamento de nossa análise, a qual se limitou a observar a expansão das matrículas do curso ginásial nos três primeiros anos de existência do Colégio e no ano de 1969. Acredita-se, contudo, que tal fato, embora tenha comprometido de certa maneira a evolução das matrículas nesse ginásio, ele permite, pelos menos, oferecer uma amostra desse crescimento das matrículas na instituição no período em que foi possível coletar os dados, conforme evidencia a Tabela 5, a seguir.

TABELA 5 – Matrículas efetivadas dos alunos do Ginásio Estadual Presidente Vargas em 1958 a 1960

Série	Ano	Classes	Masculino	Feminino	Total Geral
1 ^a	1958	03	58	47	105
1 ^a	1959	04	63	43	106
2 ^a	1959	02	44	30	74
1 ^a	1960	02	39	21	60
2 ^a	1960	01	14	12	26
3 ^a	1960	01	18	10	28

Fonte: Tabela construído pela pesquisadora a partir do termo de matrícula dos anos de 1958, 1959, 1960 do Ginásio Estadual Presidente Vargas. Arquivo do Ginásio Estadual Presidente Vargas que esta temporariamente no NTE (Núcleo Tecnológico Estadual)

No ano de 1958, por exemplo, no Colégio Estadual Presidente Vargas foram efetuadas as matrículas de 105 alunos, no curso ginásial, o que permitiu formar 03 classes mistas no

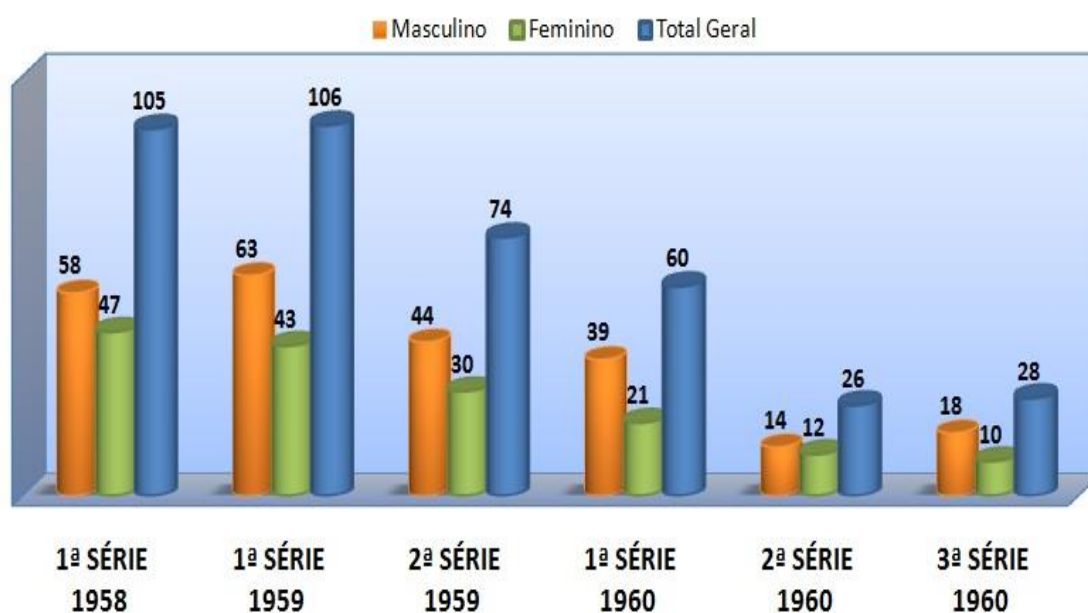
⁹ Fonte: IBGE - Censo Demográfico de Mato Grosso - 1940, 1950, 1960 e 1970. Data de acesso: 10 de junho de 2013

período matutino. No ano seguinte, o aumento no número de matrículas foi muito pequeno, na realidade aumentou apenas um aluno. No entanto, foram formadas quatro classes mistas, pois ingressaram 63 alunos do sexo masculino e 43 do sexo feminino. Nesse mesmo ano, de 1959, também foram organizadas mais duas salas de alunos, mistas, com 44 alunos do sexo masculino e 30 do sexo feminino, para a 2ª série ginásial.

Em 1960 foram oferecidas duas salas para a 1ª série ginásial, uma para a 2ª e uma para a 3ª série. Com esse dado é possível perceber que durante o período de 1958 a 1960 o Colégio abrigava em média 110 alunos a cada ano.

Para melhor compreensão dos dados de crescimento no número de matrículas no Colégio Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1960, elaborou-se o gráfico a seguir:

GRÁFICO 3 - Matrículas efetivadas dos alunos do Ginásio Estadual Presidente Vargas em 1958 a 1960



Fonte: Gráfico construído por Airton Pinto a partir do livro de ata das matrículas encontrado no (NTE).

De acordo com os dados da tabela e dos gráficos, pode-se observar que, apesar de o número de alunos ter aumentado pouco entre os anos de 1958 e 1960, os dados acabam por revelar que durante esses três anos o número de alunos ainda era superior a 100 alunos. Em 1959, por exemplo, havia uma única turma da 2ª série ginásial; no ano seguinte, havia 1ª, 2ª e 3ª séries do curso ginásial.

Pelos dados também é possível verificar que a presença masculina era mais representativa do que a feminina, no Colégio. Conquanto houvesse um maior número de homens matriculados na instituição, se comparado com o das mulheres, não se pode deixar de mencionar que a margem de diferença não era muito grande: em 1958, enquanto o número de homens era de 58%, o de mulheres era de 47%, na realidade com um percentual de diferença de 8,1 %, isto é, uma diferença insignificante para o período, uma vez que as mulheres, na década de 1950, optavam pelo magistério ou se dedicavam a atividades domésticas. É possível que essa presença significativa de mulheres no ensino secundário do Colégio esteja relacionada ao fato de a escola pública de formação de professores primários, em Dourados, ter sido instalada apenas no início da década de 1970.

Ainda que os dados acima descritos evidenciem o aumento do interesse da população pela escola secundária em Dourados, esse nível de ensino continuava atendendo apenas uma pequena parcela da população local, uma vez que o número de vagas disponível não abrigava todos que pretendiam ingressar no ensino secundário, principalmente pessoas oriundas das camadas populares mais baixas da sociedade de Dourados e região.

Os dados obtidos pelas Fichas de Matrículas do ano de 1969 permitiram verificar que, no Colégio Estadual Presidente Vargas, o número de matrículas no decorrer dos anos de 1960 cresceu de forma significativa, uma vez que em 1969 a instituição ofertava o ensino secundário para 1.059 alunos, conforme pode ser observado nos dados do Quadro 6:

QUADRO 6 – Relação dos alunos matriculados em 1969 e suas respectivas idades

MATUTINO			
Alunos 1ª série A, B, C, D	Alunos 2ª série A e B	Alunos 3ª série A e B	Alunos 4ª série
10 anos - 08	11 anos - 05	12 anos - 06	14 anos - 11
11 anos - 44	12 anos - 20	13 anos - 18	15 anos - 09
12 anos - 39	13 anos - 29	14 anos - 16	16 anos - 06
13 anos - 29	14 anos - 15	15 anos - 10	17 anos - 07
14 anos - 23	15 anos - 10	16 anos - 04	18 anos - 02
15 anos - 08	16 anos - 05	17 anos - 08	
16 anos - 07	17 anos - 02	18 anos - 02	
		21 anos - 01	
Total = 158	Total = 86	Total = 65	Total = 35

VESPERTINO			
Alunos 1ª Série A, B, C, D	Alunos 2ª Série A, B, C, D	Alunos 3ª Série	Alunos 4ª Série
11 anos -25	11 anos -5	12 anos -8	14 anos -4
12 anos -38	12 anos -34	13 anos -7	15 anos -7
13 anos -43	13 anos -27	14 anos -12	16 anos -7
14 anos -28	14 anos -27	15 anos -4	17 anos -2
15 anos -10	15 anos -19	16 anos -7	18 anos -2
16 anos -2	16 anos -11	17 anos -4	22 anos -1
17 anos -5	17 anos -2		
18 anos -3	19 anos -1		
Total 154	Total 126	Total 42	Total 23

NOTURNO			
Alunos 1ª Série C, D	Alunos 2ª Série A, B, C	Alunos 3ª Série A, B	Alunos 4ª Série
14 anos - 28	12 anos - 4	15 anos - 14	15 anos - 1
15 anos - 18	13 anos - 8	16 anos - 8	16 anos - 5
16 anos - 22	14 anos - 4	17 anos - 10	17 anos - 18
17 anos - 20	15 anos - 15	18 anos - 10	19 anos - 4
18 anos - 10	16 anos - 18	19 anos - 8	20 anos - 2
19 anos - 10	17 anos - 16	20 anos - 4	21 anos - 2
20 anos - 8	18 anos - 15	21 anos - 6	23 anos - 1
21 anos - 2	19 anos - 11	25 anos - 4	25 anos - 1
22 anos - 3	20 anos - 13	26 anos - 2	27 anos - 2
24 anos - 2	21 anos - 12		
33 anos - 2	22 anos - 14		
38 anos - 1	23 anos - 11		
39 anos - 1			
TOTAL 127	TOTAL 141	TOTAL 66	TOTAL 36

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora a partir dos arquivos do CDR – Cx 23 livro 14.

As análises dos dados quantitativos do quadro possibilitaram observar que um crescimento representativo no número de matrículas ocorreu, principalmente, a partir do final da década de 1960, mais especificamente com a abertura de mais um turno de funcionamento do primeiro ciclo do curso secundário, no período noturno, em 1969, que ofereceu mais 370 vagas. Em realidade, um aumento na ordem de 828,95%, se comparado com os dados relativos do ano de 1960, certamente serviu para intensificar o crescimento no número de alunos na instituição.

Certamente esse crescimento no número de alunos matriculados revela a importância dessa instituição de ensino secundária pública para Dourados e região, em um período que a localidade carecia de escolas dessa natureza. Desse modo, é conveniente indagar, qual o sentido, portanto, da instalação dessa escola para atender a população em Dourados e região? Como essa escola atendeu a população? Quais foram as faixas etárias atendidas por essa instituição? A escola atendeu um público de alunos com faixa etária fora da idade escolar? Se a instituição atendeu essa faixa etária de alunos, por que eles procuraram essa modalidade de escolarização secundária? A procura pelo ensino secundário por esse público estava relacionada à ausência de instituição dessa modalidade pública em Dourados e região? Esses questionamentos permitem refletir sobre a clientela atendida pelo Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados.

Pode-se dizer que esse aumento nas matrículas do Ginásial, no Colégio Estadual Presidente Vargas, acabou por ocasionar, para Dourados e região, como também para o estado de Mato Grosso, uma democratização do sistema de ensino, na medida em que o ensino secundário na instituição passou a atingir um maior número de alunos, principalmente daqueles que estavam excluídos do sistema escolar por falta de vagas ou de maiores facilidades de acesso à escola, ou, ainda, por precisarem trabalhar no período diurno e estudar no noturno. No entender de Spósito (1992), no âmbito da democratização do ensino secundário, a regulamentação dos cursos de ginásio em período noturno surge como alternativa para resolver problemas imediatos de alguns estabelecimentos diante da carência de vagas solicitadas pela população, pois essa medida significou grande marco que acentuou consideravelmente a generalização das oportunidades educacionais nesse nível de ensino.

Convém retomar, aqui, os dados expostos no Quadro 6, uma vez que eles ainda permitem analisar a faixa etária dos alunos atendidos no Curso Ginásial, pelo Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados. Verificou-se que o maior número de alunos matriculados no Curso Ginásial encontra-se na faixa etária de 11 aos 14 anos, porém, há alunos com 10 anos, o que demonstra que o ingresso desses discentes no ensino secundário ocorreu antes mesmo da idade permitida, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 4.024/61, vigente nesse período.

Em relação aos alunos do Curso Noturno, constatou-se um perfil um pouco diferenciado, comparado ao dos alunos do matutino e vespertino, pois esses alunos apresentavam idades que variavam entre 14 e 39 anos. Acredita-se que essa diferença esteja relacionada ao fato de a instituição atender, nesse turno, principalmente alunos pertencentes à classe trabalhadora.

Entretanto, em 1969, entre os alunos que frequentavam o Curso Científico no Colégio não havia uma diferença muito grande de idades: três alunos com 14 anos; 19 alunos com 15 anos; 17 alunos com 16 anos; 15 alunos com 17 anos; 20 alunos com 18 anos; 12 alunos com 19 anos; cinco alunos com 21 anos; quatro alunos com 22 anos e um aluno com 23 anos. Esses dados acabam por mostrar que a maioria dos alunos que frequentou o científico, na instituição, pertencia ao mesmo limite de faixa etária.

Outro dado analisado, significativo em relação ao perfil dos alunos do Colégio Estadual Presidente Vargas, está relacionado à naturalidade desses discentes, ainda que não tenha sido possível estabelecer integralmente esse perfil, no período de 1958 a 1974, devido à falta de dados em relação a esse aspecto, em anos posteriores, nos documentos pesquisados. Realizou-se uma amostragem sobre os anos de 1958 a 1960, conforme registrado no Quadro 7:

QUADRO 7 - Estado e país de nascimento dos alunos do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1960

ESTADO	QUANTIDADE DE ALUNOS
São Paulo	132
Mato Grosso	186
Minas Gerais	25
Ceará	10
Rio Grande do Sul	09
Paraná	06
Alagoas	04
Rio de Janeiro	04
Pernambuco	03
Japão	04
Não consta o local	17

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir do livro de registros de matrículas do arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

O quadro aponta que, no período de 1958 a 1960, a maioria dos alunos que estudavam no Colégio Presidente Vargas era natural do próprio estado de Mato Grosso, embora o percentual dos alunos nascidos no estado de São Paulo fosse elevado, na composição da clientela atendida por esse Colégio, pois enquanto 186 fossem nascidos em Mato Grosso (40,4 %), 132 eram nascidos em São Paulo (33 %). Em seguida, vinham, em menor número, alunos nascidos em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e estados do nordeste brasileiro, como Alagoas, Pernambuco entre outros. Destaque-se, ainda, que, embora o número não fosse tão representativo, havia alunos até mesmo nascidos em outro país, como no Japão.

Provavelmente, essa diversidade de locais de nascimentos dos alunos do Colégio pode ter explicação no fato de que, no período da colonização de Dourados, proveniente da Marcha para o Oeste, veio para essa localidade uma população migrante oriunda de diferentes estados brasileiros e imigrantes oriundos de outros países, como foi o caso dos japoneses, que chegaram entre o final da década de 1940 e a década de 1950, nessa região, para trabalhar com a terra e no comércio nascente, conforme já abordado em partes anteriores, neste capítulo.

Ainda que houvesse o interesse, nesta dissertação, de se analisar todo o perfil socioeconômico dos alunos que frequentaram o ensino secundário no Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1974, os dados obtidos nas fichas de matrículas da instituição, coletados no Núcleo de Tecnologia Educacional, não possibilitariam essas informações, uma vez que não traziam registros sobre as profissões dos pais dos alunos. Na busca por essas informações, na documentação sobre o Colégio, o que foi possível obter sobre o nível socioeconômico dos alunos foi uma amostra coletada em dados extraídos das 7^{as} séries “A” e “B” do turno matutino, do ano de 1974, conforme mostra o Quadro 8.

QUADRO 8 – Nível socioeconômico dos alunos 7^a A e B de 1974

Vencimento de até CR\$ 1.000,00	28 alunos
Vencimento de até CR\$ 2.000,00	26 alunos
Vencimento de até CR\$ 3.000,00	14 alunos
Vencimento de até CR\$ 4.000,00	06 alunos
Vencimento de até CR\$ 5.000,00	12 alunos
Vencimento de até CR\$ 6.000,00	03 alunos
Para montagem do quadro demonstrativo do nível socioeconômico, classificamos da seguinte maneira:	
Nível socioeconômico BAIXO – de CR\$ 200,00 até CR\$ 1.000,00	
Nível socioeconômico MÉDIO – de CR\$ 1.001,00 até CR\$ 5.000,00	
Nível socioeconômico ALTO – de CR\$ 5.001,00 até CR\$ 10.000,00	

Fonte: CDR – Cx 08 – Caderno 13.

A análise da composição socioeconômica dos alunos do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, do ano de 1974, apresenta constatações interessantes. Com base nas informações retiradas do quadro, verifica-se que dentre os noventa e dois alunos matriculados nas 7^{as} séries A e B, a maioria pertencia a um nível socioeconômico médio, cujos salários dos

pais, na época, variavam entre CR\$ 1.001,00 até CR\$ 5.000,00, de acordo com a classificação estabelecida pela instituição. Em seguida, vinham os alunos pertencentes às camadas de nível socioeconômico baixo, cujos salários dos pais variavam entre CR\$ 200,00 até CR\$ 1.000,00 e, por fim, ficavam os alunos pertencentes a um nível socioeconômico alto, em que os salários dos pais variavam entre CR\$5.001,00 até CR\$ 10.000,00.

Para uma melhor compreensão sobre os rendimentos financeiros das famílias dos alunos do Colégio no ano de 1974, é oportuno estabelecer aqui uma relação entre o valor do salário mínimo da época e o nível socioeconômico predominante dos alunos dessa instituição, tendo em vista que o salário mínimo era de CR\$ 376,80¹⁰. Para os familiares de alunos que recebiam até CR\$1.000,00, os rendimentos representavam um pouco mais de dois salários e meio; para aqueles em que os familiares recebiam até CR\$ 2.000,00, os rendimentos eram equivalentes a um pouco mais de cinco salários mínimos, o que permite reforçar, ainda, a predominância do nível socioeconômico baixo na clientela atendida por essa instituição secundária pública de Dourados.

Diante dessas constatações foi possível verificar que, diferentemente do que acontecia na primeira metade do século XX, quando o ensino secundário atendia apenas a uma elite privilegiada, pois a maioria dos alunos do Colégio Estadual Presidente Vargas, segundo os dados do ano de 1974, originava de famílias posicionadas na classe média, cujos pais recebiam salários variados, no entanto, em sua maioria, com rendimentos de até CR\$ 2.000,00. Observou-se, ainda, que, embora a amostra socioeconômica referente ao ano de 1974 tenha evidenciado que a maioria dos alunos do Colégio pertencia às camadas médias, ela revelou, também, que a condição socioeconômica dos discentes da instituição era diversificada, uma vez que o Colégio também atendia representantes dos dois extremos da hierarquia social, ou seja, das camadas baixa e alta da sociedade.

Todos esses elementos ajudaram a apresentar os dados socioeconômicos da clientela de alunos atendida pelo Colégio Estadual Presidente Vargas, no período de 1974, ressaltando-se, entretanto, que nos anos anteriores não foi possível averiguar e analisar esses fatores.

2.4 Os professores do Colégio

O Colégio Estadual Presidente Vargas, desde o início de seu funcionamento, seguia um critério de contratação dos professores semelhante ao das outras localidades do país, no

¹⁰ Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm. Data de acesso: 09 de jun. de 2014.

que diz respeito ao ensino secundário. Os professores eram nomeadores pelo governador do estado de Mato Grosso, conforme mostra o relato do livro de Ata do Termo de Posse:

Termo de posse

Aos 15 (quinze) dias do mês de julho do ano de 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito), nesta cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso, às 7,30 horas, no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Presidente Vargas, no gabinete do Sr. Diretor, Dr. Celso Müller do Amaral, comigo, Takako Noda, a quem o Sr. Diretor encarregou de exercer, sob o compromisso legal, as funções de Secretária “ad-loc”, achando-se presente o Sr. Raul Bezerra, declarou este e que, tendo sido nomeado para exercer, interinamente, o cargo de professor, padrão R, da cadeira de Matemática deste Ginásio, por ato do Exm. Sr. Governador do Estado, Dr. João Ponce de Arruda, datada de 14 de junho último, desejava tomar posse do referido cargo, que vem exercendo desde 1º de março último, conforme consta no mencionado no referido ato governamental. Nestas condições, tomou o Sr. Diretor o compromisso legal do professor Raul Bezerra, o qual se comprometeu a desempenhar as suas funções em estrito cumprimento às normas previstas em Regulamento do Ensino Secundário e no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, ficando assim, por declaração expressa do Sr. Diretor, empossado e compromissado. De tudo, para constar, mandou o Sr. Diretor lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Takako Noda, Secretária ad. hoc., o escrevi e subescrevi. (CADERNO ATA, 1958, p. 9).

Por esse termo de posse é possível perceber como era a forma de contratação de professores no Colégio Presidente Vargas. Observa-se que entre a contratação e a posse no cargo passavam-se alguns meses, a exemplo do professor Raul Bezerra, que iniciou suas atividades como professor dessa instituição de ensino e somente foi empossado no cargo, oficialmente, quatro meses após essa contratação.

Muitas vezes, o processo de nomeação desses professores do Colégio Estadual Presidente Vargas pelo governo do Estado era tão demorado, que acabava virando até notícia do jornal local de Dourados, conforme mostra a matéria escrita pelo professor José Marques, no dia 17 de maio de 1967 e publicada no Jornal “O Progresso”:

Seremos ou não nomeados?

Professor José Marques

Sim... que tamanha cabeça devíamos ter, para que, em meio à avalanche de boatos e mentiras provindas de Cuiabá, sobrasse ainda um lugarzinho para alguma notícia alvissareira?! Chega, ilustres representantes do povo! Os senhores não se lembram mais das campanhas comprometedoras? Não se recordam das promessas para melhoria do ensino? E agora? O que temos? Em que gavetas se meteram as nomeações do professorado? Ou se quiserem: em que lixo sepultaram os contratos dos escravos escravos intelectuais do governo? E’ preciso que o povo eleitor saiba que ali, nesse ginásio da «Presidente Vargas», há um grupo de professores necessitados, que ainda

não recebeu nem um tostão em 1967. Trabalham por ideal sim. Mais, nenhum ideal, por mais estático que seja, exige de alguém, que coma vento ou que se vista com folhas de figueira, a moda Paraíso... Até quando? Até quando a política lhe tampara a boca dos que batalham pela independência e libertação do ensino?

Caíam as amarras de amizades mal compreendidas! Diga-se a verdade! Arrebentem-se as mordidas que as promessas teceram! Chega! Já vence o tempo da solução! Seremos ou não nomeados? (O PROGRESSO, 1967, p. 1).

Em realidade, ocorreu grande campanha, principalmente por parte dos jornais locais, sobre a nomeação dos professores do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados. Esse tema tornou-se até assunto de capa do Jornal “O Progresso” de Dourados:

Caso não saiam as nomeações de professores do Colégio Presidente Vargas este terá que cerrar as suas portas ao Curso Científico e extinguir outros períodos de aulas por falta de professores, porque S. Excia., o Secretário de Educação não quer atender Dourados. Na mesma situação se encontra o Ginásio do Estado em Caarapó. (O PROGRESSO, 1967, p. 1, N 840).

Contudo, parece que as reivindicações realizadas pelo Jornal “O Progresso” surtiram efeito positivo em relação à nomeação dos professores do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados. Três dias após a publicação da matéria de capa do Jornal sobre a possível paralisação dos professores da instituição em Dourados, foi publicada uma matéria em resposta: a nomeação dos docentes era atendida pelo governo de Mato Grosso.

Colégio Estadual Pres. Vargas não paralizará suas atividades.

Entrevistada a Dra. Elda de Mello Rocha, diretora do estabelecimento, após sair às ruas, nossa edição de quarta-feira — Todos os professores que trabalham no C.E.P.V. serão nomeados — Secretário da Educação e Cultura e o próprio Sr. Governador fizeram essas afirmações.

Causou suspense nos meios educacionais a nota por nós inserida na edição de quarta-feira, quando através de uma fonte digna de crédito divulgamos a possível paralisação do curso científico e outros períodos escolares no Colégio Estadual Presidente Vargas, face aos problemas das nomeações dos professores que ali lecionam sem contudo pertencerem ao quadro da Secretaria e Educação e Cultura.

Nosso informante houvera dito que realmente das não nomeações dos mestres do C.E.P.V devia ser tão somente a falta de atenção do Sr, Secretário da pasta da Educação Prof. Wilson Rodrigues. E, ante o impacto causado pela divulgação de tal notícia, procuramos a Dra. Elda de Mello Rocha, ilustra diretora daquele educandário oficial, que, falando ao nosso diretor sobre o fato, disse que no dia 8 do corrente, em Cuiabá, manteve entrevista com o Prof. Wilson Rodrigues, quando este lhe afirmou que todos os professores que trabalham no C.E.P.V. serão nomeados. Já no dia 18, a Dra Elda manteve contato com o Sr. Giovanni em Guia Lopes de Laguna, ocasião em que o Dr. Pedro Pedrossian afirmou-lhe que o problema do ensino e ,Dourados, mórmente o que diz respeito no C.E.P.V., terá urgente solução. Aí está. A palavra abalizada da eficiente diretora do Colégio Estadual, cujo

esclarecimento, em muito vem tranquilizar não só ao meios educacionais, e, como também, a população de Dourados. (O PROGRESSO, 1967, p. 1, N. 841)

Diante dessas circunstâncias, pode-se verificar que embora o Colégio ocupasse um lugar importante e de prestígio junto à sociedade douradense e da região, por se constituir na única instituição pública de ensino secundário até então, os professores sofriam com problemas em seu cotidiano, sobretudo no que diz respeito ao processo de nomeação, conforme já referido.

Como professores contratados pelo governo, o corpo docente do Colégio Estadual Presidente Vargas era constituído por profissionais de diferentes áreas de formação, como os profissionais liberais, os professores habilitados em cursos de licenciatura em nível superior, os docentes habilitados pela CADES, os professores somente habilitados no Curso Normal.

O Quadro 9 apresenta uma amostra desse perfil do corpo docente da instituição:

QUADRO 9 – Lista parcial dos Professores

Professor(a)	Formação	Disciplinas Ministradas	Ano
Lucia Nocentinni	Não consta	Canto Orfeônico	1960
Luis Carlos Bezerra	Professor secundário PS1	Matemática	1966/1969
Chester Soares Bonfim	Hab. CADES	Geografia e Inglês	1969
Esmeralda Aparecida dos Santos	2º Ano incompleto Normal; CADES – Professora Secundária PS2	Língua Portuguesa História	1969
Azael Pompeu	Administração de Empresas	Educação Física e secretário	1969
Maria Eneida Zocolaro	Professora Secundária PS2	História	1969/1970
Nedina Santos Bonfim	CADES – Professora Secundária PS1	Português e Educação Artística	1969
Nilva Maria de Assis	Curso de alfabetização – CENE	Matemática	1969
Enoque Vieira Berto	Professor Secundário PS2	Química	1969
Luiza Melo Vasconcelos	Letras – PS3	Inglês	1967/1969
Maria do Rosária Moreira	Não consta	Educação Moral e Cívica	1970
Generosa de Matos Freitas	Pedagogia - PS	Biologia	1970
Vilma Bragança Vieira Pizzini	CADES	Educação artística Inglês	1967/1969 1969 a 1970
Ilda Dias Belmont	Normalista – PS 2	Ciências – II ciclo	1970

Zazi Brum Vasconcelos Oliveira	Professora secundarista PS2	Ciências e Físicas Biológicas	1964 a 1970
Zenaide Soares	CADES (Colégio Barbacena)	Português	1969 a 1970
Yara Chaves Dal Lago	Não consta Professora Secundária- PS2	Ciências	1969
Zilda Oliveira Lima	Professora Secundária PS2	Geografia	1970
Zonir de Matos Freitas	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras	Português	1970
SultanRassalan	Professor Secundário PS1	Educação Física	1969/ 1970
Vanda Caceres Gonçalves	Professora Primária PP3	Educação Moral e Cívica	1970
Zani Brum Monteiro	CADES – Magistério / PS1	Matemática	1970
ShioYoshikawa	Normalista – PP3	História - II ciclo	1970 a 1971
Ayrton Ferreira Barbosa	Professor secundário – PS1	História	1969

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora com base nos dados coletados nos arquivos do CDR

Antes de iniciar uma análise sobre a relação do perfil dos professores do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, cumpre explicar as siglas representativas dos professores da instituição, que aparecem no Quadro 9, de acordo com os documentos oficiais de Mato Grosso: PP1 - significa professor Leigo; PP2 - representa professor regente no ensino médio; PS1 – professor sem registro; PS2 – professor com registro e PS3 – professor com curso superior. Entre os anos de 1960 até início dos anos de 1970, a maioria do corpo docente do Colégio era constituída por professores PS2, ou seja, docentes que tinham o registro para lecionar no ensino secundário.

Pelo conteúdo do quadro fica evidente que entre os anos de 1960 e início dos anos de 1970 o corpo docente do Colégio Presidente Vargas era constituído, em sua maioria, por professores secundários e por docentes habilitados pela CADES. Além disso, contava com um número pequeno de professores habilitados no ensino superior, em cursos ligados tanto à área de Educação como Pedagogia e Letras. Havia professores, como Azael Pompeu, que tinham formação no curso de Administração de Empresas. Havia, também, embora em número reduzido, professores primários, ou seja, normalistas que integravam o corpo docente do Colégio.

Outro aspecto que merece ser observado, com relação ao corpo docente do Colégio, é que a maioria dos professores era do sexo feminino. Apesar de ser reduzida a presença

masculina no quadro docente da instituição, eles estavam presentes, atuando em diferentes áreas do conhecimento como Matemática, Química, Geografia, História e Inglês.

Uma parte do corpo docente do Colégio era formada, principalmente, por professores habilitados pela CADES. Em 1953, o Presidente Getúlio Vargas criou o Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, que implantava a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), com o objetivo de elevar o nível do ensino secundário, bem como de difundi-lo. De acordo com o Decreto, a CADES

deveria, entre outras atividades: promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e diretores de estabelecimentos de ensino secundário; conceder e incentivar a concessão de bolsas de estudo a professores secundários, a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento no País ou no exterior; promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino, a fim de ajustá-los aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio; elaborar material didático para as escolas secundárias; organizar missões culturais, técnicas e pedagógicas para dar assistência e estabelecimentos distantes dos grandes centros; incentivar a criação e o desenvolvimento dos serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário; divulgar atos e experiências de interesse do ensino secundário; e promover o intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros. (PINTO, 2000, p. 5).

É oportuno lembrar que os cursos de formação dos professores secundaristas iniciaram-se nos anos de 1930, no Brasil (SOUZA, 2009). Além disso, as faculdades se localizavam nas capitais e nas grandes cidades das regiões mais desenvolvidas, o que impedia que os professores do interior e das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as frequentassem (PINTO, 2000). Foi diante da escassez de profissionais devidamente habilitados para ministrar disciplinas no ensino secundário que surgiram medidas como a de prover o ensino secundário de um magistério de emergência, que passou a ser recrutado a partir de 1946, por meio do exame de suficiência, instituído pelo Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946, e, posteriormente, pela criação da CADES, em 1953, “com a finalidade de promover atividades de aperfeiçoamento de professores e pessoal técnico” (SOUZA, 2009, p.213).

Diante desse contexto, observa-se que, na época, os professores lecionavam, muitas vezes, mais de uma disciplina ou em mais de um nível de ensino. Isso ocorria em virtude da falta de professores habilitados ou não disponíveis naquele período, uma vez que a maioria ainda estava em fase de formação em nível superior ou era de outras áreas do conhecimento.

De fato, a caracterização da clientela atendida pelo Colégio e de seu corpo docente permitem entender aspectos da cultura escolar que se fez presente nessa instituição de ensino secundário de Dourados, no período de 1958 a 1974, que acabou por revelar a predominância

de uma clientela constituída por diferentes camadas sociais, provenientes, em sua maioria, do estado de Mato Grosso, mas também com um grande número de estudantes originários do estado de São Paulo. O corpo docente era diversificado, constituído por profissionais liberais, estudantes do ensino superior, porém, em sua maioria, composto por professores habilitados pela CADES e com registro para atuar no ensino secundário.

III. O COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS E SUA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Neste capítulo, analisa-se a organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas, no período de 1958 a 1974. Para tanto, procedeu-se a um exame das grades curriculares do Curso Ginásial e do Curso Científico e vestígios da organização curricular do Colégio¹¹, a partir da análise de alguns documentos como planos de cursos de disciplinas, caderno escolar e fotografias.

A análise desenvolvida, aqui, fundamenta-se na abordagem sócio-histórica do currículo, compreendendo-o com um artefato social e cultural (GOODSON, 1995; 1997).

Segundo Goodson (1997, p. 20), “(...) o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação”. A história do currículo oferece pistas para identificar as relações entre a escola e a sociedade, “(...) porque mostra como escolas tanto refletem como refratam definições da sociedade sobre conhecimento culturalmente válido em formas que desafiam os modelos simplistas da teoria da reprodução” (GOODSON, 1995, p.118).

O primeiro currículo do Curso Ginásial no Presidente Vargas compreende o período de 1958 a 1960. Como o Ginásio começou a funcionar no período de vigência da Lei Orgânica do ensino secundário, a de nº 4.244/1942, o seu currículo, inicialmente, foi por ela regulamentado. Na referida Lei, em seu artigo 9º, articulavam-se as seriações desde o primário até a conclusão do secundário, sendo a estrutura do curso ginásial proposta desta maneira:

- 1) Disciplinas de Línguas: Português, Latim, Francês e Inglês;
- 2) Disciplinas de Ciências: Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil;
- 3) Disciplinas de Artes: Trabalhos Manuais, Desenho, Canto Orfeônico.

¹¹ Para abordar os vestígios da organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, privilegiaram-se as discussões acerca das disciplinas de História, História Geral, Organização Social e Política Brasileira, Ciências, Biologia, Química, Física, Geografia e Economia Doméstica, porque apenas sobre essas disciplinas foram encontrados documentos nos arquivos da instituição de ensino, nos acervos pessoais de ex-alunos e de ex-professores, para analisá-las.

É importante observar que o primeiro currículo do Curso Ginásial, no Colégio Estadual Presidente Vargas, seguiu a legislação nacional, a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 e a regulamentação estadual, pelo Decreto nº 519, de 06 de agosto de 1948.

As mudanças introduzidas na educação secundária pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, também conhecida como Reforma Capanema, trouxeram uma nova ordenação para o currículo. Em realidade, a referida Lei acabou por recuperar, de certa maneira, as tradições que foram tiradas pela Reforma Francisco Campos, especialmente a formação humanística e a concepção secundária como educação das elites (SOUZA, 2008). Cabe esclarecer que a Reforma Francisco Campos para o ensino secundário trouxe “maior inovação a distribuição mais equilibrada entre estudos literários e científicos no curso e a revitalização do cientificismo”. (SOUZA, 2008, p.153).

A formação humanística foi uma das marcas da reforma realizada com a Lei Orgânica do Ensino Secundário. De acordo com Dallabrida (2012, p. 169), essa Lei “reconfigurou a cultura escolar prescrita pela Reforma Francisco Campos (1931), reduzindo, na cultura escolar, o ensino clássico e modernista, sendo esta prática de formação enaltecida com a Reforma Capanema”. O autor acrescenta, ainda, que

(...) o ensino de Latim tornou-se obrigatório em todas as séries do curso ginásial e do curso clássico, e a língua grega, que havia sido suprimida pela Reforma Francisco Campos, foi reintroduzida em todos os anos do curso clássico. Em contrapartida, a Lei Orgânica do Ensino Secundário prescreveu a exacerbação da nacionalização da cultura escolar, com destaque as disciplinas: português, história, geografia, canto orfeônico. [...] A cultura escolar, prescrita na Reforma Capanema, que tinha uma perspectiva conservadora e nacionalista, vigorou até 1961, quando se deu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). (DALLABRIDA, 2012, p. 169-170).

Essa orientação efetivou-se pela relevância dada ao ensino de Latim, à inclusão do Grego no curso clássico, à redistribuição das matérias literárias e científicas constantes nos programas e ao número de aulas semanais, redefinindo o lugar e a importância de cada disciplina no projeto cultural de formação de adolescentes e jovens.

Com base nas orientações curriculares prescritas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, o currículo do Curso Ginásial do Presidente Vargas foi estruturado, na década de 1950, com uma configuração essencialmente humanística de tipo clássico, cuja função distintiva despertava o interesse das camadas privilegiadas da sociedade. Caracterizava-se, dessa maneira, por uma organização curricular bastante rígida, do tipo livresco e acadêmico,

que, por assim constituir-se, acabou se firmando como uma das principais barreiras ao avanço e sucesso dos alunos que buscavam esse tipo de ensino. Essa configuração curricular estava relacionada ao próprio objetivo a que atendia esse nível de ensino, de formar uma elite, conforme assinala Nunes (2000). Com essa estrutura curricular bastante extensa, o currículo da escola secundária estabelecia, como tônica do processo educativo, a tradição e a seletividade.

3.1 – Grades Curriculares do Curso Ginásial e do Curso Científico do Colégio Estadual Presidente Vargas

Nesta parte do trabalho são apresentadas e discutidas as grades curriculares do Curso Ginásial e do Curso Científico do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1974. Inicialmente, a grade do Curso Ginásial estava estruturada de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal e, posteriormente, com as prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 4.024/61. Relativamente à grade curricular do Curso Científico, no período pesquisado, esta se organizava de acordo com as prescrições dessa Lei, uma vez que esse Curso foi implantado, no Colégio, somente em 1963.

3.1.1 – Grade Curricular do Curso Ginásial

A grade curricular do Curso Ginásial do Presidente Vargas de Dourados, do período de 1958 a 1961, formada por 13 disciplinas, revela quão vasto se apresentava o currículo do primeiro ciclo do ensino secundário, na década de 1950 e início de 1960, prescrito pela Lei Orgânica do Ensino Secundário.

QUADRO 10 – Grade Curricular do Curso Ginásial do Presidente Vargas de Dourados, do período de 1958 a 1961 – Primeiro Ciclo

Disciplinas	Série I 1958	Série II 1959	Série III 1960	Série IV 1961
I – LÍNGUAS				
Português	X	X	X	X
Latim	X	-	X	X
Francês	X	X	X	X
Inglês	-	X	X	X

II – CIÊNCIAS				
Matemática	X	X	X	X
Ciências Naturais	-	-	X	X
História Brasil	-	X	X	X
História Geral	X	-	X	X
Geografia	X	X	X	X
Geografia do Brasil	-	-	-	-
III – ARTES				
Trab. Man.	X	X	-	-
Desenho	X	X	X	X
Canto Orfeônico	X	X	X	X

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

Pelo Quadro 10 percebe-se que na grade curricular do Curso Ginásial do Presidente Vargas, de base humanística, havia predomínio das disciplinas de cultura geral, em relação às disciplinas científicas. Pode-se perceber, ainda, que, no currículo, o ensino de Latim fazia parte de quase todas as séries do Curso Ginásial, enquanto as ciências foram relegadas apenas a aulas semanais, nas duas últimas séries desse ciclo. Nesses termos, a “reforma Capanema pode ser considerada uma vitória dos defensores do currículo humanista, o último reduto da língua latina na educação secundária e da valorização da cultura geral como eixo central da formação da juventude”. (SOUZA, 2009, p. 75).

Nesse sentido, os estudantes brasileiros de ensino secundário que frequentaram os ginásios e colégios a partir de 1942 até meados dos anos de 1960, tiveram contato não apenas com disciplinas e programas impregnados da cultura literária, mas com uma concepção de educação norteada pelos valores do humanismo. Desse modo, os estabelecimentos de ensino secundário mantiveram um curso de cultura geral e de cultura humanística até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

É oportuno lembrar que de 1945 a 1964 o Brasil viveu um período de democracia política. Esse período de democratização marcou de forma significativa o ensino público brasileiro, sobretudo o ensino secundário, pois a expansão desse nível de ensino foi extraordinária, comparada com as décadas anteriores. (SOUZA, 2009).

A partir de 1948, as discussões no Congresso Nacional em torno da elaboração de uma primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional acabaram por reavivar os debates sobre a modernização da educação secundária no país. Nesse período, a questão política da democratização do secundário tornou-se “o pano de fundo a partir do qual voltaram a ser

problematizados temas como as finalidades desse ramo de ensino, a inclusão de disciplinas de cunho prático no ginásial, a renovação metodológica e a flexibilidade curricular”. (SOUZA, 2009, p. 82).

Após treze anos de discussões e debates no Congresso Nacional, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº 4.024, foi promulgada em 20 de dezembro de 1961. No que se refere ao ensino secundário essa Lei não trouxe alterações estruturais, pois permaneceu o ginásio com quatro anos de duração e o colegial com três anos. Porém, no que diz respeito ao currículo do ensino secundário, este foi organizado em disciplinas obrigatórias e complementares, de caráter optativo, conforme prevê o artigo 35 da LDB de 1961:

Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino (BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961).

Essa Lei instituiu a flexibilização curricular por meio da atribuição de competências compartilhadas para determinação das disciplinas obrigatórias e optativas entre o Conselho Federal da Educação (CFE)¹², os Conselhos Estaduais e os estabelecimentos de ensino. Para o ensino secundário, as diretrizes curriculares indicavam:

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginásial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginásial serão ministradas nove disciplinas.

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo aspectos linguísticos, históricos e literários.

¹² A Lei de Diretrizes e Bases criou o Conselho Federal de Educação, estabelecendo para a sua constituição 24 membros nomeados pelo Presidente da República, com mandato de seis anos, escolhidos entre pessoas de notável saber e experiência em matéria de educação. Entre as atribuições do Conselho figuravam decisões relacionadas aos institutos isolados de ensino superior, o reconhecimento das Universidades, a indicação de disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio, a emissão de pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa, entre outros. (Cf. BRASIL, 196^a).

§ 2º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários. (BRASIL, 1961, P. 75).

Relativamente à opção da Língua Estrangeira, os Conselhos Estaduais de Educação seriam os responsáveis pela decisão. Apesar disso, na realidade, as escolas acabaram por seguir as sugestões do Conselho Federal de Educação, em parte, por falta de professores capacitados em disciplinas diferenciadas (ZOTTI, 2004). No entendimento desse autor, junto dessas transformações houve uma adaptação do ensino secundário ao quadro econômico brasileiro, coexistindo, de um lado, uma formação humanística propedêutica e, de outro, uma científica, mais ajustada à realidade econômico-industrial do país.

No Ginásio Presidente Vargas, no início do ano letivo de 1962, realizou-se a primeira reunião da congregação, com o objetivo de estudar um plano provisório de organização curricular nos moldes da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Nesse mesmo ano, a grade curricular do Curso Ginásial já funcionou com algumas alterações prescritas pela Lei, como mostra o Quadro 11, a seguir:

QUADRO 11- Grade Curricular do Curso Ginásial do Presidente Vargas de Dourados, do período de 1962

Disciplinas	Série I	Série II	Série III	Série IV
I – LÍNGUAS				
Português	X	X	X	X
Francês	X	X	-	-
Inglês	-	-	X	-
II – CIÊNCIAS				
Matemática	X	X	X	X
Ciências	X	X	X	X
História	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	X
III – ARTES				
Trab. Man.	X	X	-	-
Desenho	-	-	X	X
Canto Orfeônico	X	X	-	-
Educação Física				

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

Observa-se que, no Curso Ginásial do Presidente Vargas, a disciplina de Latim como humanidade clássica foi igualmente tocada pela modificação iniciada pela LDB de 1961, sendo suprimida da grade curricular já no ano de 1962. As disciplinas de História e Geografia, que antes se dividiam entre Geral e do Brasil, foram fundidas, passando a constar na grade curricular apenas como História e Geografia. A disciplina de Ciências Naturais passou a ter apenas a denominação de Ciências.

Apesar dessas modificações da grade curricular do Ginásio Presidente Vargas, ocorrida no ano de 1962, ela foi alterada nos moldes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional somente no ano de 1963, conforme se pode notar no Quadro 12:

QUADRO 12 – Grade Curricular do Curso Ginásial do Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados - 1963 a 1967

Disciplinas	Série I	Série II	Série III	Série IV
Português	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Inglês	-	-	X	X
Ciências	X	X	X	X
História do Brasil	X	X	-	-
História Geral	-	X	X	X
Desenho	X	-	X	X
Francês	X	X	-	-
Geografia	X	X	X	-
Trabalhos Manuais	X	X	-	-
Canto Orfeônico	X	X	X	X

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

O quadro apresentado revela que a grade curricular do Curso Ginásial passou a ter, a partir de 1963, apenas 10 disciplinas, ou seja, três a menos que as fixadas pela grade curricular anterior (1958 a 1961) e uma a menos que a configuração de 1962. Percebe-se que nessa grade a disciplina de Trabalhos Manuais já aparece suprimida. Em realidade, pode-se dizer que a implantação da Lei 4.024/61 fez com que algumas disciplinas praticamente desaparecessem dos currículos, devido ao fato de não terem sido escolhidas pelos estabelecimentos de ensino como optativas. No entendimento de Werebe (1970, apud ZOTTI, 2004, p. 129-130), nesse currículo “a inovação de maior alcance foi a redução do número de matérias estudadas nos diversos cursos. Sem dúvida, as grades curriculares foram, de modo geral, muito aliviadas, limitando-se praticamente a exigir o mínimo indispensável para a formação cultural básica do aluno”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 admitia, como matérias optativas, uma variedade de disciplinas curriculares, considerando as necessidades do local onde a escola estava inserida. Isso acaba por explicar, de certa forma, o fato de o Curso Ginásial do Presidente Vargas ter incluído, nos anos de 1960, na composição de sua grade curricular, certas disciplinas optativas que se diferenciavam daquelas da grade curricular estabelecida em 1963, na instituição, como se pode observar na grade de 1968:

QUADRO 13 – Grade Curricular do Curso Ginásial do Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados, 1968.

Disciplinas	Série I	Série II	Série III	Série IV
Português	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Inglês	X	X	X	X
Ciências	X	X	-	X
História	X	X	X	X
Desenho	-	-	X	X
Ed. Moral e Cívica	-	-	-	X
O. S. P. B.	-	-	X	X
Francês	-	-	X	X
Geografia	X	X	X	-
Educação Artística	-	-	X	-

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

Em 1968, como revela o quadro, a organização curricular do curso ginásial do Colégio Estadual Presidente Vargas passou por novas alterações, com a inclusão das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social Política Brasileira. Pode-se dizer que a inclusão dessas duas disciplinas estava relacionada ao momento histórico que o Brasil atravessava, de regime militar, pois os governos militares enfatizavam o patriotismo e os “deveres cívicos” como forma de manutenção da ordem, aspectos que se faziam presentes nos conteúdos abordados de ambas as disciplinas.

Em 1971, a grade curricular do Curso Ginásial do Colégio permaneceu a mesma que fora estabelecida em 1968, com a inclusão das disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social Política Brasileira, como se pode observar no Quadro 14:

QUADRO 14 – Grade Curricular do Curso Ginásial do Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados em 1971

Disciplinas	Série I	Série II	Série III	Série IV
Português	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Inglês	X	X	X	X
Ciências	X	X	-	X
História	X	X	X	X
Desenho	-	-	X	X
Ed. Moral e Cívica	X	X	X	X
Francês	-	-	X	X
Geografia	X	X	X	-
Educação Artística	X	X		-
Organização Social Política Brasileira				X

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

A grade curricular do Curso Ginásial do Presidente Vargas seguiu, por todo o período analisado, ou seja, até o ano de 1974, apresentando apenas mudanças relativas no que diz respeito à composição da parte diversificada do seu currículo. Contudo, as disciplinas que mais se revezavam na organização curricular, ora sendo acrescentadas, ora excluídas, eram Artes, Trabalhos Manuais e Desenho. Entretanto, outras disciplinas foram acrescentadas no currículo, como no ano de 1972 a disciplina de Economia Doméstica, incluída pela primeira vez na parte diversificada da organização curricular do Curso Ginásial da instituição, conforme aparece no Quadro 15, a seguir:

QUADRO 15 – Grade Curricular do Curso Ginásial da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados 1972

Disciplinas	Série I	Série II	Série III	Série IV
Português	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Inglês	X	X	X	X
Ciências	X	X	-	X
História	X	X	X	X
Desenho	-	-	X	X
Ed. Moral e Cívica	-	-	-	X
Geografia	X	X	X	-
Francês	-	-	X	X
Ec. Doméstica	-	-	-	X
Educação Artística	-	-	X	-
Téc. Manuais	-	-	X	-

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

Embora já vigorasse, em 1972, a Lei 5692/71, que fixou um núcleo comum obrigatório em todo país e uma parte diversificada para atender as peculiaridades específicas de cada local, em Dourados, o Colégio Estadual Presidente Vargas optou pela disciplina de Economia Doméstica. Todavia, essa disciplina não era passível de avaliação no processo de ensino aprendizagem do Colégio, como se pode observar pela caderneta escolar de uma ex-aluna, em 1972:

FIGURA 5 – Cópia do boletim de 1972

Disciplinas	NOTAS E					
	Janeiro		Fevereiro		Março	
	Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas
Português	85	-	55	-	50	-
Matemática	40	-	40	-	55	-
História	70	-	40	-	50	-
Geografia	-	-	-	-	-	-
Ciências	60	-	50	-	90	-
Desenho	80	-	70	-	70	-
Francês	65	-	70	-	70	-
Inglês	70	-	70	-	70	-
Ed. M. e Cív	50	-	60	-	50	-
Ed. Artísticiz	-	-	-	-	-	-
Ec. Domést	-	-	-	-	-	-
T.C. Manual	-	-	-	-	-	-
Ed. Física	-	-	-	-	-	-
TOTAIS						

TOTAIS MENSUAIS											
Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		TOTAL AULAS Ed. Físicas	
Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas
50	1					80	50	-	-	60	-
30	-					80	30	-	-	80	-
60	-					80	50	-	-	65	-
-	-					-	-	-	-	-	-
70	2					60	90	-	-	80	-
70	-					70	80	-	-	70	1
60	-					75	50	-	-	70	-
85	-					70	85	-	-	85	-
75	-					90	55	-	-	70	-

DE FALTAS												
Setembro		Outubro		Novemb.		Dezemb.		TOTAL AULAS Ed. Físicas		TOTAL AULAS Ed. Físicas		
Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas	Notas	Faltas	

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

Ainda que as disciplinas diversificadas se alterassem, na organização curricular do Curso Ginásial até o ano de 1973, revezando-se entre Artes, Trabalhos Manuais e Desenho, as outras disciplinas curriculares permaneceram as mesmas estabelecidas pela grade curricular do ano de 1968, até a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692/71, no Colégio, em 1974, que promoveu mudanças na organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados.

3.1.2 - Grade Curricular do Curso Científico

Como o Curso Científico foi instalado, na instituição pesquisada, já sob a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4024/61, a sua organização curricular foi estruturada de acordo com as prescrições para esse nível de curso. A referida Lei estabeleceu, para esse nível de curso, oito disciplinas para as duas primeiras séries e, no máximo, seis para a última série. (WEREBE, 1970). Em conformidade com a Lei, a primeira grade curricular do Curso Científico do Presidente Vargas, estabelecida em 1963, era formada por oito disciplinas, como se pode observar no Quadro 16:

QUADRO 16 – Grade curricular da Primeira Série do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1963

Disciplinas	Série I 1963
Português	X
Espanhol	X
Matemática	X
Física	X
Química	X
História Natural	X
História Geral	X
Desenho	X

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

Percebe-se, por esse Quadro, que entre as oito disciplinas da grade curricular do Curso Científico da instituição não figuravam a matéria de Inglês, pois tinha destinado como língua estrangeira o Espanhol. Além disso, História Natural aparecia no lugar da disciplina de Biologia e se configurava com a designação de História Geral. A disciplina de Desenho também se fazia presente na grade.

Entretanto, em 1965, quando todas as séries do Curso Científico já estavam em funcionamento, no Presidente Vargas, no lugar da disciplina de Espanhol foi incluído o Inglês, na primeira série. A disciplina de História Natural foi suprimida, entrando a Biologia. No lugar da História Geral aparece apenas a nomenclatura História. A disciplina de Desenho, antes ministrada na primeira série, passou a fazer parte também da segunda série do Curso.

Um dado curioso verificado na análise dessa grade curricular do científico da instituição, foi que as duas primeiras séries funcionaram apenas com sete disciplinas e a última série, com apenas cinco disciplinas. Em realidade, cada uma das séries do Científico colocou em funcionamento uma disciplina a menos que o prescrito pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, conforme se pode notar nos registros do Quadro 17:

QUADRO 17 – Grade Curricular do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1965

Disciplinas	Série I 1965	Série II 1965	Série III 1965
Português	X	X	X
Inglês	X	X	-
Matemática	X	X	X
Física	X	X	X
Química	X	X	X
História	X	X	-
Biologia	X	-	X
Desenho	-	X	-

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

Na análise desses dados, em face do que já foi exposto anteriormente sobre o corpo docente, pode-se supor que essas alterações da grade curricular do Curso Científico do Presidente Vargas, em relação às prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, estivessem associadas à disponibilidade do corpo docente na instituição. Infere-se que a decisão pode ter sido tomada pela direção da instituição em decorrência da falta de recursos humanos para manter essas disciplinas na organização curricular.

Em 1968, a grade curricular do Curso Científico do Presidente Vargas passa a se configurar com uma organização mais próxima das prescrições da LDBEN 4.024/61. A primeira série do Curso ainda figurava com sete disciplinas; a segunda série já aparece com oito disciplinas, conforme estava previsto pela Lei. A terceira série passa a ter uma disciplina a mais do que previa a Lei: em lugar de seis matérias aparecia com sete, como se pode notar no Quadro 18:

QUADRO 18 – Grade Curricular do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1968

Disciplinas	Série I 1968	Série II 1968	Série III 1968
Português	X	X	X
Inglês	X	X	X
Matemática	X	X	X
Física	X	X	X
Química	X	X	X
História	X	X	-
Biologia	X	X	X
Desenho	-	X	X

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1958 a 1961. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

A organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas permaneceu com a mesma estrutura até o ano de 1970, quando são incluídas, em sua grade, as disciplinas Educação Moral e Cívica, e Artes, em substituição a Canto e Desenho. Essa mudança na grade curricular do Curso Científico pode ser observada no Quadro 19, a seguir:

QUADRO 19 – Grade Curricular do Curso Científico (Colegial) do Presidente Vargas de Dourados em 1972 e uma turma única de 1973

Disciplinas	Série I 1972	Série II 1972	Série III 1973
Português	X	X	X
Inglês	X	-	X
Matemática	X	X	X
Física	X	X	X
Química	X	X	X
História	X	X	X
Biologia	X	X	X
Desenho	-	X	X
Ed. Moral e Cívica	X	X	X

Fonte: Quadro construído pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais do Ginásio Presidente Vargas de Dourados, de 1972 e 1973. Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

De fato, a inclusão da Educação Moral e Cívica no currículo da escola secundária tinha como objetivo, devido ao próprio momento histórico que atravessava o país, enfatizar o patriotismo e os “deveres cívicos” como forma de manutenção da ordem.

Na verdade, a substituição de disciplinas “tradicionais” em favor das científicas, observada principalmente na composição curricular do segundo ciclo do ensino secundário, demonstra a tendência da época de ajustar esse nível de ensino às novas exigências impostas pelo desenvolvimento econômico do país.

Com essa organização curricular marcada pelo acréscimo das disciplinas de Educação Moral e Cívica, e de Artes, em substituição a Canto e Desenho, o Colégio Estadual Presidente Vargas permanece com a mesma grade curricular no Curso Científico até o ano de 1974, quando, então, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71 foi regulamentada nessa instituição de ensino.

3.2 - Vestígios da história curricular do Colégio Presidente Vargas de Dourados

Para entender a organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados entre 1958 a 1974, período que compreende desde a instalação do Curso Ginásial

até a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases e da Educação Nacional 5.692/71, nesse Colégio. Cabe indagar sobre os conteúdos ministrados pelos professores das disciplinas das grades curriculares tanto do Curso Ginásial quanto no Curso Científico da instituição. O fato, porém, de não se ter conseguido encontrar, nos acervos pesquisados, muitos documentos sobre os conteúdos curriculares dos cursos oferecidos pelo Colégio, dificultou, de certa forma, o aprofundamento da análise, que se limitou aos conteúdos de determinadas disciplinas do currículo escolar. Acredita-se, contudo, que tal fato não tenha comprometido demasiadamente essa análise da organização curricular do Colégio.

No Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, os professores tinham liberdade de escolha dos métodos e processos pedagógicos para lecionar as disciplinas curriculares, obedecendo ao programa nacional de ensino secundário e às disposições regulamentares a que estavam sujeitos, orientados pelas instruções baixadas pelas portarias estaduais.

3.2.1 - A disciplina de História no Curso Ginásial do Colégio

Embora o nível secundário tenha passado, no período pesquisado, por algumas reformulações provenientes da Reforma Capanema e das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 e 5.692/71, a disciplina de História permaneceu obrigatória, integrando tanto os currículos das humanidades clássicas como os currículos científicos.

Essa disciplina, na organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, ora como História Geral ora como História do Brasil, aparecia, na configuração curricular do Curso Ginásial, nas quatro séries. No Curso Científico, essa disciplina também marcava presença nas três séries.

Os planos de Curso aqui abordados integravam a terceira e a quarta séries do Ginásial do Colégio Estadual Presidente Vargas. O plano de Curso de História Geral da terceira série do Ginásial, no ano de 1969, objetivava inculcar no aluno o patriotismo sadio e o culto aos heróis do passado, criar hábitos de trabalhos e ser humano e justo temendo a Deus e amando-o acima de tudo. A disciplina era ministrada em duas aulas semanais, com conteúdos ligados à História Antiga e à História Medieval, que se distribuíam desde temas relacionados à Pré-História até a Idade Média, sobretudo, com ênfase no papel da Igreja, como se pode observar no Quadro 20:

QUADRO 20 – Plano de curso de História Geral – 1969 - III série – Ginásial

Material dos discentes	OBJETIVOS	Horário
1 caderno, caneta, lápis de cor, Dicionário de Português e Atlas.	Incutir no aluno o patriotismo sadio e o culto aos heróis do passado	Diurno: 2 aulas semanais – terça-feira e quinta-feira
	Criar hábitos de trabalhos	1º semestre: 06 de março a 30 de junho
	Ser humano e justo temendo a Deus e amando-o acima de tudo	Total de aulas: 32 Provas mensais - 4 Três revisões - 3 Desconto – 3 Aulas disponíveis: 22
		2º semestre: 1º de agosto a 30 de novembro
		Total de aulas: 34 Provas mensais – 4 Revisão – 3 Desconto – 3 Aulas disponíveis: 24
UNIDADES	DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO DISPONÍVEL	SUB- UNIDADES
1º	Povos da Antiguidade 11 aulas	Pré-história; O Egito antigo; Os povos da Mesopotâmia; Os hebreus; Os povos indo-europeus; Chineses e Hindus; As origens do comércio marítimo; Religiões antigas no Oriente e Monoteísmo hebraico; Egito comparado com o Brasil atual; Toda unidade comparando ao Brasil e Mato Grosso.
2º	Grécia 11 aulas	Tempos primitivos e heróicos da Grécia; A família e a Religião na Grécia; Formação das cidades Gregas; As cidades Gregas e as guerras; A Macedônia: Felipe e Alexandre; Grécia e as cidades atuais; Alexandre comparado aos nossos heróis; A diferença entre os povos antigos e os da Grécia
3º	Recordação do 1º bimestre – 2 aulas	Antiguidade e seus trabalhos para melhorar nossa vida; Grécia e suas atividades políticas e sociais.
4º	O mundo Romano 12 aulas	Fundação de Roma e a Realeza; A república e as lutas internas; Julio Cesar; O Império Romano; O Cristianismo;

		Roma antiga e a atual; O império romano e sua decadência; Cristianismo e os povos bárbaros.
5°	O mundo Bárbaro 3 aulas	Os povos bárbaros; As grandes invasões; As grandes invasões e o império de Carlos Magno.
6°	Idade Média 2 aulas	O Império do Oriente e Os Árabes.
7°	Igreja 6 aulas	Civilização Cristã; Occidental e a Igreja; Os estados da Europa; As cruzadas A Guerra dos cem anos; Estudo das três últimas unidades e o mundo atual.
MATERIAL DOCENTE	Quadro negro; giz, mapas, revistas, cartazes.	OBS.: Todo material que sirva de motivação. Livro didático – Antonio Borges Hermida

Fonte: Quadro construído a partir do material didático de ex-professora do Colégio.

Como se pode observar no plano de ensino da disciplina de História Geral da terceira série ginásial, os conteúdos relacionados ao mundo romano (12 aulas), aos povos da antiguidade (11 aulas) e da Grécia (11 aulas) eram os que ocupavam a maior carga horária, seguidas dos conteúdos relacionados à Igreja (6 aulas) no período medieval, dos conteúdos sobre o mundo bárbaro (3 aulas) e dos conteúdos introdutórios sobre a Idade Média (2 aulas).

Um dado pertinente sobre esse quadro é o fato de os conteúdos relacionados aos povos da antiguidade aparecerem registrados juntamente com conteúdos relacionados ao Brasil e a Mato Grosso, como é o caso do conteúdo sobre o Egito comparado com o Brasil atual, e de toda a unidade comparada ao Brasil e a Mato Grosso. Esse fato chamou a atenção, uma vez que gerou algumas reflexões sobre a maneira como o professor da disciplina poderia estabelecer essas relações comparativas entre a antiguidade e o Brasil, e mais, com Mato Grosso.

No que diz respeito ao livro didático selecionado para as aulas de História, este era de autoria de Antônio Borges Hermida. O plano do curso permitiu entrever que o professor dessa disciplina procurava tanto trabalhar com o livro didático quanto com outros recursos como mapas, matérias de revistas e cartazes. Em realidade, o plano de Curso do professor possibilitou observar que ele trabalhava, no ensino de História, com todo tipo de material que servisse para motivar as aulas.

O plano de Curso de História Geral da quarta série do Ginásial, no ano de 1969, objetivava inculcar nos alunos amor ao próximo, criar hábitos de trabalho e justiça, dar

preparação geral que servisse de base a estudos mais elevados, criar hábitos de trabalhos e ser humano e justo temendo a Deus e amando-o acima de tudo. Nesse plano, os conteúdos abordados tratavam de temas ligados à História Moderna e à História Contemporânea, conforme se pode observar no Quadro 21:

QUADRO 21 – Plano de curso de História Geral – 1969 - IV série – Ginasial

Material dos discentes	OBJETIVOS	Horário
Livro didático: Antonio Borges Hermida; Livros para pesquisa; Jornais e revistas; lápis; Caderno; Caneta, Lápis de cor, atlas, dicionário de português	Incutir nos alunos amor ao próximo; Criar hábitos de trabalho e justiça; Dar preparação geral que sirva de base e estudos mais elevados	Diurno: 2 aulas semanais – terça-feira e quinta-feira
	Criar hábitos de trabalhos	1º semestre: 06 de março a 30 de junho
	Ser humano e justo temendo a Deus e amando-o acima de tudo	Total de aulas: 30 Provas mensais - 4 Revisão - 1 Desconto – 2 Aulas disponíveis: 23
		2º semestre: 1º de agosto a 30 de novembro
		Total de aulas: 34 Provas mensais – 4 Revisão – 4 Desconto – 3 Aulas disponíveis: 23
UNIDADES	DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO DISPONÍVEL	SUB - UNIDADES
1º	Sobre os primórdios dos tempos modernos 04 aulas	O início da idade moderna e as grandes invenções; Os descobrimentos; O renascimento; O Brasil nos primórdios dos tempos modernos.
2º	A Reforma 07 aulas	O início da Reforma Lutero; Propagação: Calvino e Henrique VIII; Reação católica; As lutas religiosas; Felipe II e Izabel; Reforma e Brasil colônia; Jesuítas no Brasil.
3º	Sobre o novo mundo 05 aulas	O indígena americano; Ação dos europeus na América Francesa; América colonial Inglesa e a escravidão; Indígenas do Brasil; O bem e o mal causado pela

		escravidão.
4º	Os grandes estados dos séculos XVII e XVIII 07 aulas	Absolutismo na França; Cronwell; Europa Central, setentrional e oriental; Déspotas esclarecidos; O Brasil no século VXII e XVIII.
5º	Fase revolucionária 08 aulas	Independência dos Estados Unidos; Revolução Francesa; Napoleão Bonaparte; Independência das nações latinas na América; Influência da Revolução Francesa no Brasil.
6º	Europa no século XIX 03 aulas	A França no século XIX; A unidade italiana; Era Vitoriana.
7º	América no século XIX e XX 03 aulas	Estados Unidos no século XIX e XX; As nações latinas na América.
8º	Guerras mundiais 04 aulas	A guerra de 1914 Guerra de 1934 Brasil nos conflitos mundiais
9º	O mundo contemporâneo 05 aulas	A ciência e a técnica; O domínio da terra; As letras e a arte; As conquistas sociais; O Brasil e seus grandes filhos.
MATERIAL DOCENTE Quadro negro; giz, mapas, revistas, enciclopédias, excursões.		

Fonte: Quadro construído a partir do material didático de ex-professora do Colégio.

Nas aulas de História Geral da quarta série do Ginásio, do ano de 1969, os alunos deveriam aprender, conforme registrado no plano, desde os conteúdos sobre os primórdios dos tempos modernos até os temas relacionados ao mundo moderno. É oportuno apontar que os conteúdos de História do Brasil eram trabalhados juntamente com os conteúdos gerais da História Moderna e da História Contemporânea. A maior carga horária de aulas era ocupada pelos conteúdos relacionados à fase revolucionária (08 aulas), aos grandes estados dos séculos XVII e XVIII (07 aulas) e à Reforma (07 aulas). Depois vinham os conteúdos sobre o novo mundo e o mundo contemporâneo, com 05 aulas; os conteúdos sobre os primórdios dos tempos modernos e guerras mundiais, com 04 aulas; os conteúdos a respeito da Europa no século XIX e da América no século XIX e XX, com 03 aulas, todas elas semanais.

O livro didático adotado para as aulas de História era do autor Antônio Borges Hermida. Além disso, o plano do curso permitiu entrever que o professor dessa disciplina

procurava tanto trabalhar com o livro didático quanto com outros recursos como dicionários de Português e matérias de jornais e revistas.

Ainda convém esclarecer que o autor dos livros didáticos de História adotados pelos professores, tanto na terceira série ginásial quanto na quarta série, era Antonio José Borges Hermida, um importante autor de livros didáticos, utilizados, principalmente, no velho ginásio. Os seus livros de História eram os mais adotados nas escolas brasileiras, nos anos de 1950 e 1960. Esse autor teve suas obras editadas pela Companhia Editora Nacional durante trinta anos, entre 1959 e 1989, com títulos variados de História do Brasil e História Geral, com periodicidade constante. “Este é um tempo considerado longo para uma relação comercial entre autor e editora e se justifica pelo sucesso de seus livros.” (FERRARO, 2013).

Há de se considerar que nas décadas de 1960 e 1970 os programas e indicações nacionais para o ensino das disciplinas, como História, por exemplo, demonstram uma tendência a uma produção - pode-se afirmar - padronizada dos livros didáticos. Esses livros se estruturavam e se organizavam de formas idênticas na seleção de temas e assuntos, pautados pela declaração de que estavam de acordo com o programa oficial do Ministério da Educação e Cultura, confirmado pela informação direta impressa em suas capas e contracapas: “Este livro está de acordo com as indicações do Conselho Federal de Educação (Lei de Diretrizes e Bases)”. (FERRARO, 2013).

Outro aspecto que merece ser destacado, com relação aos planos de cursos de História Geral da terceira e da quarta séries do Ginásial, é o fato de o professor não concentrar toda a sua abordagem no livro didático, mas também de utilizar outros recursos como mapas, dicionários, matérias de jornais e revistas, o que acabava inovando as práticas pedagógicas em sala de aula e tornando o processo de ensino aprendizagem mais motivador ao aluno.

Pode-se perceber que o Colégio Estadual Presidente Vargas, no final da década de 1960, priorizou, para a terceira e quarta séries do Curso Ginásial, o ensino de conteúdos ligados à Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Os conteúdos referentes à Idade Moderna e à Idade Contemporânea também traziam as temáticas relacionadas à História do Brasil, em cada um desses períodos. Contudo, os professores ministravam os conteúdos da disciplina de acordo com as regulamentações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, utilizando os livros didáticos adotados, na época, no Brasil, para a disciplina de História, como é o caso do livro de autoria de Antonio José Borges Hermida. Entretanto, como já observado, esses docentes não se prendiam apenas aos livros, mas se apropriavam de outros recursos.

3.2.2 – A disciplina de Organização Social Política Brasileira no Curso Ginásial

A disciplina de Organização Social Política Brasileira (OSPB) era trabalhada, na terceira série do Curso Ginásial do Colégio, com duas aulas semanais, devendo proporcionar ao aluno o apreço do valor do indivíduo na sociedade e incutir o desejo de colaborar na comunidade. Os conteúdos tratavam desde discussões sobre o homem nos grupos sociais e políticos até abordagens acerca da Organização Nações Unidas (ONU), como se pode notar no Quadro 22, a seguir:

QUADRO 22 – Plano de curso de Organização Política e Social – 1969 - III série – Ginásial

Material dos discentes	OBJETIVOS	Horário
Livros didáticos FTD e Vítor Massumeci, etc. Cartazes, Revistas e Jornais.	Fazer o aluno apreciar o valor do indivíduo na sociedade; Incutir no aluno o desejo de colaborar na comunidade	2 aulas semanais; Segundas e sábados
		1º semestre: 07 de março a 30 de junho
		Total de aulas: 30 Provas mensais - 4 Três revisões - 3 Desconto – 3 Aulas disponíveis: 21
		2º semestre: 1º de agosto a 30 de novembro
		Total de aulas: 34 Provas mensais – 4 Revisão – 4 Desconto – 3 Aulas disponíveis: 23
UNIDADES	DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO DISPONÍVEL	SUB- UNIDADES
1º	O homem 08 aulas	Explicação da matéria e programa; O homem e a organização social; O homem e a organização política; Sociedade, grupos sociais e comunidades; A estrutura social Status é um bem ou um mal; O povo A família
2º	O estado 06 aulas	O estado A nação A pátria Funções do estado O bem comum

		Valor do bem comum
3º	Regimes e Reforma 06 aulas	Regimes e formas de governo A democracia A democracia no estado atual Formas de governo O Brasil e suas diferentes formas Parlamentarismo na República Presidencialismo
4º	Políticas 11 aulas	Política administrativa Vida política Dignidade política Partidos políticos Valor da liberdade política A opinião pública e sua importância O voto Partidos políticos do mundo atual Democracia e o totalitarismo Vantagens e desvantagens das correntes políticas mundiais Meio de vida do povo na democracia e no totalitarismo
5º	Constituição 05 aulas	Constituições; Constituição atual brasileira; A lei divina e humana; As leis e suas fases de feitura; Leis e meios.
6º	A ONU 08 aulas	Organização das Nações Unidas; A ONU e seus trabalhos em Dourados; Últimas conferências da ONU; Utilidade da União no mundo; Papa João Paulo XXIII; Papa João Paulo VI
MATERIAL DOCENTE Livros dos assuntos a tratar, mapas, jornais e cartazes.		

Fonte: Quadro construído a partir do material didático de ex-professora do Colégio.

Nesse plano de Curso, eram os conteúdos sobre as políticas que ocupavam a maior parte da carga horária, com 11 aulas semanais. Seguiam-se os conteúdos sobre o homem nas organizações sociais e políticas, bem como sobre a Organização das Nações Unidas, com 8 aulas semanais. E em número menor de aulas eram tratados os conteúdos sobre o Estado, com 06 aulas semanais e os conteúdos sobre a Constituição.

O Livro selecionado para as aulas de Organização Social Política Brasileira era de autoria Vítor Massumeci, da editora FTD. Porém, as aulas dessa disciplina não ficavam apenas centradas no conteúdo desse livro, mas também de outros livros que versavam sobre temas ligados ao conteúdo da disciplina e de recursos como mapas, jornais e cartazes.

No plano de Curso de Organização Social Política Brasileira, da quarta série Ginásial, do ano de 1969, os objetivos da disciplina se direcionavam para proporcionar aos alunos o valor na honestidade, incentivar o interesse pela administração e o respeito à pátria, às autoridades, e amor a seus símbolos. Os conteúdos ministrados em duas aulas semanais se dividiam desde abordagens sobre a Administração Brasileira até temáticas sobre a imigração e migração, conforme se observa no Quadro 23:

QUADRO 23 – Plano de curso de Organização Social Política (OSP) – 1969 - IV série – Ginásial

Material dos discentes	OBJETIVOS	Horário
Livros didáticos FTD e Victor Massumeci, etc. Cartazes, revistas e jornais, etc...	Dar valor na honestidade Incentivar o interesse pela administração Respeito à pátria, às autoridades e amor a seus símbolos	2 aulas semanais Diurno: segundo sábado
		1º semestre: 7 de março a 30 de junho Total de aulas: 30 Provas mensais 04\ Revisão 3 Desconto 3 Aulas disponíveis 21
		2º semestre: 1º de agosto a 30 de novembro Total de aulas: 34 Provas mensais – 4 Revisão – 3 Desconto – 3 Aulas disponíveis: 23
UNIDADES	DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO DISPONÍVEL	SUB- UNIDADES
1º	Administração Brasileira 09 aulas	Brasil Social e Político Sistema de capitânicas hereditárias Governo Geral Administração centralizada e descentralizada Falta de Progresso no latifúndio do Brasil Colônia. Reforma agrária ou assistência ao pequeno agricultor; Vantagens do cooperativismo O INDA em Dourados e Mato Grosso
2º	Liberdade e deveres dos homens 12 aulas	Sociedade colonial Sociedade atual Administração colonial Administração atual A igreja colonial A igreja de hoje

		O Brasil em 1822 O Brasil de 1967 Autodeterminação das Nações Homem – Direitos e deveres; A organização do trabalho; A organização da Educação
3º	Evolução político – 7 aulas	Organização política do Império Organização política da República Evolução de poder dos senhores rurais do império Evolução de poder dos senhores rurais do na República Partidos Políticos do império Partidos políticos da república A estruturação da república
4º	Leis do Brasil 9 aulas	O Brasil e sua política contemporânea Constituição de 1946 Constituição de 1967 Os poderes da União Executivo Legislativo Justiça Direitos dos cidadãos brasileiros Organização Federal
5º	Imigração e migração 7 aulas	Imigração no Brasil As migrações Dourados e seu progresso pela migração Dourados em imigração Estrutura social atual Dourados e sua diocese Progresso pelas diversas operantes religiosas Mato Grosso e seu desenvolvimento social e político
MATERIAL DOCENTE Quadro negro; giz, mapas, revistas, cartazes.		OBS.: livros para pesquisas, jornais, cartazes. Material de motivação para a matéria

Fonte: Quadro construído a partir do material didático de ex-professora do Colégio.

Como se pode notar por esse quadro, os conteúdos selecionados para essa disciplina, na quarta série ginásial do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, previam um maior número de aulas com a temática Liberdade e deveres do homem, com 12 aulas; Administração Brasileira, com 09 aulas e as Leis do Brasil, também com 09 aulas. Com uma carga horária menor de aulas vinham os conteúdos sobre a evolução política, com 07 aulas e a imigração e migração, também com 07 aulas. Do mesmo modo que na terceira série do ginásial, o livro selecionado para as aulas de Organização Social Política Brasileira era de autoria de Victor Massumeci, da editora FTD. As aulas dessa disciplina não ficavam restritas

aos conteúdos do livro selecionado, mas ampliavam-se com as abordagens de outros livros que diziam respeito aos assuntos abordados da disciplina, além de se valerem de recursos como mapas, cartazes e revistas.

No que diz respeito ao livro didático adotado na disciplina de Organização Social Política Brasileira, de ambas as séries do Curso Ginásial do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, é oportuno esclarecer que, embora tenha sido feita uma pesquisa sobre o autor Victor Massumeci, a única informação encontrada foi a de que esse autor escreveu livros didáticos de História do Brasil.

Na realidade, pode-se se dizer que os conteúdos da disciplina de Organização Social Política no Colégio acabavam incentivando a formação da consciência cívica do jovem brasileiro, promovendo sua introdução na vida política e social do país, uma vez que o objetivo da disciplina era proporcionar ao aluno uma ideia adequada da realidade sociocultural brasileira.

3.2.3 - O laboratório para as aulas de Ciências, Biologia, Química, Física e Geografia

O Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados teve preocupação em proporcionar aulas práticas das disciplinas científicas e, para tanto, na primeira metade da década de 1960, instalou o Laboratório para as aulas de Ciências, Biologia, Química, Física e Geografia. As disciplinas de Ciências e Geografia eram ministradas no Curso Ginásial e as disciplinas de Biologia, Química, Física e também Geografia, no Curso Científico. Desse modo, no Colégio, esse Laboratório era utilizado para as aulas práticas de ambos os Cursos da instituição, nos anos de 1960.

Na década de 1960, as novas diretrizes educacionais estabelecidas pela Lei 4.024/61 tiveram uma grande repercussão na rede pública e particular de ensino. Isso trouxe novas indicações curriculares, no que diz respeito à organização dos ginásios e colégios, ou seja, da educação secundária, conforme já mencionado no primeiro capítulo desta dissertação. De acordo com Souza (2008), a organização curricular que apresentava,

O conteúdo marcadamente humanista até então predominante, gozando de enorme legitimidade social, foi substituído pela cultura científica e técnica orientada para o trabalho. A mudança em relação à sensibilidade social sobre a validade das disciplinas literárias foi notável. A ênfase na utilidade prática dos conteúdos e sua funcionalidade para a vida contemporânea mudaram radicalmente as prioridades na seleção e distribuição do conhecimento no interior das escolas (p. 228).

Com a organização curricular direcionada para a cultura científica e técnica orientada para o trabalho, bem como a utilidade prática dos conteúdos, pode-se dizer que os laboratórios tornaram-se importantes para o funcionamento das escolas secundárias.

É justamente nesse contexto da década de 1960 que o Laboratório foi doado pela UNESCO para o Colégio Estadual Presidente Vargas em 1965, para atender as disciplinas de Ciências, Biologia, Química, Física e Geografia ministradas na instituição. A UNESCO ofereceu todos os equipamentos para a montagem do laboratório: esqueleto humano, imagem do corpo humano, telescópio, imagem de plantas e o material para a realização das aulas práticas, conforme constam nas notas fiscais encontradas nos documentos do Centro de Documentação Regional.

A instalação de um laboratório em que a teoria estivesse associada à prática foi marcadamente notória no Colégio, uma vez que a documentação analisada aponta, também, que esse aspecto esteve relacionado ao reerguimento do ensino no estado de Mato Grosso. O Laboratório foi construído em espaço físico amplo, para desenvolver as pesquisas e experiências científicas, como é possível observar na Figura 6:

FIGURA 6 – Foto do Laboratório de Ciências do Colégio Estadual Presidente Vargas em 1965



Fonte: Centro de Documentação Regional – Caixa 13.

A parte da sala representada na imagem pertence à seção de Biologia e Iniciação às Ciências, constituída por microscópios, esqueleto humano, quadros com figuras representando as partes internas do corpo humano e quadros com figuras de plantas, o que demonstra que os alunos e os professores possuíam um amplo material para utilizar no ensino de Ciências e

Biologia, podendo, inclusive, estabelecer relações entre os conteúdos teóricos das aulas dessas disciplinas com a parte prática. Para Souza (2008),

As disciplinas Iniciação à Ciência e Ciências Físicas e Biológicas deveriam desenvolver hábitos e atividades peculiares aos que se dedicavam à pesquisa científica. Por essa razão, os métodos indicados eram aqueles concernentes ao método científico, incentivando no aluno hábito de consulta a biblioteca, de observação e experimentação (p.238).

Possivelmente, a instalação desse laboratório, em 1965, contribuiu para a formação dos alunos que cursavam, sobretudo, o Curso Científico no Colégio Estadual Presidente Vargas, uma vez que esse Curso tinha uma carga horária maior para as disciplinas ligadas às Ciências, do que o Ginásial, fazendo com que as aulas teóricas fossem aprimoradas na prática, mediante a realização de experimentos científicos.

Entretanto, uma década após a instalação do Laboratório de Física, Química, Biologia e Ciências este deixou de ser utilizado pelos professores e alunos, como se pode constatar em entrevista realizada por uma aluna, publicada no Jornal “O Grito” em 1974, com o ex-diretor do Colégio, Celso Muller do Amaral:

Aluna: Que recordações tem do tempo de Diretor?

Celso: “Havia um ambiente bem familiar. – todos colaboravam com a limpeza, com a Caixa Escolar para ajudar os que precisavam. O meu orgulho foi o laboratório que conseguimos através da UNESCO. Era o melhor laboratório do Estado, plenamente equipado com figuras e mapas, químicos, 3 microscópios, até um esqueleto para estudo, pouco a pouco foram levando umas coisas estragando outras, até que resta pouco ou quase nada.” (Jornal O GRITO, 1974, nov. p.6).

Diante dessa fala do antigo diretor do Colégio observa-se que esse Laboratório foi o mais completo na área de ensino do Sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960, uma vez que além dos recursos de que dispunha, em termos de materiais para o ensino e a pesquisa, era visto pela comunidade escolar como um espaço privilegiado para o desenvolvimento das atividades práticas dos estudantes, no que tange à observação e à experimentação.

Ao abordar um dos aspectos relacionados ao funcionamento do ensino dessa instituição, mais precisamente os aspectos referentes à organização curricular do Ginásial e Científico, relativamente às disciplinas pertencentes da área das Ciências, verificou-se que o Laboratório ocupou, nos anos de 1960, um lugar importante nas atividades de ensino nas disciplinas ligadas às Ciências, no Colégio Presidente Vargas de Dourados.

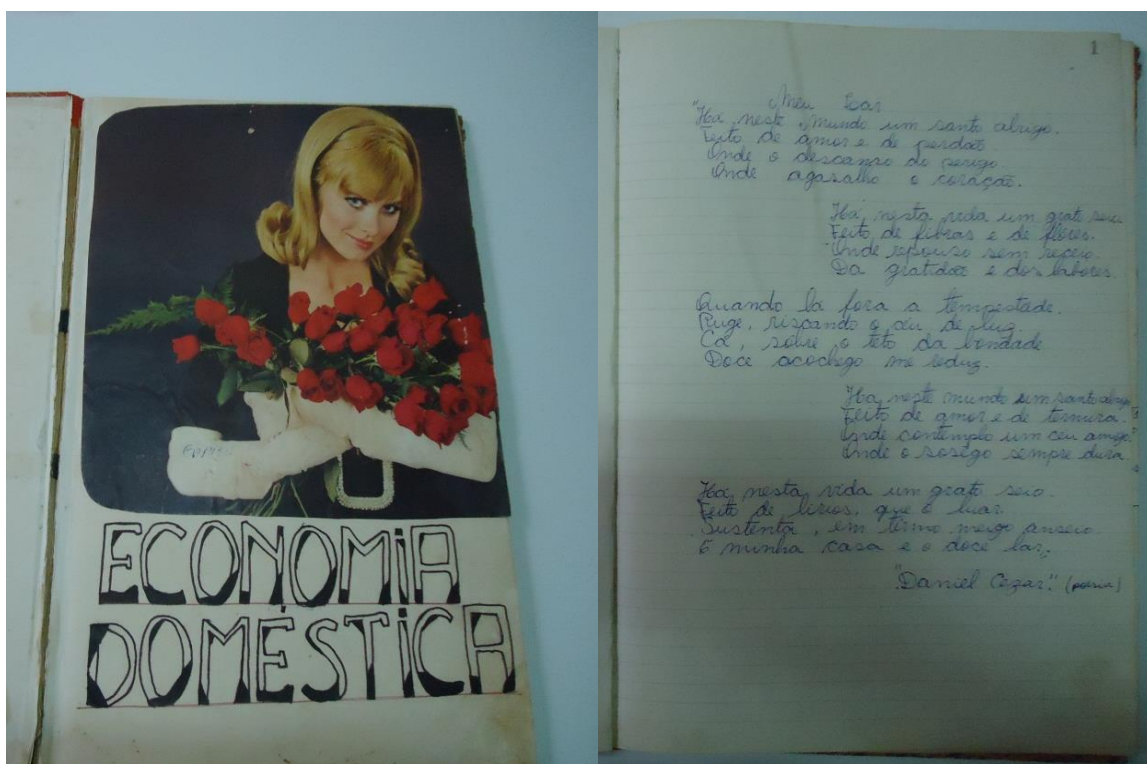
Contudo, investigar o papel que esse Laboratório exerceu em uma instituição secundária pública permitiu compreender uma parte fundamental da escolarização que são os processos internos da escola, os aspectos da cultura escolar que marcaram a história desse Colégio em Dourados.

3.2.4 Economia doméstica: uma disciplina optativa

A “Economia Doméstica” era ofertada na 4ª série do Curso Ginásial, somente para as mulheres; os homens, no momento da ministração dessa disciplina, participavam das aulas de Educação Física. A disciplina “Economia Doméstica” fazia parte do currículo escolar ginásial como matéria optativa e tinha como finalidade formar a mulher para o lar e para a sociedade, instruindo as mulheres para a atuação em suas funções, como dona de casa, de acordo com o que seria, na época, o papel da mulher em seu contexto familiar, isto é, uma “dona de casa” exemplar, uma esposa dedicada, cozinheira eficaz, mãe protetora, dentre outras funções que eram vistos como obrigações específicas para a pessoa do gênero feminino, ou seja, a mulher.

Por meio de pesquisas e busca de documentações, localizamos um caderno da disciplina “Economia Doméstica” de uma ex-aluna. Essa aluna estudava na 4ª série da turma A – período matutino, do curso Ginásial de 1972 do Colégio, turma composta de 32 alunos: 18 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Na Figura 7, pode-se observar a organização do caderno usado nas aulas dessa disciplina, como forma de documento e registro sobre as explicações.

FIGURA 7 - Cópia da abertura do caderno de economia doméstica de 1972



Fonte: Cópia do caderno da Ex- aluna do Colégio Estadual Presidente Vargas.

Na própria capa do caderno, folha de abertura, verifica-se a imagem de uma mulher como exemplo e referência de perfeição aos trabalhos domésticos, reportando à ideia de como precisava se comportar em sua função de “dona de casa”, sem abrir mão da poesia como se verifica na primeira página, a poesia transcrita abaixo:

Meu lar

Há neste mundo um santo abrigo
Feito de amor e de perdão
Onde descanso do perigo
Onde agasalho o coração.

Há nesta vida um grato ser
Feito de fibras e de flores
Onde repousa sem receio
Da gratidão e dos labores

Quando lá fora a tempestade
Ruge, riscando o céu de luz
Cá sobre o teto de bondade
Doce aconchego me seduz

Há neste mundo um santo abrigo
Feito de amor e ternura
Onde contemplo um céu amigo
Onde o sossego sempre dura

Há nesta vida um grato seio
Feito de lírios, que o luar
Sustenta, em termo meigo anseio
E minha casa é o doce lar.

(Daniel Cezar) poesia. (CADERNO EX-ALUNA, 1972, p. 1)

Como é possível verificar, pela poesia acima transcrita, a “dona de casa” teria também que ser romântica e zelosa, cuidando das mãos e unhas; a imagem apresenta a mulher com luvas segurando um buquê de rosas e com o rosto um olhar de felicidade. Observa-se, pela primeira página, que a mulher era preparada para ser uma verdadeira Doméstica, conservando, assim, as tradições, incutindo atributos que a tornariam uma “esposa perfeita”.

Os conteúdos estudados nessa disciplina referiam-se à organização do lar, como cozinhar, organizar a cozinha, lavar roupa, lavar e secar louça; a conservação de alimentos, livros de receitas; contabilidade doméstica, cuidados com o recém-nascido e a criança pequena; cuidados higiênicos, noções de enfermagem; limpeza e organização de casa; decoração de sala; organização do guarda-roupa, enfim tudo o que estava relacionado com a vida cotidiana da “dona de casa”.

A seguir, apresenta-se o roteiro de uma das aulas da disciplina:

Cabeçalho: Organização do guarda-roupa

O guarda-roupa deverá ser organizado de acordo com as divisões, sendo que uma parte deverá ser para o homem e outra para a mulher. Nos cabides, as roupas devem ser penduradas por sequencia de cores e ainda por ordem de prioridade. Nas gavetas, deverá haver uma organização em que as calcinhas e sutiãs sejam dispostos de uma maneira acessível, e da mesma maneira as cuecas e os pijamas.

Os lençóis e toalhas devem ser colocados em partes separadas. Os cobertores guardados em sacos, nas partes que não atrapalham o dia a dia. Uma limpeza no guarda-roupa deve feita a cada 30 dias juntamente com a organização das roupas dentro dele.

Quando for feita esta limpeza e organização deve-se tirar toda a roupa, passar um pano com amoníaco, aguardar alguns segundos e, em seguida dispor novamente todas as roupas dentro do armário, tendo o cuidado de separar as roupas que não servem para reformar e ou doar.

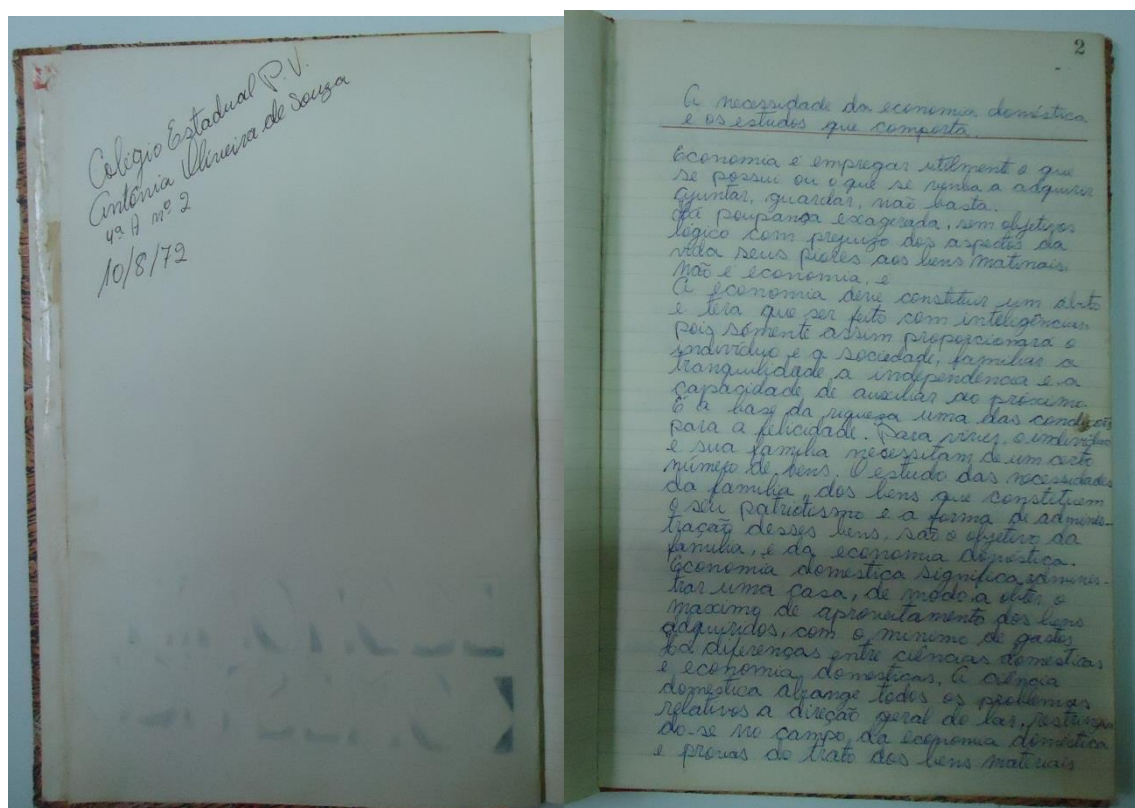
(CADERNO DA EX-ALUNA DO COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS)

Logo depois desse pequeno texto aparecia, no caderno, uma imagem de um guarda-roupa aberto, organizado de acordo com as explicações do conteúdo da aula.

A análise do Caderno da disciplina de Economia Doméstica permitiu entrever que a preocupação, por parte da professora que ministrava a disciplina, era ensinar às alunas o “como fazer”, oferecendo, de fato, explicações de conteúdo que faziam parte do cotidiano da dona de casa.

A Figura 08, a seguir, é representativa de uma aula sobre economia doméstica, reproduzida do caderno em questão:

FIGURA 8 – Cópia da contracapa e da página 2 do caderno de economia doméstica de 1972



Fonte: Cópia do caderno de Economia Doméstica de ex-aluna do Colégio Estadual Presidente Vargas

Souza (2008, p. 180) menciona que “a escolarização de saberes práticos, próprios do universo feminino, exemplifica, com propriedade, como a seleção de conteúdos para o currículo escolar tende, muitas vezes, a dar uma resposta aos problemas sociais [...]”, considerando que antes desse período recomendava-se que a educação das mulheres ocorresse em estabelecimentos de exclusiva frequência feminina. Essa é a razão por que o Colégio inseriu essa disciplina para a seção feminina. À educação competia, também, restituir os valores femininos e o tradicional lugar da mulher, em que a disciplina objetivava esses valores, como reconstituição e seleção da cultura da escola. O fragmento abaixo permite compreender os estudos que a economia doméstica comportava:

A necessidade da economia doméstica e os estudos que comporta
Economia é empregar utilmente o que se possui ou o que se vinha a adquirir ou se juntar, guardar não basta.

Há poupança exagerada e sem objetivos lógicos com prejuízo dos aspectos da vida seus piores aos bens materiais, não é economia.

A economia deve constituir um abito e ter que ser feito e terá que ser feito com inteligência, pois somente assim proporcionará ao indivíduo e a sociedade, familiar a independência e a capacidade de auxiliar ao próximo. É

a base da riqueza uma das condições para a felicidade. Para viver o indivíduo e sua família necessitam de um certo número de bens. O estudo das necessidades da família dos bens que constituem o seu patriotismo é a forma de administração desses bens, são o objetivo da família, e da economia doméstica. Economia doméstica significa administrar uma casa, de modo a obter o máximo de aproveitamento dos bens adquiridos, com o mínimo de gastos.

Há diferenças de ciências domésticas e economia domésticas. A ciência doméstica abrange todos os problemas relativos a direção geral do lar, restringindo-se no campo de economia doméstica e provas do trato dos bens materiais. (CADERNO DE ECONOMIA DOMÉSTICA DE UMA EX-ALUNA, 1972, p. 2)

Dessa forma, verifica-se que a disciplina “Economia Doméstica” fazia parte de uma organização da cultura escolar e trazia uma intencionalidade explícita ou implícita para viabilizar uma imagem de referência dessa instituição para a sociedade local.

Frago (2008, p. 22) afirma que o caderno escolar é um “[...] instrumento fundamental para nos aproximar dos tempos (ritmos, seqüências, momentos) reais das atividades escolares”. Por outro lado, o autor ainda reitera que “o caderno escolar, junto com o livro de texto e o quadro de horário, constituiu um objetivo que nos fala sobre o processo de apropriação e interiorização, pelos alunos, do que configura o núcleo acadêmico e curricular da cultura escolar” (p. 23). Diante disso, pode-se dizer que os cadernos escolares tornam-se importantes fontes de estudo para compreensão dos processos de escolarização, sobretudo por registrarem conteúdos e métodos ensinados em determinados momentos históricos e sociais nas instituições de ensino.

3.2.5 - Os Desfiles cívicos: uma prática do Colégio Estadual Presidente Vargas

Além das aulas e estudo das disciplinas curriculares, nas instituições educativas, há um rompimento da rotina escolar por meio das festas, eventos, comemorações e desfiles. Em realidade, essas atividades compõem e complementam o currículo e a cultura escolar. Segundo Souza (1998), os ritos, festividades e apresentações e solenidades de encerramento, introduzidas no ensino público no Brasil, a partir da escola primária republicana, divulgavam os valores, os símbolos e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria, além de possibilitar que a escola reafirmasse sua identidade e seu valor social, divulgando o seu trabalho através dos próprios alunos.

Esse rompimento na rotina escolar das instituições educativas expressam um processo educacional pautado em práticas curriculares muito particulares, tais como as atividades, tarefas e eventos sociais vivenciados pelo grupo de professores e alunos, com a intencionalidade explícita ou implícita de viabilizar uma imagem de referência para a sociedade local. Pode-se acrescer a essa importância uma tentativa de valorizar o sentimento de civismo por meio da organização dos desfiles em datas comemorativas.

Os desfiles cívicos, formaturas, apresentações, declamação de poesias eram atividades incorporadas à cultura festiva das instituições educativas. O momento de integração e socialização dos rituais festivos contribuía para a construção da memória coletiva, principalmente, as datas alusivas à Independência do Brasil, marcadas pelo desfile cívico, fanfarra e alunos.

Em Dourados, onde o Colégio Estadual Presidente Vargas se encontrava instalado, a Semana da Pátria era celebrada com muita perspectiva e euforia, nos lugares públicos da cidade. Desde o início do mês de setembro os jornais locais, como o Jornal “O Progresso”, por exemplo, divulgava a agenda das atividades cívicas para a comemoração da data, publicando a programação dos temas das palestras e dos discursos a serem proferidos no decorrer daquela Semana. Essas atividades eram realizadas pelos Ginásios e Colégios, e os pronunciamentos referentes à data eram ministrados por professores, diretores e alunos, diante das autoridades convidadas.

Os alunos do Colégio Estadual Presidente Vargas também tomavam parte nessas festividades da Semana da Pátria, principalmente com a participação da fanfarra, pois este era um evento do qual o Colégio tinha “orgulho” em participar na cidade. Observe-se a Figura 09 com a imagem de um desfile ocorrido na década de 1960:

FIGURA 09 - Imagem da turma da fanfarra do Colégio (década de 1960)



Fanfarra na Rua Nelson de Araujo – início década de 1960.

Fonte: Getulio Teixeira (ex-aluno do Colégio estadual Presidente Vargas).

A figura mostra os alunos do Colégio com instrumentos musicais, todos uniformizados: meninos com calça preta, camisa branca de manga longa, gravata e sapatos pretos; as meninas de saia, colete, camisa manga longa e gravata, desfilando nas ruas da cidade de Dourados, na Semana da Pátria, na década de 1960. Em realidade, pode-se dizer que essa atividade no Colégio, na Semana da Pátria, tratava-se de uma “invenção de tradição” que, de acordo com Goodson (1995), referia-se à produção e reprodução social do currículo escolar em que são predominantes as prioridades políticas e sociais.

Esta outra imagem apresenta um desfile na Semana da Pátria ocorrido no início da década de 1970, com um número maior de componentes da fanfarra do Colégio, em relação ao da década de 1960:

FIGURA 10 – Imagem da turma da fanfarra do Colégio Estadual Presidente Vargas (década 1970)



Fonte: Roberto Djalma (ex-aluno do Colégio Estadual Presidente Vargas)

Os desfiles cívicos constituíam momentos marcantes para os alunos do Colégio, pois, como apresenta a Figura 10, a fanfarra ia à frente com instrumentos e conduzia os alunos que seguiam orientados por um instrutor. Os uniformes com calça preta, colete, camisa branca e boina na cabeça demonstram o zelo pela estética e apresentação do grupo. Vale destacar a presença da bandeira do Brasil em todos os instrumentos. Ao fundo, os alunos com cartazes ao longo da principal avenida, e a população assistindo ao desfile.

De fato, pode-se dizer que a análise realizada sobre a organização curricular do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1974, possibilitou verificar que o currículo organiza o processo educacional formal e engloba as grades curriculares, conteúdos, métodos, práticas e finalidade de ensino, cuja definição e constituição expressam as aspirações e os objetivos da sociedade em relação à escolarização, que tem a escola como local específico. Desse modo, o currículo é uma categoria importante para análise da história das instituições escolar, pois possibilita identificar tanto os processos de homogeneização da educação institucionalizada de um modo geral, como a realidade interna dos processos de escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, sobretudo na parte Sul do estado, a partir de uma abordagem que privilegia a história da primeira escola pública a ofertar esse nível de ensino na cidade de Dourados, mais especificamente, o Colégio Estadual Presidente Vargas, no período de 1951 a 1974, pôde-se constatar que essa expansão intensificou-se a partir da década de 1950, quando o governo estadual passou a contar com investimentos do governo federal em materiais escolares, construções de prédios, instalação de novos estabelecimentos de ensino em outras cidades e implantação do curso científico nas escolas secundárias já existentes.

É certo, porém, que, apesar dessa ampliação do ensino secundário, somente na década de 1960 foi que, de fato, o número desses estabelecimentos cresceu de forma mais acentuada e significativa em todo o Estado. Contudo, a partir das análises realizadas, no que se refere à implantação e consolidação do ensino secundário no sul do Antigo Mato Grosso, foi possível observar que essa modalidade ou grau de ensino, no Estado, iniciou com a ação da iniciativa privada, principalmente a católica.

Do final do século XIX até a década de 1950 do século XX, o ensino secundário em Mato Grosso cresceu lentamente, uma vez que foram mais de vinte anos após a criação do primeiro estabelecimento de ensino secundário em Cuiabá, no caso o Liceu Cuiabano, ocorrido em 1895, que foi instalada uma nova instituição de ensino secundário, na cidade de Corumbá, em 1918. No entanto, esse crescimento desencadeado do ensino secundário em Mato Grosso teve suas características marcadas pela presença da iniciativa privada, pois as instituições públicas de ensino de ensino secundário foram instaladas nas cidades mais prósperas do Estado, Corumbá e Campo Grande, no final da década de 1930, mais de quarenta anos depois da criação do Liceu Cuiabano.

O processo de expansão do ensino secundário, conquistado em Mato Grosso na primeira metade da década de 1950, foi caracterizado pela criação de novas instituições secundárias de ensino fora do eixo das cidades principais, que, na época, era constituído pela capital Cuiabá e pelas cidades de Campo Grande e Corumbá. De fato, foi essa expansão que influenciou a criação do Colégio Estadual Presidente Vargas em Dourados, em 1951, tal como comprovado pela Mensagem de Governador do ano de 1952, que registrava, entre os dados referentes a Mato Grosso, em 1951, a necessidade de criação de uma instituição pública em

Dourados: “dentre em breve deverá ser criado um novo Ginásio em Dourados onde sua falta está começando a sentir-se a mercê do seu crescimento demográfico”. (p.33).

A criação do Colégio foi estabelecida por meio da Lei nº 427, de 02 de outubro de 1951, pelo então governador do estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, sob a denominação de “Ginásio Estadual Presidente Vargas”. Apesar disso, começou a funcionar somente em 1958. Diante de tal circunstância, é conveniente indagar, por que o Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados foi criado em 1951 e somente instalado em 1958? Quais foram as forças políticas que estiveram envolvidas no processo de criação e instalação dessa Escola? De que maneira o desenvolvimento urbano desencadeado pela instalação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados na década de 1940 favoreceu a criação e a instalação dessa instituição de ensino, na localidade? Além dessas questões, ainda vale a pena indagar, qual foi o significado dessa escola secundária para Dourados e região, nos anos de 1950, 1960 e 1970?

O projeto de criação e instalação do Ginásio Estadual Presidente Vargas na cidade esteve envolvido em forças políticas de um grupo sul-mato-grossenses, liderado pelo vereador de Dourados, Celso Muller do Amaral, um político que lutava pelas questões educacionais da cidade.

Outro aspecto que favoreceu a criação do Colégio Estadual Presidente Vargas em Dourados foram as transformações ocorridas no espaço urbano, devido ao progresso motivado pela colonização e desencadeado pela política de Getúlio Vargas, na década de 1940, com a Marcha para o Oeste, na parte Sul do estado de Mato Grosso, seguido da criação e instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A implantação da Colônia Nacional Agrícola proporcionou, para o município de Dourados, não apenas a expansão demográfica com o povoamento dos “espaços vazios” da localidade, mas também propiciou transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Essas mudanças acabaram por acelerar o desenvolvimento urbano com a instalação, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinemas, clubes, linha telefônica; ampliação do comércio, loteamentos imobiliários; com a criação de associações de classe e também de mais escolas.

Na área da educação, a Colônia ofereceu incentivo à instrução, na região de Dourados, por meio da construção de escolas. Foi nesse contexto de instalação e funcionamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) que escolas de ensino primário, ensino secundário e ensino normal foram instaladas em Dourados: o primeiro Grupo Escolar, “Joaquim Murtinho”, a Escola Paroquial “Patronato de Menores”, as primeiras escolas de

ensino secundário, o Colégio “Osvaldo Cruz”, a Escola “Imaculada Conceição” Irmãs Franciscanas e o Colégio Estadual “Presidente Vargas”.

A euforia criada em torno da instalação do Ginásio Estadual “Presidente Vargas” repercutiu em Dourados e na região, sendo destaque em matérias dos jornais que circulavam no período. O Jornal “O Progresso”, por exemplo, em uma matéria de 1º de dezembro de 1957, que destacava a “quase conclusão do prédio onde irá funcionar a escola, gera grande expectativa em torno desta instituição por parte da população”.

Na inauguração das aulas no Ginásio Presidente Vargas estiveram presentes lideranças políticas, proprietários de jornais, membros do corpo docente, professores de outras instituições de ensino de Dourados e o pároco local. Entre os políticos usaram a palavra os vereadores Dr. Celso Muller do Amaral e Dr. Weimar Torres. Celso Muller do Amaral não somente falou como político local, mas também como professor e primeiro diretor do Ginásio, Em seu discurso enfatizou a importância da verdadeira educação. Weimar Torres, por sua vez, destacou a grande importância daquele acontecimento para a cidade de Dourados. Já o professor Walmor Borges fez um discurso manifestando toda a sua satisfação por estar presente naquele importante acontecimento local. O doutor Raul Bezerra, membro do corpo docente do Ginásio, também tomou a palavra e destacou a importância da educação, o que foi recebido com muitos aplausos por todos os presentes. Após os discursos, ocorreu a bênção do prédio, realizada pelo pároco local, Frei Teodardo.

Em 1958, quando foram iniciadas as atividades dessa instituição escolar em Dourados, a sua denominação era Ginásio Estadual Presidente Vargas, uma vez que ofertava apenas o Curso Ginasial, de primeiro ciclo, com quatro anos de duração, conforme prescrito pela Lei Orgânica nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Em 1963, com a criação e instalação do segundo ciclo do ensino secundário, no caso o Curso Científico, o Ginásio Estadual Presidente Vargas foi elevado a Colégio Estadual Presidente Vargas, passando a atender uma clientela interessada em prosseguir os estudos no segundo ciclo do ensino médio.

Os dados das Fichas de Matrículas revelaram que os alunos do Colégio Estadual Presidente Vargas, em sua maioria, eram de origem do próprio estado de Mato Grosso. Entretanto, havia um número significativo de alunos originários do estado de São Paulo, seguindo-se os originários de outros Estados brasileiros, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco e, por fim, os alunos estrangeiros, em menor número, de naturalidade japonesa.

Em relação à faixa etária dos alunos, foi possível constatar que o maior número de alunos matriculados no Curso Ginasial, no período matutino e vespertino, encontrava-se na

faixa etária dos 11 aos 14 anos, porém, foram encontrados alunos com 10 anos. Entretanto, no que diz respeito ao Curso Noturno, constatou-se um perfil diferenciado em relação aos alunos dos cursos diurnos, pois as idades variavam entre 14 anos a 39 anos. Acredita-se que esse perfil diferenciado estivesse relacionado ao fato de a instituição atender, no período noturno, principalmente, alunos pertencentes à classe trabalhadora.

Em relação aos alunos que frequentavam o Curso Científico no Colégio não foi possível observar uma diferença muito grande em suas idades, uma vez que estavam matriculados 03 alunos com 14 anos; 19 alunos com 15 anos; 17 alunos com 16 anos; 15 alunos com 17 anos; 20 alunos com 18 anos; 12 alunos com 19 anos; 05 alunos com 21 anos; 04 alunos com 22 anos e 01 aluno com 23 anos. Isso acaba por mostrar que a maioria dos alunos que frequentou o científico na instituição pertencia à mesma faixa etária.

Outro dado significativo observado em relação ao corpo discente foi que os alunos pertenciam a diferentes segmentos das camadas sociais, a maioria deles proveniente de famílias das camadas médias. Um exemplo dessa realidade são os dados coletados, referentes ao ano de 1974, que revelaram que as famílias desses alunos se situavam em diversos segmentos das camadas médias, com salários variados, contudo, majoritariamente, com salários de até CR\$ 2.000,00. Embora a amostra socioeconômica referente ao ano de 1974 tenha evidenciado que a maioria dos alunos do Colégio pertencesse às camadas médias, ela revelou, também, que o perfil socioeconômico dos discentes da instituição era diversificado, constatando-se que o Colégio também atendia representantes dos dois extremos da hierarquia social, ou seja, das camadas baixa e alta da sociedade.

Quanto ao corpo ao docente do Colégio foi possível observar que era constituído por profissionais de diferentes áreas de formação, como profissionais liberais, professores habilitados em cursos de licenciatura em nível superior, docentes habilitados pela CADES, professores somente habilitados no Curso Normal. Porém, no período pesquisado, a maioria do corpo docente era formada por professores habilitados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), criada pelo Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, pelo Presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de elevar o nível do ensino secundário e de difundi-lo por meio de um magistério de emergência.

A análise dos dados coletados, nos documentos, sobre o currículo do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1974, possibilitou verificar que a organização curricular dessa instituição sofreu alterações de acordo com as normas e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes que, por sua vez, respondiam às correntes pedagógicas em efervescência no Brasil. Assim, as disciplinas das grades curriculares com os

seus respectivos conteúdos, nesse Colégio, estiveram, inicialmente, marcadas por um caráter humanístico, de acordo com as prescrições da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, e, posteriormente, com as regulamentações legais provenientes da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71, quando as disciplinas curriculares com os seus respectivos conteúdos foram substituídas por uma cultura científica que marcou o currículo do ensino secundário, da década de 1960 ao início dos anos de 1970.

Conclui-se, assim, que o currículo, enquanto uma categoria importante para análise da história das instituições escolar, possibilita identificar tanto os processos de homogeneização da educação institucionalizada de um modo geral como a realidade interna dos processos de escolarização, uma vez que ele organiza o processo educacional formal englobando grades curriculares, conteúdos, métodos, práticas e finalidade de ensino, cuja definição e constituição expressam as aspirações e os objetivos da sociedade em relação à escolarização, que tem a escola como local específico.

De fato, a partir de todas essas constatações e observações, pode-se dizer que esse Colégio destacou-se, significativamente, no período pesquisado, mais precisamente nas décadas de 1950, 1960 e 1970, para Dourados e região, uma vez que a criação e a instalação dessa primeira instituição de ensino secundária pública, na década de 1950, contribuíram de forma significativa para o aumento das oportunidades educativas nesse grau de ensino, pois o acesso a esse nível de ensino era anteriormente dificultado, já que a única escola secundária em Dourados era uma instituição de ensino privada. Além disso, o Colégio Presidente Vargas favoreceu, nos anos de 1960, o ingresso de alunos no ensino secundário em Dourados com idades fora da faixa etária escolar, sobretudo, com a abertura desse nível de ensino no período noturno.

A entrada maciça de alunos das camadas médias, no ensino público ginásial secundário em Dourados, sobretudo no início da década de 1970, demonstrou, também, de maneira significativa, mudanças no perfil socioeconômico dos alunos ingressantes na escola secundária, marcado pelo ingresso das camadas mais baixa nessa modalidade de instituição, que, até a primeira metade da década do século XX, era frequentada pelas elites.

Diante de tais circunstâncias, pôde-se verificar, ainda, que no período entre o final dos anos de 1950 e início da década de 1970, essa instituição pública de ensino secundária serviu para expandir as matrículas e acelerar o processo de abertura escolar dessa modalidade de ensino em Dourados e região, servindo aos interesses completamente distintos dos que agora eram atribuídos a esse ramo de ensino.

Espera-se que este estudo sobre a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, mais especificamente na parte sul do estado, a partir de uma abordagem sobre a história do Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados no período 1951 a 1974, possa fornecer subsídios para outras pesquisas da mesma natureza e contribua para o campo da pesquisa em história da educação no Brasil e em Mato Grosso do Sul, mais precisamente para os estudos sobre a história do ensino secundário.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. A Educação Secundária no Brasil: (Ensaio de identificação de suas características principais). Salvador - BA, 1909 – Rio de Janeiro-RJ, 1973). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan./abr. 2001.

ASSIS, Wanderlice da Silva. **O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968)**. Campo Grande, MS, 2010.

AMADO, Janaina. & FERREIRA, Marieta. (Orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARAKAKI, Suzana. **Dourados: memórias e representações de 1964**. Dourados, MS: UEMS, 2008.

ARRUDA, Ângelo Marcos de. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Campo Grande: UFMS, 2006.

AZEVEDO, Amilcar Gomes de. **Estatística Básica: cursos de Ciências Humanas e de Educação**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1979.

BARROS, Paes de Jesus; JESUS, Aidil de & LHFELD, Aparecida de Souza. **Metodologia da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BITTAR, Mariza e FERREIRA Junior. Professores e Instituições escolares no Contexto do Regionalismo Mato-Grossense. CUNHA, Francisco Antonio Maia da (Coord.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999. p. 169-194.

BITTAR, Mariza. **Mato Grosso, a construção de um estado**. Volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BITTAR, Mariza. **Mato Grosso, a construção de um estado**. Volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPED, 2002. v. 1, p. 97-109.

BRAGA, Paulo Henrique Azuaga. **A disciplina educação física no Maria Constança: Expressões da Cultura Escolar no período de 1954 - 1964**. 2006, 94. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, 2006.

BRASIL, MEC. PARECER CNE/CEB Nº: 5/2011. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Aprovado em 04/05/2011. Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.**

BRASIL. Constituição de 10 de Novembro de 1937. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911a Aprova a Lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Disponível em: <www2.camara.gov.br >. Acesso em 5 de janeiro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior da Republica. Disponível em Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 21.241 de 4 de Abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei 4.244 de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 14.708 de 8 de fevereiro de 1944 da Divisão de Ensino Secundário. Rio de Janeiro, DF, 1944.

BRITO, Silvia. Helena Andrade. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. 2001, 393. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CAMPESTRINI, Hidelbrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1991.

CARVALHO, Marta Maria Carvalho. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, C. P. et al. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre Práticas e Representações**. 2. Ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultura – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes e de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a Modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação (PUCRS)**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, pp. 185-191, maio/ago. 2009.

DALLABRIDA Norberto. **A Fabricação Escolar das Elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DECRETO N. 30. Criação do Município de Dourados. Disponível em :<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/dourados.pdf>. Data de acesso: 10 de jan. de 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DINIZ, Carlos Alberto. **A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio de Matão (1940 - 1965)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras Unesp de Araraquara, Orientador: Rosa Fátima de Souza.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. **A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)**. Dourados, MS: UFGD, 2009. Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS – História. 2. Identidade social. 3. Multiculturalidade. I. Título.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados, MS**. In: 26 Reunião Anual da ANPED: novo governo. Novas políticas? Poços de Calda: ANPED, 2003.

FERRARO, Juliana Ricarte. Compêndio de História do Brasil: produção, editoração e circulação. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil**. *Historia Oral*. São Paulo, nº 1, p.19-30, jun 1998.

FERREIRA, Daniela Gomes de Albuquerque. **Ginásio Estadual Vocacional “Candido Portinari” de Batatais: Histórias, Sujeitos e Práticas**. Orientação: Maurilaine de Souza Biccas. São Paulo, s.n. 2007. 115 p.: Il., tabs. Fotos.

FRAGO, Antônio Viñao. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). **Cadernos à Vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação Brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. IN: Maria Stephanou; Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidade e limites para a pesquisa em História de Educação**. In CID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, V. 2, N. 2, p. 145-159, jul./dez., 2011.

GAZETA DO COMMERCIO. Gymnasio Campo Grande: A maior organização escolar de Matto Grosso – todos os cursos são reconhecidos. Três Lagoas, nº 299, 16 de janeiro de 1927.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GOODSON, Ivor F. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1995.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. (Trad. De Attílio Brunetta). 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Arquivos históricos escolares: contribuições para o ensino de história e a história local**. Santa Catarina, 2005. Disponível em: <http://www.educacao.ufpr.br/lab_nucleo_e_centro/gde_historia>. Acesso em: 30 set. 2012.

GUSMÃO, Emery Marques. **Arquivos escolares, memória e cultura. Patrimônio e Memória**. UNESP/Assis – FCLAS – CEDAP, V.1, n.1, 2005, p. 1-10.

GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, Lauro Joppert Junior. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. 1988.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI Leonor Maria. A educação básica no Brasil: dos primórdios até a primeira Lei de Diretrizes e Bases. In: MENESES, J. G. de C. (Org.). **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. São Paulo: Pioneira, 1998. P. 59-101.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971 (Tese de Doutorado).

HILSDORF, Maria Lucia Spedo; VIDAL, Diana Gonçalves. O centro de memória da educação USP: acervo documental e pesquisas em história da educação. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.). **Educação, Memória, História**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

IBGE cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acessado em 15 de fev. de 2013.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LAMEIRA, Muriel Carmo. **Escola Estadual Bento de Abreu: representações sobre qualidade do ensino**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras Unesp de Araraquara, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Rosa Fatima de Souza.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2012.

LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Data de acesso: 10 de dezembro de 2012.

LEI PROVINCIAL nº 8 de 5 de maio de 1837. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LEI PROVINCIAL nº 15 de 4 de julho de 1873. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LEI REGULAMENTAR do Ensino Público e Particular da Província de Mato Grosso de 26 de maio de 1875. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: UNICAMP, 1986.

MAGALHÃES, Justino de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco. 178p.

MAGALHÃES, Justino de. **Contributo para a história das instituições educativas - entre a memória e o arquivo**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, s.d.18 p.

MAGALHÃES, Justino de. Linhas de Investigação em História da Educação e da Alfabetização em Portugal - um Domínio do Conhecimento em Renovação. In “**História, Sociedade e Educação no Brasil**”. Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas: UNICAMP- FF.P.55-67. 1996.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In SOUSA, C. P. de & CATANI, D. B. (orgs.). **Práticas educativas, cultura escolares, profissão docente**. São Paulo, Escrituras, 1998, p.51-69.

MANCINI, Ana Paula Gomes. SARAH, Magda; SILVA, Paula Nudimila Oliveira. O trabalho didático das normalistas do Instituto Educacional Dourados: 1959-1969. JORNADA DO HISTEDBR, 7. 2007, Campo Grande. **Anais**. Campo Grande: UNIDERP, 2007. p. 5-177. v. 1.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896. Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. In: APMT - Leis e Decretos de 1893 a 1896, Livro nº 4, p. 66-100. Cuiabá, 20 de junho de 1896.

MATO GROSSO. Decreto nº 265 de 22 de outubro de 1910. Regulamento Geral da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. In: APMT - Leis e Decretos de 1893 a 1896, Livro nº 213, p. 119 - 153. Cuiabá, 22 de outubro de 1910.

MATO GROSSO, Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Mario Corrêa à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1929, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 054 planilhas, fotografia. s/n. Cópia no Centro de Documentação CDR. 1929.

MATO GROSSO, Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Mario Corrêa à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1929, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 055 planilha, fotogr. s/n. Cópia no Centro de Documentação CDR. 1952.

MATO GROSSO, Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Mario Corrêa à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1929, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 055 planilha, fotogr. s/n. Cópia no Centro de Documentação CDR. 1955 – 1959.

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller interventor federal em Mato Grosso em 13 de junho de 1940, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 063 planilha, fotogr. 15. Cópia no Centro de Documentação. UFGD 1940.

MENEZES, Maria Cristina. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. **Horizontes**, v.23, n.1, p.67-76, jan./jun. 2012.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 75-99, jul./dez, 2005a.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, jan./abr., 2005b.

MORAIS, Maria João. de. **Relatório apresentado à Câmara Municipal de Campo Grande, em 2 de janeiro de 1929**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007.

MORAIS, Rosana Sant'Ana de. **A história da disciplina língua espanhola expressa nas leis e na cultura escolar do Colégio "Maria Constança" em Campo Grande-MT (1953-1961)**. 2007, 150. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, 2007.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. (Org.). **Memória fotográfica de Dourados**. Dourados, MS: UFMS, 1990.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.

NAGLE, Jorge. **A reforma e o ensino**. São Paulo: Edart, 1973.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: Momentos Decisivos. In. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo: Autores Associados, 2000. n. 014. mai-ago, p. 35-60.

NUNES, Clarice. SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs.). **Instituições Educativas na Sociedade Disciplinar Brasileira**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 255f. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul (org.)**. Dourados: Ed. UFGD, 2013. 142 p.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. **A pesquisa sobre a Escola Secundária Brasileira na Primeira Metade do Século XX: por uma história da Educação do Sul de Mato Grosso**. Disponível em: <http://www.anpedco2012.ufms.br/trabalhos/GT2/ARTIGO/RO-005.pdf> Acesso em: 02 de fev. de 2013.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. A escola Maria Constança Barros Machado: Um Estudo Histórico das Práticas escolares (décadas 1940 a 1990). In. FERRO, Olga Maria dos Reis. Org. **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796 – 2006): História, historiografia, instituições escolares e fontes**. Campo Grande, MS: UFMS, 2009. p. 241-267.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; G. A. S. O Processo de Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso: a escola graduada em Campo Grande, sul do estado (1910-1940). In: Maria de Lourdes Pinto de Almeida; Sônia Regina Souza Fernandes. (Org.). **História da Educação e da Escola: olhar(es) luso-brasileiro(s)**. 1ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, v. 1, p. 155-179.

PERES, Tirsia Ragazzini. **Educação republicana: tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro: 1890-1920**. Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973. (Tese de Doutorado).

PEREZ, Maria Isabel. **História de uma instituição pública de ensino secundário: implicações da democratização do ensino na cultura escolar**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras Unesp de Araraquara, Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Orientador: Rosa Fatima de Souza.

PEREZ, Maria Isabel. **Trajetória democrática de uma instituição educativa de nível secundário: Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara (1954-1975)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Orientador: Rosa Fatima de Souza.

PILETTI, Nelson. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-72, jul./dez. 1987.

PINTO, Diana Couto. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem sucedida? In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. **Anais em CD Rom do I Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2000. v. 1. p. 1-14.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Religião, Cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943 – 1965)**. Assis, SP: UNESP, 2006. (Tese) Doutorado em História.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)**. São Paulo, 1999. 558p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: MARIN, Jérry Roberto.; VASCONCELOS, Cláudio Alves. de. **História, região e identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 19-45.

REGULAMENTO da Instrução Pública da Província de Mato Grosso de 13 de fevereiro de 1878. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*. São Paulo: Autores Associados, 2000.

REGULAMENTO da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso de 04 de março de 1880. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*. São Paulo: Autores Associados.

RIBEIRO, Solange de Andrade & RIEDNER, Daiani Damm Tonetto. *Apontamentos sobre o Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso: em foco o Colégio Maria Constança Barros Machado*. Disponível em: <http://www.anpedco2012.ufms.br/trabalhos/GT2/ARTIGO/A-021.pdf> Acesso em: 02 de out. de 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry e C. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, Marcelo Pereira. **O Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso no Contexto das Reformas Educacionais: O Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)**. Campo Grande, 2007. 97 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

ROCHA, Marcelo Pereira; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **O processo de Implantação do Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso: iniciativa particular (1920-1940)**. 2010.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. **Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar: o Ginásio Ruy Barbosa em Juazeiro-BA (1953-1963)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15092009-143907/> Acesso em: 01 de jul. de 2013.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000. 203 p.

SÁ, Elizabeth Figueiredo Poubel. A Escola Normal de Cuiabá: a formação de professores para a implantação do método intuitivo no ensino público mato-grossense (1890-1912). In: NUNES, Clarice; SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs.). **Instituições Educativas na Sociedade Disciplinar Brasileira**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

SANT'ANA, Andréa Márcia. **Educação secundária na imprensa regional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras Unesp de Araraquara, Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Orientador: Rosa Fatima de Souza.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. Formação territorial da região da Grande Dourados... Geografia - v. 00, n. 0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências 89. Formação Territorial da Região da Grande Dourados: Colonização e Dinâmica Produtiva. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2367/3300>. Data de acesso: 09 de janeiro de 2014.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei.; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados / HISTEDBR; Curitiba: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa: UEPG, 2004. p. 3-12.

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e. **História das práticas pedagógicas e cultura escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Corumbá- MS (1972-1987)**. Tese (doutorado). Campinas, SP: [s.n.], 2009.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Nacional, 1957. 416 p. (Atualidades Pedagógicas, v. 94)

SILVA, Eva Cristina Leite da. **Os registros da Escola Normal, Brasil, Portugal: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX**. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados/MS**. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. A Renovação do Currículo do Ensino Secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo Sem Fronteiras**, v, 9, n. 1, pp. 72-90, jan./jun.2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XX, n 9 o 51, novembro/2000, p. 9-28

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da Organização do Trabalho escolar e do Currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. V. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Izabel Cristina Silva. **Colégio Estadual, a Professora Maria Constança e o Curso Colegial na década de 50, em Campo Grande**. Dissertação (Mestrado em Educação), UCDB, Campo Grande, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai a Escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1992.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

STEPHANOU, Maria. & BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. (Vol. I, II e III). Petrópolis: Vozes, 2005.

VIANA, Irene Quaresma Azevedo. "O ensino de história nas escolas públicas no período de 1971 a 2002, o caso da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados/MS". 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. Disponível em:<http://www.ufgd.edu.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=100>. Acesso em 19 de fev. de 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. N. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005a.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades e câmbios**. Madrid: Morata, 2008.

ZANELLI, Maria Inês. **A Criação do Liceu Cuiabano e a Formação dos Intelectuais no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, 2001.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil. Corpo e Alma do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Fontes

ATA Geral de Exames de Admissão do Colégio Estadual Presidente Vargas, 1958 - 1974 (Arquivos da Escola Estadual Presidente Vargas).

ATA de resultados finais do Colégio Estadual Presidente Vargas, 1958 - 1974 (Arquivo da E. E. Presidente Vargas).

ATA de posse e nomeação de professores da Escola estadual Presidente Vargas, 1958. (Arquivo da E.E. Presidente Vargas).

CÓPIAS DE CURRÍCULOS DE PROFESSORES. Arquivos. CDR

QUADRO de Matrículas do Colégio Estadual Presidente Vargas, 1958 – 1960.

JORNAL O PROGRESSO, 1958, p. 02. Arquivo CDR.

JORNAL O PROGRESSO, 1951, p. 1. Arquivo CDR.

JORNAL O PROGRESSO, 1965, p. 01. Arquivo CDR.

JORNAL O PROGRESSO, 1967, p. 1). Arquivo CDR..

JORNAL O PROGRESSO, 1967, p. 1, N 840). Arquivo CDR..

JORNAL O PROGRESSO, 1967, p. 1, N. 841). Arquivo CDR.

MEMORANDOS de diretores. Arquivos do CDR.

DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO 1974

JORNAL O GRITO, 1974, nov. p.6.

CADERNO ATA, 1958, p. 9.

JORNAIS

JORNAL O PROGRESSO, 1958, p. 02)

JORNAL O PROGRESSO, 1965, p. 01).

JORNAL O PROGRESSO, 1965, p. 01).

JORNAL O PROGRESSO, 1965, p. 01).

JORNAL O PROGRESSO, 1951, p. 1).

JORNAL O PROGRESSO, 1967, p. 1).

JORNAL O PROGRESSO, 1967, p. 1, N 840.

JORNAL O PROGRESSO, 1967, p. 1, N. 841.

Diário Oficial de Mato Grosso 1974.

Jornal O GRITO, 1974, nov. p.6.

CADERNO ATA, 1958, p. 9.

ANEXO 1 – CAIXA DAS FICHAS DE MATRÍCULAS DOS ALUNOS

Foto da Caixa com as fichas das matrículas dos alunos, organizadas em ordem alfabética a partir dos anos de 1960, armazenada em uma sala do NTE.

ANEXO 2 – FOTO DA SALA DO NTE – ARQUIVO/ DOCUMENTOS DO COLÉGIO



Depósito provisório dos documentos no NTE, armazenados em caixa, enumeradas em ordem crescente e dispostas em prateleiras sequencialmente.

ANEXO 3 – FOTO DA SALA DO NTE – ARQUIVOS/DOCUMENTOS DO COLÉGIO



Depósito provisório dos documentos, armazenados em caixa, enumeradas em ordem crescente e dispostas em prateleiras sequencialmente em uma sala do NTE.